



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**GESIANE OLIVEIRA DA TRINDADE**

**A CIDADE & A SOJA:**

**impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia  
urbana de Santarém-Pará**

Belém  
2015

**GESIANE OLIVEIRA DA TRINDADE**

**A CIDADE & A SOJA:  
impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia  
urbana de Santarém-Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, como condição parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento sob a orientação do Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Belém  
2015

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Trindade, Gesiane Oliveira da

A cidade & a soja: impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará / Gesiane Oliveira da Trindade, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. – 2015.

127 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

1. Soja – Santarém (PA). 2. Urbanização. 3. Circuito Inferior. 4. Santarém-Pará. I. Trindade Júnior, Saint-Clair Cordeiro da. II. Título

CDD 22. ed. 633.34098115

---

**GESIANE OLIVEIRA DA TRINDADE**

**A CIDADE & A SOJA:**

**impactos da produção e da circulação de grãos nos circuitos da economia urbana de Santarém-Pará**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, como condição parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

**Aprovada em: 06 de março de 2015**

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior  
(Orientador-PPGDSTU/UFPA)

Prof. Dra. Simaia do Socorro Sales das Mercês  
(Examinador Interno-PPGDSTU/UFPA)

Prof. Dra. Solange Maria Gayoso da Costa  
(Examinador Externo-PPGSS/UFPA)

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral  
(Examinador Externo-Suplente-PPGEO/UFPA)

Belém  
2015

Naquela mesa ele sentava sempre  
E me dizia sempre o que é viver melhor  
Naquela mesa ele contava histórias  
Que hoje na memória eu guardo e sei de cor  
Naquela mesa ele juntava gente  
E contava contente o que fez de manhã  
E nos seus olhos era tanto brilho  
Que mais que seu filho  
Eu fiquei seu fã

Eu não sabia que doía tanto  
Uma mesa num canto, uma casa e um jardim  
Se eu soubesse o quanto dói a vida  
Essa dor tão doída não doía assim  
Agora resta uma mesa na sala  
E hoje ninguém mais fala do seu bandolim

Naquela mesa tá faltando ele  
E a saudade dele tá doendo em mim  
Naquela mesa tá faltando ele  
E a saudade dele tá doendo em mim

**Nelson Gonçalves**

Ao meu amado pai, Saturnino Trindade, que hoje descansa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos a oportunidade de ter sido aluna de instituição de tamanho prestígio. Aproveito para agradecer a todos os professores e profissionais que tornam possível o seu funcionamento, em especial ao prof. Dr. Saint-Clair Trindade Júnior, meu orientador, por mais uma oportunidade na vida acadêmica.

Agradeço aos meus familiares mais próximos, minha mãe, Maria de Nazaré, e minhas irmãs, Giseli e Maeli Trindade, que enfrentaram junto comigo o desafio que foi concluir este trabalho em meio aos dilemas da vida de cidadãos comuns, como nós.

Agradeço aos amigos do mestrado da turma de 2013, pela amizade, sorrisos, choros e perrengues. Se enxergarmos a vida como jogo, somos todos vencedores!

Minha eterna gratidão às minhas amigas Piera Amoras e Maria das Graças, pela força e incentivo a mim concedidos nos momentos de dor e tristeza quando pensei em abandonar o curso: “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito”, de fato.

Registro o meu muito obrigado ao grupo de pesquisa coordenado pelo professor Saint-Clair Trindade Júnior, o GEOURBAM (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade da Amazônia), nas pessoas de Helbert Michel, Suelem Cardoso, Débora Aquino e Miguel Filho. Obrigada pela colaboração com a pesquisa e pela amizade.

Agradeço a todos que disponibilizaram seu tempo e concederam entrevistas a esta pesquisa, assim como aos que ajudaram, de alguma forma, o seu acontecer.

Agradeço também ao povo brasileiro, via CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela bolsa de pesquisa concedida nos dois anos de pós-graduação, sem a qual, não teria meios para realizar este estudo e defender esta dissertação.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a urbanização e a produção do espaço urbano de Santarém-PA sob os impactos da expansão do agronegócio de grãos impulsionado no Município desde a implementação do porto graneleiro da Multinacional Cargill S/A em 2003. Na pesquisa a urbanização é compreendida com base em Milton Santos, que afirma que a cidade é constituída de dois circuitos econômicos: o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana. Tais circuitos são resultantes dos diferentes acessos e consumos das classes sociais, notadamente nos países subdesenvolvidos. Foram selecionados para a análise, representando o circuito superior, os novos produtos, as novas empresas e as novas demandas que adentraram em Santarém com a difusão dos grãos. Para a análise do circuito inferior foram selecionadas as feiras do produtor da APRUSAN (Associação de Produtores Rurais de Santarém). Tal escolha se justifica por estas serem compostas principalmente de pequenos produtores das áreas rurais, sujeitos esses que têm sua produção de alimentos diretamente atingida pelos impactos da produção de grãos no espaço rural santareno. No processo de expansão da fronteira agrícola, o Estado (federal, estadual e municipal) foi um dos principais indutores e suas ações se deram por meio de planos, projetos e programas que criaram condições necessárias para a chegada e a permanência da soja em Santarém. A parceria feita entre a Cargill e a prefeitura foi responsável por intervenções e mudanças em fragmentos do espaço urbano. Tais ações foram desenvolvidas na intenção de mitigar problemas sociais graves gerados pela presença dos grãos, dentre eles: a extinção de comunidades rurais, a periferização urbana e as novas demandas por serviços urbanos. Embora a dinâmica graneleira tenha promovido o adensamento do circuito superior através da presença de empresas ligadas ao setor, isso não pode ser traduzido como desenvolvimento socioespacial endógeno, uma vez que se conectam notadamente com lógicas e interesses extrarregionais. Em contrapartida, a cultura dos grãos em alta escala tem afetado de forma negativa o circuito inferior da economia urbana, exemplificado pelas feiras da APRUSAN, uma vez que em seu processo produtivo atinge contundentemente a pequena produção através dos produtos químicos utilizados nos campos de soja e na expropriação do homem do campo.

**Palavras-chave:** Grãos. Urbanização. Circuito Superior. Circuito Inferior. Amazônia. Santarém-Pará.

## ABSTRACT

The present work analyzes the urbanization and the production of urban space of Santarém (PA) under the impacts of the expansion of agribusiness boosted grain in the Municipality since the implementation of the Multinational Cargill Grain port S/A in 2003. In the Research the urbanization is comprised based on Milton Santos, who claims the city consists of two economic circuits: the upper and the lower circuit circuit of the urban economy. Such circuits are a result of different access and consumption of social classes especially in underdeveloped countries. Were selected for the analysis, representing the upper circuit, the new products, companies and demands that they enter in Santarém with the diffusion of the grains. For the analysis of the lower circuit were selected trade fairs of the Association of Rural Producers of Santarém (APRUSAN). Such a choice is justified for these being composed mainly of small producers from rural areas, those who have their food production directly hit by the impacts of grain production in Santarém rural areas. In the process of expansion of the agricultural frontier, the State (federal, State and municipal) was one of the main inductors and their actions have taken place through plans, projects and programs that have created necessary conditions for the arrival and the permanence of soybean in Santarém. The partnership made between Cargill and the Santarém's city hall was responsible for interventions and changes in fragments of urban space. Such actions have been developed to mitigate serious social problems generated by the presence of grains, among them: the extinction of rural communities, the urban periphery and the new demands for municipal services. Although the dynamic of the grains has promoted the densification of the upper circuit through the presence of companies linked to the sector, it cannot be translated as endogenous socio-spatial development, once that connect notably with logical and extraregional interests. On the other hand, the culture of the grains at high scale has affected negatively the lower circuit of the urban economy, exemplified by the fairs of the Association of rural producers of Santarém (ARPS), since in its productive process hits the small production through the chemicals products used in the fields of soybeans and on expropriation of rural areas.

**Keywords:** Grain. Urbanization. The Upper Circuit. Lower Circuit. Amazon. Santarém-Pará.



## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Fotografia 01-	Manchete da inauguração da COAGRO.....	48
Figura 01-	Projeto gráfico plataforma logística de Santarém.....	62
Fotografia 02-	Feira do mercadão 2000.....	72
Fotografia 03	Bancas e boxes do mercadão 2000.....	72
Fotografia 04-	Feira do Santarenzinho.....	73
Fotografia 05-	Feira da Cohab na quinta-feira. ....	74
Fotografia 06-	Feira da Cohab no domingo.....	75
Fotografia 07-	Feira da Cohab, venda de roupas e produtos importados.....	75
Fotografia 08-	Feira do Aeroporto Velho.....	76
Fotografia 09-	Cartaz de divulgação da festa do milho.....	84
Fotografia 10-	BR- 163 será asfaltada até Santarém, garante Genoíno.....	89
Fotografia 11-	Lula: “vou fazer a BR-163”.....	90
Fotografia 12-	Cargill coloca BR-163 na berlinda.....	90
Fotografia 13-	Protesto na gleba Pavocal.....	96
Fotografia 14-	A cara do preconceito.....	98
Fotografia 15-	Praia da Vera paz no passado .....	101
Fotografia 16-	Praia da Vera paz em 1996.....	101
Fotografia 17-	Bosque da Vera paz.....	103
Fotografia 18-	Comunidade de São José.....	108
Fotografia 19-	Divulgação do loteamento Planalto.....	108

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 01-	Oeste paraense: vínculos empregatícios por atividade econômica e por município.....	36
Tabela 02-	Soja: principais países produtores – safra 2009/10 a 2013/14.....	41
Tabela 03-	Baixo Amazonas: número de empresas por município.....	58
Tabela 04-	Santarém: valor total dos principais produtos exportados no ano de 2013.....	59
Gráfico 01-	Santarém: crescimento do número de veículos ligados a atividades agrícolas entre os anos de 2000 e 2012.....	56
Gráfico 02-	Pará: dinâmica dos principais portos (2003-2012).....	60
Gráfico 03-	Santarém: distribuição relativa das exportações (2012).....	61
Gráfico 04-	Santarém: crescimento das <i>franchisings</i> na sede municipal.....	63
Gráfico 05-	Santarém: localização das sedes das marcas franqueadas em Santarém-PA, por estado.....	63
Tabela 05-	Santarém: dados macroeconômicos domiciliares.....	65
Gráfico 06-	Santarém: negócios imobiliários por bairro (2012).....	66
Tabela 06-	Santarém: população segundo situação da unidade domiciliar 1996/2010.....	106

## LISTA DE MAPAS E QUADROS

Mapa 01- Santarém: localização e eixos viários.....	14
Quadro 01- Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.....	30
Quadro 02- Santarém: emissoras de TV e rádio local.....	35
Quadro 03- Santarém: jornais locais.....	35
Quadro 04- Santarém: empreendimentos agrícolas.....	51
Quadro 05- Santarém: principais concessionárias que financiam veículos para atividades ligadas à produção agrícola.....	52
Quadro 06- Santarém: instituições bancárias.....	53
Quadro 07- Indústrias exportadoras de madeira, milho e soja de Santarém-PA .....	59
Mapa 02- Santarém por bairros.....	67
Quadro 08- Santarém: feiras da associação de produtores rurais.....	70
Quadro 09- Comunidades abastecedoras das feiras da APRUSAN.....	77
Quadro 10- Santarém: principais obras e programas do Estado implantados ou em implantação.....	93

## SÚMARIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. AS CIDADES AMAZÔNICAS EM FACE DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DO ESPAÇO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1. Cidade, globalização e urbanização .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2. Os circuitos econômicos e os agentes produtores do espaço urbano.....</b>	<b>30</b>
<b>3. SANTARÉM: PERCURSOS ESPAÇO-TEMPORAIS DO MAIOR CENTRO URBANO SUB-REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS .....</b>	<b>33</b>
<b>3.1. A centralidade econômica e política de Santarém no baixo Amazonas..</b>	<b>33</b>
<b>3.2. Aspectos histórico-geográficos da formação de Santarém PA.....</b>	<b>38</b>
<b>3.3. Novos objetos, novos arranjos espaciais: a entrada da soja em Santarém.....</b>	<b>41</b>
<b>4. IMPACTOS DA DINÂMICA DOS GRÃOS NOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.....</b>	<b>47</b>
<b>4.1. Os grãos e o circuito superior: comércio e serviços.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2. Os grãos e o circuito inferior: feiras do produtor da APRUSAN.....</b>	<b>68</b>
<b>4.3. Estado e capital em face das demandas do lugar/mundo em Santarém.</b>	<b>85</b>
<b>4.4. Tensões e alterações espaciais decorrentes da produção e da circulação de grãos em Santarém.....</b>	<b>94</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>110</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>115</b>
<b>7. APÊNDICES.....</b>	<b>121</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A presente análise trata das recentes transformações urbanas que vêm ocorrendo na cidade de Santarém a partir da produção e circulação de grãos no espaço local. Sua preocupação central é a questão dos impactos ocasionados na produção do espaço urbano pela dinâmica graneleira que vem sendo desenvolvida e intensificada no Município desde 1996, quando da realização das primeiras experiências com o plantio da soja na região em caráter experimental em uma área de mais de cinquenta hectares nas áreas disponibilizadas pelo Grupo Quincó e pelo Grupo Agrária Engenharia e Consultoria S/A (PAIXÃO JR., 2012; COSTA, S., 2012).

Localizada no oeste do Estado do Pará, Santarém (mapa 01) sempre exerceu papel de grande importância para a sub-região na qual está inserida, o Baixo Amazonas. Essa importância deve-se à sua centralidade para a região, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político; motivo pelo qual, alguns pesquisadores a classificaram como cidade média<sup>1</sup> da Amazônia oriental (PEREIRA; 2004; TRINDADE JR. e PEREIRA, 2007; AMARAL, 2010).

Santarém segue uma dinâmica que se anima ainda pelas vias fluviais, ainda que muitas transformações, inclusive a presença da rodovia, tenham alterado a configuração de suas formas espaciais e de seus conteúdos urbanos. A cidade é identificada também como cidade ribeirinha<sup>2</sup>, devido à sua intensa relação com os rios Amazonas e Tapajós (COSTA, T., 2012).

O processo de urbanização na Amazônia sugere o reconhecimento de tempos e espacialidades múltiplas que se manifestam no espaço regional e criam realidades urbanas diversas. Partindo desse pressuposto, concordamos com Trindade Jr. (2010) ao se referir sobre a existência de uma urbanodiversidade<sup>3</sup> amazônica, que

---

<sup>1</sup> As cidades médias são definidas pela sua importância como centros urbanos sub-regionais, pelas fortes centralidades que se materializam por meio de fluxos. São cidades capazes de polarizar e influenciar um número significativo de núcleos urbanos menores e articular relações de toda ordem, de tal modo que contribuem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem e, assim, funcionam como anteparos e suportes regionais (SPÓSITO, 2001).

<sup>2</sup> A cidade ribeirinha é marcada pela interação com o rio, pela funcionalidade deste elemento para com a cidade, não apenas pela sua localização geográfica absoluta. Trata-se, principalmente, de considerarmos interações e modos de vida que são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, seja este tratado como via de transporte de importância fundamental, seja como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda, como um referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico que habita a cidade (TRINDADE JR., 2002).

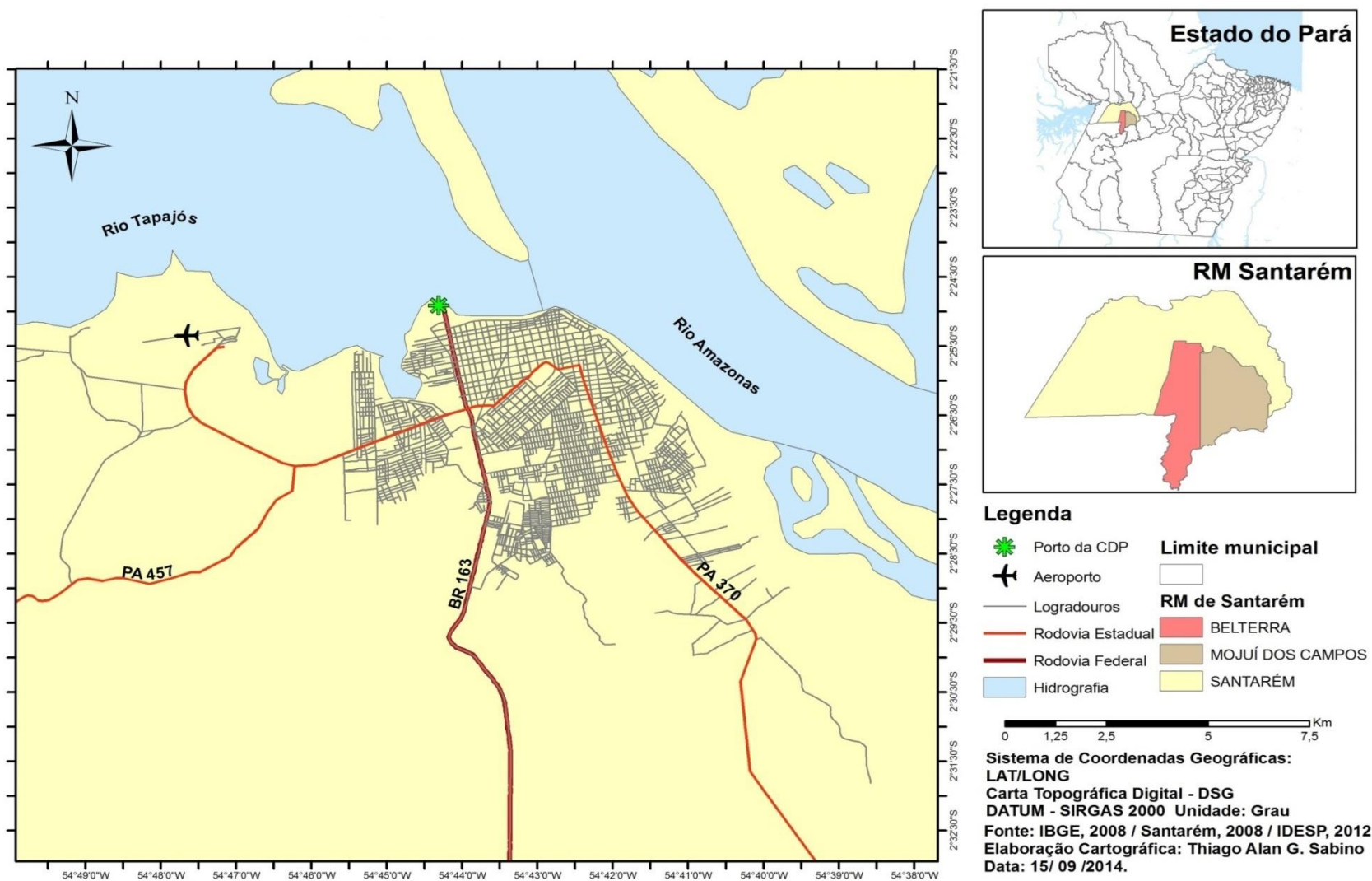
<sup>3</sup> Refere-se ao reconhecimento de diversos tipos de cidades e à existência de múltiplos tipos de urbanização. Trata-se de formas complexas de espaços urbanos que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face da chegada de processos de diferentes

leva em consideração o atributo da diversidade para a compreensão do fenômeno urbano na Amazônia. Partiremos, assim, da urbanodiversidade para a compreensão da urbanização de Santarém, uma vez que tal noção nos permite reconhecer vários modelos de urbanização que foram impostos à região, considerando que não se trata de tipos isolados, mas de processos que se combinam e coexistem dentro de um mesmo espaço, e revelam as diversas faces de uma mesma formação urbana (COSTA, T., 2012). O mapa 01 apresenta a localização de Santarém no Baixo Amazonas e os eixos viários que a conectam com o entorno sub-regional.

Sem dúvida, entender a cidade e a realidade urbana é tarefa das mais desafiadoras. Isto se deve em grande parte ao fato da mesma ser lócus do encontro e da concentração, seja de pessoas, de informações ou de mercadorias. Santos (2008a) apresenta-nos uma teoria relevante (que será instrumental nesta pesquisa) para pensar a complexidade da urbanização brasileira. Trata-se dos dois circuitos da economia urbana: o circuito superior e o circuito inferior. Tais circuitos são resultantes dos diferentes acessos e consumos das classes sociais notadamente nos países subdesenvolvidos.

O circuito superior é o resultado direto da modernização tecnológica e consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles diretamente. Caracteriza-se pela presença de atividades econômicas que utilizam a forma de capital-intensivo, assim, ele é “constituído por bancos, comércio e indústria de exportação, indústrias urbanas modernas, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 2008a, p. 40). O autor ressalva que os atacadistas e transportadores têm atividade do tipo misto. Isto deve-se ao fato de manterem relações com os dois circuitos, pois, ambos, têm laços tanto com o circuito superior quanto com o inferior na economia urbana e regional.

Mapa 01. Santarém: localização e eixos viários



Elaboração: Thiago Alan Sabino

O circuito inferior é igualmente resultado da modernização, contudo é um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. Portanto, as atividades que o compõem estão assentadas na forma de trabalho intensivo. Assim, essas atividades voltam-se, principalmente, para os serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão (SANTOS, 2008a).

É necessário enfatizar que os dois circuitos, mantêm relações diretas de cooperação, de complementariedade, e, por vezes, de concorrência, não sendo, assim, dicotômicos, mas complementares e dependentes. No entanto, nessa estrutura apresentada para se compreender a urbanização das cidades proposta por Santos (2008a), o circuito inferior é subordinado ao circuito superior. O autor destaca que este último tem um perfil de ação imitativo, enquanto que o primeiro tem um grande potencial criativo de ação. Pode-se fazer uma analogia desta afirmativa com as diferentes classes sociais presentes na cidade.

Nesta pesquisa, a teoria supramencionada será considerada para a compreensão da dinâmica urbana santarena, impactada pela produção e pela circulação de grãos. Os elementos do circuito superior a serem analisados serão principalmente as novas empresas, os novos produtos e as novas demandas que adentram em Santarém com a difusão dos grãos e que utilizam capital intensivo.

Tais empresas são especializadas no auxílio à produção de grãos, uma vez que são voltadas para os insumos agrícolas e venda de máquinas e tratores especializados. Também serão analisados os novos programas desenvolvidos nos sistemas de serviços modernos localizados em Santarém que a eles se articulam, a exemplo dos programas e linhas de créditos bancários voltados aos produtores de grãos, constituindo o que Elias (2006; 2011; 2013) denominou de redes agroindustriais, nesse caso, ligados à soja. Segundo Santos (2008a), a maioria dos postos de trabalho no circuito superior é voltada para os interesses não locais, ou seja, beneficiam agentes de fora. Fazendo um paralelo com a realidade de Santarém, percebe-se que esses interesses de fato, associam-se a agentes principalmente do Centro-Oeste e Sul brasileiro, cujas ações são orientadas destacadamente pela dinâmica graneleira.



No que se refere aos elementos e agentes do circuito inferior a serem estudados, elegemos as feiras livres da Associação de Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN). Embora existam muitas feiras e mercados na cidade, a escolha das feiras da APRUSAN é justificada por estas serem compostas principalmente de pequenos produtores das áreas rurais, sujeitos esses que têm sua produção de alimentos diretamente atingida pelos impactos da produção de grãos no campo santareno.

As feiras também foram escolhidas por apresentarem fortes relações orgânicas em seu cotidiano e importantes particularidades do ponto de vista socioeconômico. Característicos, do que Santos (2008a) denominou de circuito inferior da economia urbana, esses atributos estão presentes no que se refere: à organização das atividades, ao valor dos capitais empregados para a manutenção do negócio, ao comportamento do estoque, ao funcionamento dos preços, à margem de lucro, à relação entre feirante-clientela e à publicidade.

As feiras da APRUSAN estão localizadas em diferentes bairros da cidade, a saber: Santarenzinho, Aldeia, Aeroporto Velho e Livramento. Elas estabelecem relações diretas com o modo de vida urbano e citadino, o que, por sua vez, não subtrai a relação com as áreas rurais de Santarém, uma vez que a maioria de seus vendedores também é de produtores rurais. Sendo assim, este elemento de análise da pesquisa servirá de ponte para a compreensão da dinâmica dos grãos partindo-se da cidade como referência, sem esquecer seus vínculos com a dinâmica rural.

Afora os circuitos econômicos presentes na cidade, um elemento essencial para a análise, e de grande relevância para o processo de urbanização, é a ação do Estado. Por meio de ações que configuram o planejamento e a gestão urbana, o Estado em suas variadas esferas (federal, estadual e municipal) cria condições necessárias para o desenvolvimento de muitos processos espaciais que ora exclui, ora inclui os cidadãos na produção da cidade. Dessas ações, são produzidos espaços urbanos que são apropriados por diferentes classes econômicas presentes na cidade e que muitas vezes conflitam pelo acesso ao espaço geográfico e às condições da reprodução da vida inerentes a ele.

Partindo desse pressuposto, analisaremos também a relação estabelecida entre as ações do Estado, sob a forma de gestão e planejamento, que beneficiaram a difusão e a permanência da cultura de grãos na sub-região do Baixo Amazonas,

onde se localiza Santarém. Depreendemos que essas ações repercutem no espaço urbano criando novas realidades e novos problemas urbanos, resultantes, assim, do embate entre as diferentes classes, tanto econômica quanto ideologicamente. Vivenciamos um período de busca da mais-valia mundial, onde há necessidade de fluidez do espaço por meio da tecnologia e de informação. Tais características são decisivas no “mandar” ou no “obedecer” de diferentes regiões e cidades. Nesse sentido, tem-se buscado uma unificação do mundo, ou seja, um pensamento único direcionado ao alcance do lucro. Ressalva-se que se pretende uma unificação e não uma união. Alcançar este objetivo, porém, parte do mercado e das grandes organizações que se tornaram mundiais (SANTOS 2008b). É sob essa lógica que funciona o agronegócio dos grãos em Santarém. Essas tendências globais da economia tendem a repercutir no lugar e, no nosso caso específico de estudo, na cidade. Sendo assim, indaga-se:

- de que forma a produção de grãos repercute nos dois circuitos da economia urbana em Santarém?
- qual a relação entre o perfil das políticas públicas urbanas e as demandas da circulação de grãos em Santarém?
- quais são os novos fragmentos e perfis de espaços urbanos produzidos em Santarém relacionados à produção de grãos?

A partir das questões-problema estabelecemos o seguinte objetivo geral: analisar os principais impactos, na produção do espaço urbano santareno, da dinâmica socioeconômica da produção e da circulação de grãos, intensificado nos últimos anos. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os novos agentes, produtos e relações presentes nos dois circuitos da economia urbana com a introdução da produção e da circulação dos grãos; caracterizar o perfil das políticas públicas urbanas diante das necessidades impostas pela produção e circulação de grãos em Santarém; identificar e caracterizar os novos espaços decorrentes da produção e da circulação de grãos em Santarém.

A importância desta pesquisa consiste, primeiramente, na necessidade de maior compreensão da urbanização amazônica e seus diversos núcleos urbanos, uma vez que é urgente desmistificar a Amazônia enquanto somente um celeiro de recursos naturais e lócus de riqueza biogenética. Segundo Oliveira e Schor (2008), o conjunto formado pelos sistemas naturais na Amazônia é muito importante e não

pode e nem deve ser desconsiderado. No entanto, é necessário acrescentar a essa análise dos sistemas naturais a dinâmica imprimida a eles pelos homens, a partir de suas relações e conflitos sociais. Segundo os autores, em muitos editais de pesquisa, o urbano e as cidades não têm vez nas discussões científicas quando se trata de Amazônia, como se ambos não fossem importante ou não existissem.

Em segundo lugar, esta pesquisa deverá se voltar ao tema do agronegócio e da urbanização. Desta forma, debaterá uma abordagem relativamente nova na Amazônia, uma vez que as pesquisas referentes ao agronegócio, principalmente em se tratando dos grãos, voltam-se primordialmente para questões referentes ao mundo rural, a exemplo dos conflitos agrários em comunidades do campo. Pouco se tem discutido como essa atividade econômica tem afetado as cidades amazônicas, agregando uma nova variável aos perfis urbanos das mesmas.

Para a realização da pesquisa foram selecionadas algumas técnicas de investigação que nos possibilitassem a construção de uma pesquisa social de caráter qualitativo. Foram elas: a pesquisa bibliográfica, a análise documental (documentos oficiais e jornais), entrevistas semi-estruturadas individuais e levantamento de dados secundários diversos relacionados ao tema de pesquisa.

Como bem salientou Zago (2003), nenhuma técnica de pesquisa dá conta de captar completamente a multidimensionalidade do problema pesquisado. Desta forma, necessitamos respeitar os princípios éticos da pesquisa e de objetividade. Apesar de todo o aparato das técnicas de investigação e mesmo do método de análise, é necessário uma imaginação social científica inerente ao pesquisador que deverá norteá-lo em sua pesquisa (GASKELL, 2008).

O presente estudo está assentado, conforme já mencionamos, na teoria dos dois circuitos econômicos urbanos presentes na cidade, proposta por Milton Santos ainda na década de 1970. Assim, o pensamento será, de certa forma, guiado por tal teoria, de modo a confrontá-la a partir da realidade empírica estudada, o que exige pensá-la contemporaneamente e de maneira atualizada. Segundo Spósito (1996), a teoria dos circuitos é um encontro entre a dialética e o estruturalismo.

Tal ideia é sustentada por três argumentos principais. Na teoria é apresentada a noção de escala, representada primeiramente pelo Estado-nação, pois vai de uma perspectiva de abrangência total do espaço subdesenvolvido até as atividades restritas às periferias das grandes metrópoles. É apresentada também a noção de

tempo e espaço, afirmando que o tempo é inseparável da ideia de sistema, e que, do ponto de vista geográfico, o que deve ser levado em consideração é a sucessão de sistemas. Nesse sentido, o espaço seria uma acumulação desigual de tempos. “Pode-se dizer que Milton Santos não foge à noção de estrutura, mas introduz a noção de tempo-espaço em movimento, pois a estrutura é a representação de fatos concretos” (SPOSITO, 1996, p. 48). A dialética é enfatizada na teoria a partir da relação estabelecida entre os dois circuitos, uma vez que ora são conflitantes, ora são complementares. Portanto, seria uma combinação de pensamento dialético e estruturalista.

Segundo Demo (1995) não existe uma única dialética, mas inúmeras dialéticas. O autor acredita que o modo de pensar proposto pela dialética histórico-estrutural equilibra o jogo entre as condições objetivas e subjetivas. Por condições objetivas o autor aponta aquelas externas ao homem, ou dadas sem sua opção própria, a exemplo da divisão dos sexos, da desigualdade social e das necessidades materiais. As condições subjetivas, por sua vez, são aquelas dependentes da opção humana, qual seja, a capacidade dos homens em construir a história em partes no contexto das condições objetivas.

Compreendemos que os métodos de investigação científica são incompletos e carentes de adaptações de acordo com a necessidade da pesquisa e do pesquisador. Nesse sentido, consideramos primordial em nossas interpretações da produção do espaço urbano santareno, dois princípios: o conflito social e as multitemporalidades.

Na dialética materialista, a transformação só é possível através do conflito e da contradição. Neste estudo, o conflito social se estabelece entre os interesses dos agentes locais versus as necessidades logísticas impostas pelos agentes relacionados ao agronegócio dos grãos. Tal conflito é traduzido no espaço geográfico, seja rural ou urbano, uma vez que essas duas realidades são dialéticas.

Conforme Demo (1995), o conflito social é importante na estrutura da história. Partindo da premissa de que toda formação social é suficientemente contraditória para ser historicamente superável, o referido autor argumenta que toda formação social gesta dentro de si as condições necessárias para o surgimento de outra sociedade.

A pesquisa perpassará também pela concepção de múltiplas temporalidades e coexistência temporal. Assentado na ideia da construção de uma ciência social histórica, Marx deixa caminhos para o desenvolvimento da noção de temporalidades diversas. Segundo Fernandes (1989), ao proferir que a sociedade burguesa fornece a chave para compreensão de sociedades antigas, que nela sobrevive através de vestígios, Marx busca explicar formas diversas de sociedades através de seus elementos históricos.

Lefèbvre *apud* Martins (1996) relaciona a coexistência temporal com as noções de formação econômico-social e desenvolvimento desigual, introduzida por Marx. A formação econômico-social refere-se à datação das relações sociais, a indicação de que estas não são uniformes e não têm a mesma idade. Dessa maneira, coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro.

Partindo desses pressupostos, relacionamos a produção dos grãos em Santarém interligados a um determinado tempo, que é diferente do tempo dos pequenos produtores da APRUSAN, ou mesmo dos ribeirinhos que residem na cidade. A lei da formação econômico-social é equiparada à lei do desenvolvimento desigual, pois, por esta última, entende-se que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais etc.) não avançam igualmente e simultaneamente no mesmo ritmo histórico (MARTINS, 1996).

Reconhecer as múltiplas temporalidades torna-se instrumental na análise pretendida por esta pesquisa, uma vez que serão discutidas as tensões entre as demandas do lugar, relacionadas a um determinado tempo e ritmo de vida muito enraizado e tradicional, próximo do que Santos (1998) denominou de tempo lento, confrontando-se com as novas necessidades da globalização e de seu tempo rápido, representativo das dinâmicas dos grãos.

Assim, o espaço será pensado sob a égide de um mundo globalizado, onde ordens extrarregionais e internacionais se rebatem no lugar e lhe imprimem suas necessidades. Será levada em consideração também o acontecer solidário do lugar, onde há a possibilidade para uma outra globalização, outra racionalidade; em que as técnicas beneficiem o desenvolvimento do lugar, e este não seja mero receptáculo. Desta maneira, embora este estudo compreenda a urbanização de Santarém em

modelos, através dos dois circuitos econômicos, não se desconsidera a relação dialética, de contradição e de conflito inerente na relação entre ambos.

Para essa discussão proposta, estruturamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, fez-se um ensaio teórico, onde procuramos apresentar conceitos e categorias consideradas primordiais para esta dissertação, dentre as quais estão: cidade, urbano, urbanização, espaço, horizontalidade, verticalidade, globalização, circuitos econômicos e agentes produtores da cidade. A proposta desse capítulo é relacionar teoricamente a produção do espaço e a produção da cidade, através de seus múltiplos agentes e seus circuitos econômicos, com a urgência pelo lucro imposta pelo processo de globalização do período atual, que atinge também as cidades amazônicas e as modificam.

No segundo capítulo é apresentada nossa área de estudo através de seu papel preponderante, tanto econômico quanto político, na sub-região do Baixo Amazonas e sua formação histórico-geográfica. Nesse mesmo capítulo, também apontamos alguns fatores que levaram a expansão da fronteira agrícola, representada pela cultura dos grãos, até Santarém.

No terceiro capítulo, adentramos na discussão da relação entre a dinâmica graneleira e a urbanização em Santarém, entendida pelos dois circuitos econômicos urbanos. Nessa ocasião são apresentados também os aspectos da ação do Estado através da gestão e do planejamento urbano que beneficiaram a expansão da cultura de grãos no oeste paraense. Discutem-se ainda os novos espaços construídos e/ou reconstruídos presentes em Santarém e resultantes do advento dos grãos.

## **2. AS CIDADES AMAZÔNICAS EM FACE DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DO ESPAÇO**

### **2.1. Cidade, urbanização e globalização**

Cidade e urbano são compreendidos, com base em Lefèbvre (2001), na dupla dimensão de forma e conteúdo. O urbano configura-se, segundo o mesmo autor, como o lugar “do encontro”, palco da aglomeração, não só de pessoas, mas principalmente de relações que se criam e recriam no cotidiano, sendo a cidade a principal forma material de manifestação espacial desse fenômeno.

Enquanto a cidade é caracterizada pela realidade prático-sensível, pela morfologia material, o urbano é formado de relações sociais e modos de vida, isto é, pela morfologia social. Ambos, a cidade e o urbano, não existem fora da realidade material, por isso não almejamos aqui dissociar cidade e urbano, mas entendê-los de maneira complementar (LEFÈBVRE, 2001). A cidade é uma obra construída no espaço. Este, por sua vez, deve ser considerado em sua multidimensionalidade (concebido, percebido e vivido) e enquanto condição, meio e produto das relações sociais (LEFÈBVRE *apud* SOUZA, 2009).

O espaço para Santos (2008b) é formado por um sistema de ações e de objetos indissociáveis, solidário e também contraditório, que interagem entre si e formam um único quadro. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a maneira como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza sobre objetos preexistentes.

Segundo Santos (2008b), atualmente os sistemas de objetos estão cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e, cada vez mais, tendentes a fins estranho ao lugar e a seus habitantes. É nesse sentido que orientaremos nossa discussão a fim de identificar demandas locais e globais confrontando e/ou se articulando na produção do espaço.

As políticas de integração regional que se deram na Amazônia, principalmente após 1960, modificaram sobremaneira o espaço regional. Foram introduzidas, assim, novas lógicas de surgimento de núcleos urbanos e de organização da rede urbana; lógicas estas que privilegiaram a estrada no que se refere ao nascimento de novos núcleos urbanos e trazem um conjunto de novas relações para a região,

juntamente com os grandes objetos<sup>4</sup> e os novos sistemas técnicos, responsáveis pela parcial urbanização do território<sup>5</sup>.

Esses elementos fizeram com que diversas interpretações fossem feitas a respeito do processo de urbanização na Amazônia, dentre as quais podemos destacar umas das mais difundidas, por meio da qual a região é identificada como nova fronteira do capital, conforme sustenta Becker (1998), para quem a fronteira tem um tempo diferente do resto do território nacional, apresentando um ritmo de transformação mais acelerado e nela se sucedendo rapidamente as inovações.

Para Becker (1998), a fronteira amazônica não se constitui apenas pela expansão agrícola, menos ainda em espaço vazio a absorver população. Ela também não é um destino notadamente rural, mas é essencial e estrategicamente urbana. Argumenta ainda que, para muitos estudiosos, a característica urbana da Amazônia é recente e decorrente de problemas de expropriação e dificuldade de acesso a terra, o que resultaria numa crescente e intensa migração rural/urbana. Todavia, para a autora, esta é apenas uma explicação parcial, pois ela já nasce urbana como estratégia de ocupação utilizada pelo Estado, uma vez que este tinha como propósito atrair migrantes, todavia, sem lhe conceder condições de acesso à terra rural (BECKER, 1998).

Para Martins (1997), a noção de fronteira está muito além da expansão demográfica ou econômica. Ela consiste, pois, essencialmente, na ideia de conflito social. É o lugar do encontro, dos que por diferentes razões são diferentes entre si. Por isso, ela também é o lugar dos desencontros históricos, das divergentes concepções de vida e de mundo. Faz-se, desse modo, o lugar das resistências, da revolta, do sonho e da esperança:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a história passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1997, p.151).

---

<sup>4</sup> Por grandes objetos, Santos (1995) considera os grandes empreendimentos e as grandes obras de engenharia.

<sup>5</sup> É compreendida como a difusão mais ampla no plano territorial das variáveis e dos objetos técnicos da modernização do presente (SANTOS 1993).



Portanto, entender a Amazônia como fronteira do capital, pressupõe levar em consideração toda a gama de relações que foram trazidas para este espaço geográfico. Tais relações vão muito além das econômicas, mas são fortemente marcadas pelo conflito social, divergências ideológicas e simbólicas, que, por sua vez, são traduzidas para as cidades da região.

Para Becker (1998), a importância da urbanização como instrumento de ocupação relaciona-se a três papéis fundamentais exercidos pelos centros urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social. Estes fatores atribuem à urbanização a dimensão do espaço social, referente a um modo de integração econômica, capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produtos excedentes e, também, de uma integração ideológica e cultural, capaz de difundir os valores e comportamentos da vida moderna. Também há a dimensão do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos, cuja feição particular está vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente, no planejamento estatal e na articulação deste com a sociedade (BECKER, 1998).

Decorrente dos diferentes ritmos e escalas das transformações na rede urbana regional, Becker (1990) propõe uma esquematização de diferentes modelos de urbanização, oriundos das diversas associações entre Estado-sociedade civil e as formas de organização dos mercados de trabalhos locais. São eles:

1) O modelo de urbanização “espontâneo”.

- É característico da Amazônia oriental, em áreas nas quais a ação do Estado é indireta, com domínio da apropriação das terras por empresas de grupos econômicos ou fazendeiros individuais. Nesse sentido, as cidades são residências da nova sociedade local, abrigando a mão de obra polivalente, constituída geralmente por peões, migrantes sem terra, pequenos produtores e médios fazendeiros. A estrutura interna da cidade evidencia a importância do espaço de reprodução, o que pode ser observado nos quarteirões periféricos de casas de madeira, mas também no espaço de produção, central, sede do comércio e serviços de consumo e de circulação.

## 2) O modelo de urbanização dirigida.

### a) Urbanização dirigida pela colonização particular.

- Executada e controlada por companhias colonizadoras, com domínio da apropriação da terra por colonos, cujas relações de trabalho são principalmente familiares, e onde as cidades têm caráter essencial de lugares centrais hierarquizados. Constituem-se residências de colonos e suas famílias, funcionários das companhias, comerciantes, investidores, sendo menos expressiva a proporção de migrantes sem terra e peões. Dado o forte controle exercido pela companhia, quase inexistem povoados espontâneos.

### b) Urbanização dirigida pelo Estado.

- Este modelo é coordenado pelo Estado através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como base a rodovia e o modelo de urbanismo rural (agrovilas, agropólis e ruropólis) em centros hierarquizados. A estrutura interna dos núcleos expressa a diversidade da estrutura social, que compreende colonos, novos comerciantes de bens, de força de trabalho, de terra etc. O conjunto de núcleos forma uma rede em que as cidades antigas, revividas, comandam agrovilas e povoados espontâneos.

## 3) O modelo de urbanização dos grandes projetos

- Trata-se do processo de urbanização gerado por grandes empresas que desenvolvem grandes projetos. Necessitam, dessa forma, de sedes urbanas para a moradia e infraestrutura para a instalação de funcionários, geralmente bem qualificados. Configuram-se como enclaves regionais por apresentarem maior conectividade extra local. Embora criem novos núcleos, não desconsideram a rede urbana

regional, assim como podem ou não gerar um núcleo espontâneo, aos quais estão contraditoriamente articulados.

#### 4) O modelo de urbanização em áreas tradicionais.

- Refere-se a áreas onde a expansão de frentes e o crescimento das capitais estaduais não foi suficientemente dinâmico para alterar o padrão tradicional. Trata-se, via de regra, de cidades que se voltam a uma dinâmica fluvial.

Como pode ser observado na tipologia proposta pela autora, transparece uma heterogeneidade espacial dos núcleos urbanos quando estes são submetidos à análise essencialmente político-econômica.

É necessário, pois, uma base teórica mais ampla, que nos dê subsídio para a análise da cidade de Santarém, uma das mais antigas sedes municipais da Amazônia, que atualmente vê-se na condição de nova fronteira econômica do agronegócio dos grãos. Para Monte-Mór (2004), por exemplo, a Amazônia, assim como o Brasil, está submetida a uma “urbanização extensiva”, ou seja, a urbanização que saiu da cidade e das áreas urbanizadas, carregando com ela as condições gerais de produção industrial, o que inclui também os valores e o modo de vida urbano:

a urbanização extensiva pode ser definida como a forma sócio-espacial que expande as condições urbano-industrial de produção (e reprodução) por sobre o espaço regional, articulando o urbano e o rural em uma única e (virtualmente) integrada forma urbana, carregando também consigo as especificidades de *polis* e da *civitas*: a práxis urbana, a política e a cidadania (MONTE-MÓR, 2004, p. 115).

Embora a urbanização extensiva seja o vetor de expansão espacial do capitalismo urbano-industrial, a ela também são atribuídas às noções de urbanidade, liberdade, modernização e cidadania, que, por sua vez, são emanadas pelas grandes metrópoles. Este fato explicaria, segundo Monte-Mór (2004), a politização dos movimentos sociais amazônicos, sejam eles urbanos ou rurais, responsáveis pela (re)construção do espaço regional:

É esse processo que nos permite compreender a rápida e intensa politização dos *povos da floresta*, desde as populações nativas pré-

cabralianas - os índios – até os garimpeiros, seringueiros e demais trabalhadores extrativistas, os colonos assentados, os fazendeiros, os sem-teto, todos organizados em centenas de movimentos políticos e sociais, e assim discutir os processos de urbanização em conexão íntima com a cidadania, as modernidades e as políticas de resistência (MONTE-MÓR, 2004, p. 120).

Essa proposição é importante para pensar a Amazônia e a suas cidades, posto que houve uma expansão mais rápida dos valores e modo de vida urbanos. Embora grandes empreendimentos tenham sido implementados na região, a urbanização do território ainda é questionável, uma vez que esta se fez de maneira pontual e descontínua, sempre tendo como principal incentivador a implantação de uma atividade econômica indutora de modernização ou as redes técnicas, a exemplo da rede viária e de energia elétrica (TAVARES, 1999), ou seja, os grandes empreendimentos se dão de modo pontual na região, fazendo com que muitas de suas cidades sejam carentes de infraestrutura primordiais e tipicamente urbanas. Em contrapartida, os valores e o modo de vida urbano foram mais rapidamente difundidos devido aos meios de comunicação básicos, a exemplo de televisores, celulares e rádios.

Tendo em vista os diferentes acessos e as diferentes redes de relações presentes nas cidades, Santos (2008b) propõe as categorias horizontalidades e verticalidades geográficas como forma de interpretar as relações da cidade com a região e com o mundo. Os recortes verticais construídos no espaço são definidos como pontos separados uns dos outros que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, resultantes das novas necessidades de intercâmbio e de regulação (SANTOS, 2008b).

Os horizontais, por sua vez, remetem-se a extensões formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade. Constituem, assim, espaços contínuos, formados por partes agregadas, condição e resultado das relações de produção propriamente dita (SANTOS, 2008b). Esses dois recortes são elucidativos na compreensão das segmentações, partições e interações do espaço:

enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *lócus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 2008b, p.284).

E ainda:

as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2008b, p.286).

Os recortes verticais e horizontais são instrumentos que auxiliam a compreensão do espaço no período de globalização a qual vivenciamos atualmente. Sobre o processo da globalização e a cidade, Castro e Santos (2006) afirmam:

Na discussão sobre as cidades, paradoxalmente, identificam-se, de um lado, os sinais da adesão ou adaptação a esses novos momentos em que as cidades se integram rapidamente aos circuitos de alta tecnologia, e de outro, a reafirmação de padrões tradicionais de produção de bens e serviços, de informalidade, acompanhada da precarização da vida urbana. Essa contradição e o paradoxo do moderno são percebidos em várias dimensões da vida urbana (...) a sociedade refaz seus passos, adotando de forma parcial, ou ampliada, o projeto de modernização que se confunde, no imaginário social contemporâneo, com uma certa padronização trazida pela sociedade do consumo, e globalizada (CASTRO; SANTOS, 2006, p. 26).

Esse encontro paradoxal a que se referem Castro e Santos (2006), entre a adesão a esses novos momentos e a reafirmação de padrões tradicionais, aproximam-se dos aspectos relacionados ao processo de globalização a que estão submetidas às cidades amazônicas.

Para Santos (2006), a globalização nos é apresentada de várias maneiras. Existe seu entendimento enquanto fábula, ou seja, emite como verdade certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação:

fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias realmente informa as pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil (SANTOS, 2006, p.9).

Entretanto, há a globalização como ela realmente é, ou seja, como perversidade. Nesta condição, o desemprego crescente torna-se crônico, a pobreza aumenta, o salário médio tende a baixar, a fome e os desabrigados se generalizam em todos os continentes (SANTOS, 2006).

Atualmente, segundo Santos (2006), a globalização ocorre por alguns fatores: unicidade técnica, convergência dos momentos e busca de uma mais-valia mundial, ou seja, existe a generalização dos conhecimentos técnicos, assim como a rápida circulação de informação, que proporciona a convergência dos momentos associada à urgência pelo lucro. Esses fatores são a base material para a realização da globalização, entretanto, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos.

Nesse sentido, o autor acredita em outra globalização: a globalização como possibilidade. Esta se daria a partir da soma das condições acima citadas com a emergência de uma cultura popular que se serve dos meios técnicos, antes exclusivos da cultura de massas e que lhe permitiriam exercer sobre esta última uma verdadeira revanche ou vingança (SANTOS, 2006).

Conforme foi exposto, as cidades amazônicas vêm sendo inseridas em processos globais com uma velocidade cada vez maior. Santos (2006) teoriza sobre um processo de globalização e de fragmentação do espaço, o qual podemos compreender também como as diferentes relações com as novas tecnologias e meios informacionais pelos diversos agentes presentes nas cidades.

Enquanto alguns grupos e agentes são conectados através da ciência, da técnica e da informação, há toda uma população excluída do fenômeno da globalização, e, por conseguinte, não participantes dos avanços da técnica e de seus benefícios. Sendo assim, sofrem um processo de fragmentação social, quando visto pela perspectiva mundial dominante.

As cidades, por seu turno, são produzidas, nesse contexto, por diferentes agentes que nelas residem e as constroem diariamente. Ocorre que esses sujeitos são diversificados e apresentam interesses diferentes e divergentes. Pela divisão de classes decorrente do modo de produção atual, esses sujeitos apresentam condições econômicas e sociais desiguais, e assim, acessam os diferentes circuitos econômicos presentes nas cidades.

## 2.2. Os circuitos econômicos e os agentes produtores do espaço urbano

A construção da teoria dos circuitos econômicos urbanos é oriunda da preocupação de Santos (2008a) em pensar cientificamente a urbanização dos países subdesenvolvidos. Segundo Grimm (2010), seus primeiros esforços de síntese buscavam compreender alguns aspectos das grandes cidades, tais como as características comuns e fatores de diferenciação existentes entre elas, sempre enfatizando a importância de reconhecê-los a partir da particularidade de cada país, que são marcadas, entre outros aspectos, por suas respectivas histórias coloniais.

Entender a urbanização da cidade à luz dos circuitos econômicos urbanos é útil para compreender as relações externas da cidade, seja com sua região de influência, seja com as outras cidades (SANTOS, 2008a). Os circuitos auxiliam a compreensão da organização e o uso das técnicas presentes nas atividades econômicas da cidade, sendo, portanto, esses dois elementos (técnica e organização) os dois principais fatores diferenciadores de tais atividades. Entretanto, o autor estabelece outras características dos dois circuitos urbanos, conforme quadro 01:

QUADRO 01: CARACTERÍSTICAS DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

CARACTERÍSTICAS	CIRCUITO SUPERIOR	CIRCUITO INFERIOR
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre vendedor e comprador (haggling).
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo).	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios.
Relação com a clientela	Impessoais e /ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
Overhead do capital	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior.	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2008a).

Esses fatores qualificam determinados agentes que atuam em tais circuitos. Os agentes do circuito superior, por exemplo, são aqueles que desenvolvem atividades relacionadas a bancos, comércio e indústria de exportação, indústrias urbanas modernas, serviços modernos, atacadistas e transportadores. Os agentes do circuito inferior, por sua vez, são aqueles que atuam em atividades voltadas, principalmente, aos serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão.

Reconhecer tais agentes torna-se essencial em nossa análise, uma vez que compreendemos a produção do espaço como resultante da ação de diferentes sujeitos. Segundo Corrêa (1993), o espaço urbano é fragmentado e articulado, é reflexo e condicionante social, é conjunto de símbolos e campo de lutas, sendo, por isso, a dimensão mais aparente da sociedade. A complexidade das ações dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial. O autor identifica alguns agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, quais sejam: os proprietários dos meios de produção e de serviços, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos socialmente excluídos e o Estado.

Assim como Corrêa (1993), muitos são os autores que coadunam com a ideia de um espaço produzido por diferentes agentes, a exemplo de Capel (1972), Harvey (1980), Roncayolo (1988) e Souza e Rodrigues (2004). Neste trabalho os agentes a serem considerados serão os definidos por Santos (2008a) referentes ao circuito econômico superior e inferior da economia urbana. A importância da identificação dos agentes produtores da cidade deve-se aos arranjos espaciais que estes produzem a partir de seus conflitos e demandas. O reconhecimento desses sujeitos seria, então, a nosso ver, uma etapa inicial para pensar políticas públicas concernentes com aquela realidade, considerando que os espaços locais amazônicos são resultantes de um acúmulo de tempos, mas são, sobretudo, reflexos de ações, estratégias, projetos e programas direcionados por uma determinada postura de planejamento e gestão urbana, sejam municipais, regionais e mesmo nacionais.

A gestão e o planejamento urbano muitas vezes são confundidos e vistos como sinônimos, ou, até mesmo, como antagônicos. Segundo Souza e Rodrigues (2004), o planejamento urbano está relacionado à ideia de plano futuro concebido para uma



determinada cidade, sendo uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um processo, fazer um prognóstico. A gestão, por sua vez, relaciona-se com o gerenciamento dos recursos no presente, ela é a administração de determinadas situações dentro de uma conjuntura, com os recursos disponíveis, tendo em vista a necessidade imediata. Dessa forma, as duas ações são antes complementares do que adversárias (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

Entende-se que as possibilidades da gestão ser realizada de maneira satisfatória serão maiores se a mesma estiver amparada em um planejamento que pense o futuro e o presente da cidade, de modo a subsidiar a gestão vigente. Do mesmo modo, a gestão deve acompanhar o planejamento que foi pensado para a cidade, a fim de que haja um diálogo entre ambos.

Neste debate, um dos principais agentes sociais é o Estado. Segundo Corrêa (1993), a atuação do Estado é complexa e variável tanto no tempo como no espaço, e reflete a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte. Na produção da cidade ele também desempenha uma importante função, principalmente no que concerne ao planejamento e à gestão. Souza (2010) também identifica o Estado como um agente de grande importância para o estudo da problemática do planejamento das cidades. Para o autor, ele é visto ora como um juiz neutro, pairando acima dos interesses particulares, em uma interpretação liberal, ora como uma instância de poder que, devido aos recursos materiais, institucionais e legais de que dispõe, é o único capaz de promover justiça social. Assim, o Estado é sempre o centro das atenções (SOUZA, 2010). Acreditamos que o Estado desempenhou importante papel no que se refere à expansão dos grãos para o Baixo Amazonas, sendo assim, pretendemos identificar e caracterizar as ações que subsidiaram esse processo.

### **3. SANTARÉM: PERCURSOS ESPAÇO-TEMPORAIS DO MAIOR CENTRO URBANO SUB-REGIONAL DO BAIXO AMAZONAS**

#### **3.1. A centralidade econômica e política de Santarém no Baixo Amazonas**

A cidade de Santarém, sede do Município de mesmo nome, juntamente com os Municípios de Alenquer, Belterra, Curuá, Monte Alegre, Placas, Prainha, Faro, Juruti, Oriximiná, Óbidos, Terra Santa e Almeirim formam a sub-região do Baixo Amazonas<sup>6</sup>. Historicamente Santarém desempenhou um papel de grande importância política na região na qual se insere, seja em um contexto geográfico mais imediato (o Baixo Amazonas), seja em um contexto mediato (o oeste paraense).

É nessa condição que Santarém se constitui ao longo do tempo uma cidade média. Embora o conceito de cidade média esteja em processo de construção, Spósito (2001), apresenta alguns elementos ou condições para definir o perfil de uma dada cidade como média. Segundo a autora, seriam eles: 1) o não pertencimento a áreas urbanas de grande porte; 2) distância de grandes centros da hierarquia urbana, para que a mesma possa oferecer mais bens e serviços à sociedade, e 3) considerar as relações espaciais que se estabelecem com espaços mais próximos e os mais distantes. Para a compreensão do papel desempenhado pelas cidades médias torna-se primordial a análise da intensidade de relações destas com os espaços mais próximos e com os mais distantes. A existência dessas relações está diretamente associada às possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações, valores e ideias (SPÓSITO, 2001).

Do ponto de vista do consumo, as cidades médias constituem-se polos para onde os moradores de áreas rurais ou cidades menores estão dispostos a se deslocar para suprir necessidades não satisfeitas em seu local de origem; ou podendo ser adquiridas pelos modernos sistemas de comunicações, sem a necessidade do deslocamento físico do consumidor (PEREIRA, 2004). Partindo desses pressupostos pode-se afirmar que Santarém assume o posto de cidade média do oeste paraense, dada a sua importância para a sub-região.

---

<sup>6</sup> A região do Baixo Amazonas é formada por doze municípios. A sua extensão territorial total é de 315.861 Km<sup>2</sup>, em que 76,6% dessa área encontra-se protegida por lei. No entanto, a região contribui com 7, 85% do total da área desmatada do Estado. A pressão sobre a floresta decorre, em parte, da expansão da cultura da soja, da extração e beneficiamento de madeira de floresta nativa e da formação de novas áreas de pastagem para a produção de gado bovino (SEPOF, 2011).

Inicialmente Santarém serviu de base para o controle e expansão territorial dos domínios portugueses na região, fato que explicaria sua localização às margens do rio Tapajós. No período colonial a cidade foi importante entreposto comercial e serviu de base para o desenvolvimento econômico de diversos produtos regionais, como as drogas do sertão, o látex e a juta (PEREIRA, 2004). Trata-se de uma cidade que ganhou centralidade não apenas econômica, mas também expressividade política no decorrer de sua história, sendo a principal delas manifestada através da proposta de criação do Estado do Tapajós<sup>7</sup>, que se projeta também a partir da cidade de Santarém, considerada sua futura capital.

Segundo Trindade Jr. e Pereira (2007), busca-se sustentar um discurso de que com a emancipação do Estado do Tapajós haveria melhor distribuição das arrecadações e de um possível redirecionamento do desenvolvimento econômico regional. No entanto, “trata-se muito mais da consolidação de uma nova territorialidade que dá apoio ao poder político local que se redefiniu nas últimas décadas e que exerce uma grande influência política nessa parte do território paraense” (TRINDADE JR.; PEREIRA, 2007, p.329).

Santarém apresenta-se como ponto nodal para os fluxos de capitais estaduais e de outros centros urbanos, seja do ponto de vista da circulação aérea, pois a cidade possui o segundo maior aeroporto em movimento de passageiros do Pará, seja do ponto de vista da circulação rodoviária (Rodovia Cuiabá-Santarém) e mesmo fluvial (rios Amazonas e Tapajós) (TRINDADE JR.; PEREIRA, 2007).

A capacidade de polarização de Santarém deve-se à sua melhor infraestrutura e oferta de serviços em relação às outras cidades do Baixo Amazonas, a exemplo da sua rede de comunicação, que abrange rádio, TVs e jornais locais de importância sub-regional (quadro 02 e 03).

---

<sup>7</sup> Este projeto sempre teve a fundamentação histórica como principal argumento para sua concretização, uma vez que as ideias iniciais remontam ao século XIX. A proposta de tal projeto é o desmembramento de três regiões de integração do Estado do Pará, a saber: Baixo Amazonas, Tapajós e Xingu, num total de 27 municípios e, a partir deles, formalizar-se como nova unidade federativa. Mesmo com resultado contrário à criação de Tapajós em 2011, esta proposta já se tornou um ideal entre os políticos locais, que, por meios legais, continuam a tentar sua implementação (TRINDADE, 2011).

QUADRO 02. SANTARÉM: EMISSORAS DE TV E RÁDIO LOCAL

<b>EMISSORAS DE TV</b>	Rede Globo	TV Tapajós canal 4.
	Rede TV	TV Amazônia canal 7.
	SBT	TV Ponta Negra canal 5.
	Rede Bandeirante	TV Santarém canal 12.
	Rede Vida	Rede Vida canal 17.
	Rede Nazaré	Rede Nazaré canal 40.
	Rede Record	TV Guarany canal 15.
	MTV	MTV canal 20.
<b>EMISSORAS DE RÁDIO</b>	AM	Rural, Ponta Negra e Tropical.
	FM	Guarani e Tapajós.

Fonte: trabalho de campo, mar. 2012 e Santarém (2011).

Elaboração: Gesiane Trindade.

Dentre as oito TVs listadas, sete possuem programas jornalísticos e culturais locais.

QUADRO 03. SANTARÉM: JORNAIS LOCAIS

<b>MÍDIA IMPRESSA</b>	<b>PERIODICIDADE</b>
Jornal a gazeta	Semanal
Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	Semanal
Jornal o Estado do Tapajós	Terça a sábado
Jornal o impacto	Semanal
Jornal tribuna do Tapajós	Semanal

Fonte: trabalho de campo, mar. 2012 e Santarém (2011).

Elaboração: Gesiane Trindade.

Importante frisar que, apesar das edições serem feitas em Santarém, a circulação desses jornais são regionais. Além destes, também circulam regularmente em Santarém jornais da capital paraense, como “O Liberal” e “Diário do Pará”; e de São Paulo, como “Estadão” e “Folha de São Paulo”. A importância de Santarém está muito além da centralidade econômica, embora esta também se constitua elemento importante para demonstrar a representatividade da mesma para o oeste paraense, como sugere a tabela 01, onde o Município se destaca entre os demais, econômica e politicamente, mesmo entre os mais significativos como Altamira e Itaituba. Esta afirmativa é confirmada, quando observamos o maior número de vínculos empregatícios oriundos da administração pública, sugerindo que os órgãos e os setores referentes às instâncias governamentais estão aí concentradas, reafirmando, assim, a centralidade econômica, e, sobretudo política, de Santarém para região do oeste paraense.

TABELA 01. OESTE PARAENSE: VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA E POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	EXTRATIVA MINERAL	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	CONSTRUÇÃO CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	AGROPECUÁRIA, EXTR. VEGETAL, CAÇA E PESCA	TOTAL
Alenquer	0	65	9	71	129	187	2.519	17	2.997
Almeirin	201	1.591	2	215	276	1.308	1.865	2.431	7.889
<b>Altamira</b>	<b>49</b>	<b>840</b>	<b>93</b>	<b>893</b>	<b>2.987</b>	<b>2.158</b>	<b>2.699</b>	<b>459</b>	<b>10.178</b>
Aveiro	7	50	12	0	1	3	763	4	840
Belterra	0	16	0	3	35	7	740	140	941
Brasil Novo	15	22	0	0	95	46	482	31	691
Curuá	0	1	2	0	6	4	853	0	866
Faro	0	0	3	0	7	5	565	0	580
<b>Itaituba</b>	<b>293</b>	<b>1.134</b>	<b>20</b>	<b>816</b>	<b>2.163</b>	<b>930</b>	<b>2.929</b>	<b>72</b>	<b>8.357</b>
Jacarécanga	0	12	12	37	37	45	459	18	620
Jurutí	173	36	6	349	200	1.420	2.764	0	4.948
Medicilândia	0	22	2	1	192	21	878	65	1.181
Monte Alegre	16	24	14	13	316	95	2.183	21	2.682
Novo Progresso	12	339	22	302	521	147	725	207	2.275
Óbidos	0	259	15	5	395	179	1.845	72	2.767
Oriximiná	1.175	1.220	86	766	619	819	2.385	69	7.139
Placas	0	58	2	0	52	4	800	49	965
Porto de Moz	0	7	2	0	44	22	994	46	1.115
Prainha	0	95	3	0	28	9	701	155	991

Rurópolis	19	150	6	4	151	37	1.223	18	1.608
<b>Santarém</b>	<b>11</b>	<b>2.901</b>	<b>323</b>	<b>1.342</b>	<b>9.009</b>	<b>8.640</b>	<b>10.420</b>	<b>754</b>	<b>33.400</b>
Senador José Porfírio	0	1	2	0	16	45	497	32	593
Terra Santa	0	16	6	2	45	15	817	4	905
Trairão	0	91	1	0	34	8	309	3	446
Uruará	0	483	4	9	592	183	1.431	439	2.941
Vitória do Xingú	0	9	0	0	21	12	329	129	500
<b>Total</b>	<b>1.971</b>	<b>9.442</b>	<b>647</b>	<b>4.828</b>	<b>17.971</b>	<b>16.349</b>	<b>42.172</b>	<b>5.035</b>	<b>98.415</b>

Fonte: (IDESP, 2011).

### **3.2. Aspectos histórico-geográficos da formação de Santarém-PA**

Segundo Guilhon (1979), os primeiros habitantes da localidade onde se conhece como cidade de Santarém, foram os Tapuyusús, índios do Rio Tapajós. A principal aldeia dos Tapuyusús ficava em um terreno alto, quase na confluência do Rio Tapajós com o Rio Amazonas. Santarém, assim como as cidades mais antigas da Amazônia, teve sua formação marcada pelo processo de conquista e exploração europeia do século XVI. Em 1542, o espanhol Francisco de Orellana certamente foi o primeiro europeu a ter contato com as águas do Rio Tapajós (REIS, 1979). Para além dele, franceses, holandeses e ingleses também tiveram conhecimento destas terras. No entanto, foi somente em janeiro de 1616, com a criação do Forte do Presépio em Belém, pelos portugueses, que se assegurou a conquista e a dominação do território amazônico (REIS, 1979).

Em 1626, conforme Reis (1979), o capitão-mor Pedro Teixeira, a frente de uma tropa de resgate, subiu o Amazonas. Sua expedição era composta de vinte e seis soldados, numeroso grupo de índios aliados, e frei Cristóvão de São José. Justificava-se pela necessidade de mão de obra, que deveria ser obtida no seio da gentilidade. Há de se considerar também o interesse pela matéria-prima para o comércio e pelos artefatos indígenas exóticos que provocavam a curiosidade do estrangeiro. Esta tropa chegou até o Tapajós e alcançou a aldeia dos Tapuyusús.

Segundo Corrêa (2006), a introdução das ordens religiosas foi de grande importância para a consolidação política e territorial do projeto de colonização portuguesa. Aldeias e fortins foram instalados principalmente às margens do rio Amazonas, em muitos casos na confluência de um afluente, em posição vantajosa, pois possuíam o controle da circulação de um vale, a exemplo de Óbidos (Rio Trombetas), Santarém (Rio Tapajós) e Tefé (Rio Japurá).

Os primeiros religiosos a chegarem à Amazônia foram os franciscanos, seguidos da Companhia de Jesus, em 1653. Em 1661 os missionários Tomé Ribeiro e Gaspar Misck são enviados à Aldeia do Tapajós, sob as ordens de Antônio Viera, a fim de catequizar os indígenas. Esses seriam os primeiros indícios da criação da missão de Nossa Senhora da Conceição dos Tapajós, administrada posteriormente pelo padre João Felipe de Betenfort (REIS, 1979).

Segundo Reis (1979), a missão do Tapajós, destacava-se pela sua prosperidade. Nela buscavam apoio os sertanistas que penetravam o interior na

busca de escravos ou na colheita das “drogas do sertão”. Ela abrangia todo o vasto mundo do Baixo Amazonas, inclusive “a amplitude da denominação significavam a importância que a missão já possuía, como capital de todo o distrito missionário” (REIS, 1979, p. 33).

Segundo Guilhon (1979), foi em 1758, sob o governo do Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que essa antiga missão foi elevada à categoria de Vila, com o nome lusitano de Santarém. E somente em 1848, quase um século depois, que ela passou a ostentar o título de cidade.

Apesar de rivalizar com Óbidos e Monte Alegre em importância política, Santarém certamente já tinha a responsabilidade de maior centro urbano sub-regional no Baixo Amazonas, pois, entre Belém e o alto Amazonas, a cidade representava um centro de ligação, de controle e de comando: “o poder militar e o religioso asseguravam-lhe a posição preponderante de que usufruía, mas lhe impunha obrigações severas – ordem pública e ordem espiritual” (REIS, 1979, p. 101).

Conforme Reis (1979), Santarém também foi palco para as lutas decorrentes do movimento cabano<sup>8</sup>, quando em 1836, um lugar denominado de Ecuipiranga, perto do centro urbano, serviu de espaço para concentração de milícias cabanas, sob o comando de Miguel Apolinário Maparajuba. Eles ocuparam muitas vilas, algumas delas não ofereceram oposição. No entanto, em 16 de junho do mesmo ano, uma ação para restauração da vila foi realizada pelos legalistas. Ela contava com soldados de Óbidos e de Macapá. Foi uma operação rápida e fácil e, assim, deu-se a retomada da vila, apesar do movimento cabano ter seu término apenas em 1840.

Outro fato marcante no processo histórico de Santarém é a chegada de norteamericanos em 1867. Segundo Guilhon (1979), estes migrantes se instalam naquela região com o intuito de reconstruir suas vidas, depois da sangrenta guerra de secessão por eles vivenciada nos Estados Unidos no período de 1861-1877. A opção pelo Brasil justifica-se pelo fato de que aqui o sistema de vida era semelhante ao do sul dos Estados Unidos antes da guerra: agricultura mantida a custa de

---

<sup>8</sup>A Cabanagem, segundo Reis (1979), foi um dos maiores e mais importantes movimentos políticos populares do Brasil. Durante cinco anos, de 1835 a 1840, a Província do Grão-Pará teve um governo autônomo que declarou sua independência diante do resto do País. Recebeu este nome, pois grande parte dos revoltosos era formada por pessoas pobres que moravam em cabanas nas beiras dos rios da região. Estas pessoas eram chamadas de cabanos.



trabalho escravo; salubridade de seu clima; riqueza e fertilidade do solo; abundância de rios navegáveis e, antes de tudo, pelo paternal e hospitaleiro governo que aqui os receberam.

A importância dos norte-americanos em Santarém se fez, sobretudo, pela introdução de inovações na agricultura, a exemplo do arado e outros instrumentos modernos. Eles se dedicavam ao plantio da cana, fabricavam o açúcar e o mel, produziam em abundância o milho, a batata doce, o algodão e a agricultura em geral, além de terem montado serrarias bem equipadas (GUILHON, 1979).

Para Corrêa (2006), o período de 1850 a 1920 são décadas de profundas mudanças na Amazônia. A região ganhou elementos diferenciais, tanto em termos econômicos quanto espaciais. Esse período é marcado pelo “boom” econômico da borracha. O extrativismo do látex levou à expansão e ao revigoração de núcleos urbanos preexistentes, principalmente daqueles localizados no vale do Amazonas e seus afluentes. A cidade de Santarém, por exemplo, apresentou um crescimento mais vigoroso, ultrapassando em importância a cidade de Óbidos, mas é somente a partir do final do século XIX que Santarém transformou-se na segunda cidade mais importante do Pará.

O período de 1920 a 1960 é marcado pela estagnação econômica que atingiu a região, como resultado da queda na demanda comercial da borracha. Por não haver na Amazônia outro produto que se equiparasse economicamente à borracha, a região entrou em estagnação. Como consequência, houve um aumento das dívidas internas e externas, refluxo populacional e diminuição da população de pequenas cidades (CORRÊA, 2006).

A exemplo de outros centros urbanos como Marabá (PA), Parintins (AM) e Itacoatiara (AM), Santarém apresentou um crescimento relativamente importante, devido a fatores localizados em sua área de influência; neste caso, a produção da juta. Este produto foi introduzido e difundido pelos japoneses, cultivado nas várzeas do Amazonas, e foi destinado principalmente para as fábricas paulistas de sacaria. Sua maior demanda era o mercado nacional. Assim, constituía elemento de integração da região amazônica à economia brasileira. Foi graças ao cultivo da juta que entre 1940 e 1950 Santarém possuía o posto de terceira cidade da Amazônia em número de habitantes (CORRÊA, 2006).

A partir de 1960 iniciou-se o processo de integração da região amazônica ao espaço nacional e mundial. Santarém e o oeste paraense, também foram alvos das políticas desenvolvimentistas implementadas pelo governo federal naquele período. Isto se deu através da criação dos polos de desenvolvimento Trombetas e Tapajós; pela abertura da Rodovia Cuiabá-Santarém; e, posteriormente, pela criação do extinto GEBAM (Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas), que surgiu na tentativa de solucionar os conflitos pela terra (BECKER, 1990).

### 3.3. Novos objetos, novos arranjos espaciais: a entrada da soja em Santarém

A utilidade da soja no mercado mundial volta-se a duas finalidades específicas. 90% atende à demanda de produção de óleo e ração animal e os 10% restante é utilizado na sementeira ou processado em forma de grãos. Tradicionalmente, a soja é produzida em regiões temperadas e subtropicais, mas em diversos países é cultivada em regiões tropicais (COSTA, S., 2012). O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja desde 2009 ficando apenas atrás dos Estados Unidos, conforme mostra a tabela 02.

TABELA 02. SOJA: PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES – SAFRA 2009/10 A 2013/14

PAÍSES	(em milhões t)				
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14 (*)
EUA	91,42	90,61	84,19	82,56	88,66
BRASIL	69,00	75,30	66,50	82,00	88,00
ARGENTINA	54,50	49,00	40,10	49,30	53,50
CHINA	14,98	15,10	14,48	12,80	12,20
ÍNDIA	9,70	9,80	11,00	11,50	11,80
PARAGUAI	6,46	7,13	4,04	9,37	9,00
CANADÁ	3,58	4,45	4,30	4,93	4,80
OUTROS	10,77	12,54	14,54	15,42	15,58
<b>TOTAL</b>	<b>260,40</b>	<b>263,92</b>	<b>239,15</b>	<b>267,88</b>	<b>283,54</b>

Fonte: (SEAB, 2013).

A introdução da soja no Brasil deu-se no final do século XIX. O registro mais antigo data de 1882, no Estado da Bahia. No início do século XX, migrantes japoneses iniciaram o cultivo em hortas domésticas no Estado de São Paulo para a produção de derivados, como o tofu, missô e o shoyu. Posteriormente, a região de

inserção da soja foi o Estado do Rio Grande do Sul, local de irradiação da produção para o resto do País (COSTA, S., 2012).

A partir do final da Segunda Guerra Mundial e o início da industrialização intensiva no Brasil, aumentou a demanda por óleos vegetais, o que intensificou o crescimento da produção. Com a adaptação da produção em áreas tropicais e com a inserção da região Centro-Oeste, ainda na década de 1960, passou para o cultivo em larga escala com a mecanização em propriedades que variam entre 300 a 10.000 hectares. Atualmente, no Estado do Mato Grosso, há cultivos em propriedades acima de 10.000 hectares. O Estado do Mato Grosso tem se destacado por ser o maior produtor de soja do País (COSTA, S., 2012).

Embora a produção e exportação de soja tenham trazido benefícios para a balança comercial brasileira, pouco tem sido o resultado verdadeiramente social desse negócio. Por seu alto grau de mecanização, o número de postos de trabalho nas fazendas é reduzido, contrariando a ideia de que a soja traria emprego e renda. Quanto aos faturamentos dessa cultura, é necessário dizer que ficam restritos a poucos grupos que possuem bastante capital para investimento, tendo em vista os valores dos equipamentos com alto grau tecnológico. Ademais, contribui para ocultar as lutas pela terra, omitir a superexploração e o trabalho degradante, a concentrar poder e riqueza no território, criminalizar os movimentos sociais no campo e dificultar a compreensão da importância da reforma agrária, assim como para incentivar o latifúndio no País (ARRUDA, 2007).

Nesse sentido, Arruda (2007) afirma que, por ser atrelado à ideologia neoliberal, o agronegócio apresenta contradições nem sempre identificadas *a priori*, mas que estão ocultadas pelas formulações pautadas na ideia de progresso, de crescimento econômico e de produtividade. Para Elias (2006), nenhum outro modelo de agricultura promoveu tanta pobreza, desigualdades e degradação ambiental em tão pouco tempo. Tal modelo provocou uma crise de grande magnitude, no campo e nas cidades, evidenciando a associação entre crescimento econômico e deterioração social.

Na busca da “mais-valia mundial” (SANTOS, 1998) a fronteira econômica da soja avança em direção à Amazônia, especificamente em direção ao Baixo Amazonas, a partir de 1996 com a chegada dos primeiros sojicultores a Santarém. No Ano de 1999, esse movimento foi intensificado, devido à assinatura junto à

Companhia de Docas do Pará do contrato de concessão de instalação do porto de grãos sólidos da multinacional Cargill S.A. Em 2003, tanto Santarém como Belterra<sup>9</sup> se consolidaram no cenário regional na produção da *commodity*.

Dentre os diversos motivos que fizeram com que houvesse a expansão dos grãos para Santarém, Paixão Jr. (2012) destaca: a) incentivo do Estado, com disponibilização de créditos para pesquisa (sob o apoio do Programa Nipo-Brasileiro do Desenvolvimento do Cerrado-PROCEDER); b) programas de fornecimento de suporte técnico e logístico (Programa Pão-Nosso, que previa a compra de máquinas agrícolas, armazéns de estocagem e apoio à melhoria da produtividade); c) grande disponibilidade de terras antropizadas, d) incidência de terras planas e platôs; e) incidência de calcário, fundamental para a correção do solo para a agricultura; f) malha rodoviária estratégica, com destaque pra a BR-163, a Cuiabá-Santarém, e PA-370, Santarém-Curuá-una, e g) maior proximidade com os grandes mercados consumidores. Para Costa, S. (2012), o crescimento dos plantios de soja na Amazônia não configura mera expansão agrícola, mas fruto de uma planejada estratégia expansionista do agronegócio de grãos assentada em quatro elementos estruturais: a migração especializada, o mercado de terras, a infraestrutura logística de transporte e escoamento da produção e a influência do fator ambiental na organização da atividade produtiva.

Embora a monocultura da soja necessite, primordialmente, de grandes faixas de terra para se desenvolver, ocorrendo assim em áreas rurais, é necessário enfatizar o papel das cidades nesse processo. Destarte, a terra exerce a função de meio de produção e a cidade opera como suporte para as atividades econômicas. Ocorre o que Arruda (2007) denominou de processo de pós-porteira. Essa denominação refere-se a atividades como transações na compra de insumos, de sementes, máquinas, ciência, tecnologia, assim como pelas transações de comercialização, de industrialização e, igualmente, pelo marketing.

Dessa forma, para Arruda (2007) somente as atividades realizadas “dentro da porteira” estão diretamente ligadas à terra rural. As demais são atividades urbanas. Nesse sentido, a ordenação do território para o agronegócio e a sua dinâmica

---

<sup>9</sup> O processo de cultivo dos grãos nesses Municípios aproxima-se da ideia de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) proposta por Elias (2011; 2013). “as RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando sua área mais competitiva” (ELIAS, 2011, p. 2).

possuem a terra como meio de produção que se encontra na fazenda, mas tem a terra como suporte para a realização das transações econômicas que estão alocadas no urbano. Partindo dessas premissas, supõe-se que haja alguns impactos na produção do espaço urbano de Santarém, oriundos da produção e da circulação dos grãos. E são exatamente esses impactos na urbanização que se busca identificar e analisar.

Elias (2006; 2011; 2013) afirma que nas cidades do agronegócio<sup>10</sup> há um processo de reestruturação produtiva. Tal processo é responsável por causar profundos impactos sociais, territoriais e ambientais, que, por sua vez, culminam com a elevação da concentração da propriedade da terra, num processo de oligopolização do setor pecuário em transformação nas relações de produção, na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização.

Ainda em relação a esses impactos, a autora destaca dois tipos de processos migratórios presentes nas cidades, quais sejam, a migração campo-cidade, a partir de um processo de expropriação da terra pelo grande capital, onde os pequenos produtores passam a residir nas periferias das cidades; e a migração de mão de obra especializada, até então pouco comum no País, para melhor atender às demandas da produção moderna, entre as quais as do agronegócio globalizado, comumente oriundo de cidades maiores para cidades menores. A compreensão e análise dessas dinâmicas populacionais são imprescindíveis para o estudo da urbanização recente (ELIAS, 2013).

A preocupação central deste trabalho é a questão espacial. Segundo Santos (1980), a importância do espaço é tão grande para a reprodução da vida em sociedade que este seria uma instância social, semelhante às instâncias econômica, político-jurídica e ideológico-cultural:

ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, é uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias sociais, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, 1980, p.145).

---

<sup>10</sup> Por cidades do agronegócio entendem-se espaços urbanos nos quais se dão a gestão local ou regional do agronegócio globalizado, desempenham novas funções urbanas, polarizam amplo e dinâmico espaço agrário, estão na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos (ELIAS, 2011). Tal noção foi construída calcada na ideia de “cidades do campo”, proposta por Santos (1993).

O espaço é constituído por sistemas indissociáveis: os sistemas de objetos e os sistemas de ações. Os sistemas de objetos são as propriedades físicas do espaço e os sistemas de ações as relações sociais para com esses objetos. Estes sistemas são indissociáveis e influem sobremaneira sobre o outro, ora um constrói o outro, ora um condiciona o outro (SANTOS, 1998).

Segundo Santos (2006), a agricultura moderna, pautada na ciência e na modernização tecnológica, tal como assistimos a se desenvolver no Brasil, constitui um exemplo da tendência e um dado essencial para o entendimento do que considera fragmentação e compartimentação do território. Tais processos a que se refere Santos (2006), realizam-se paralelamente à globalização:

os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam com o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional. Esses movimentos são paralelos a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto (SANTOS, 2006, p.39).

A tendência à globalização e a ação dos grandes grupos econômicos que dão vida a esse processo são seletivos em suas ações no território. Por se darem dessa maneira, elas fazem com que haja uma compartimentação, uma vez que elegem, sempre de forma estratégica, frações do território que lhes interessam. Isto, por sua vez, vem contribuir para a fragmentação dos espaços de vida dos atores locais, que têm, muitas vezes, seus territórios comandados por lógicas externas ao lugar. Quando ocorre à modernização da agricultura, a cidade se torna um polo indispensável de comando técnico da produção. A cidade tem também um papel político frente a essa mesma produção (SANTOS, 2006). A forma seletiva em que os espaços amazônicos são inseridos na lógica capitalista de produção contribuem para a produção de diferentes núcleos urbanos.

Destaca-se como particularidade regional a forma peculiar como o urbano vem se desenvolvendo na Amazônia. Aponta-se como característica peculiar, até mesmo antes da modernização no campo, a intensa relação cidade-campo presente nas cidades da região (CASTRO, 2006). Em Santarém, essa realidade também está presente e intensificada, conforme expõem Sá, Costa e Tavares (2006):

o processo de renovação das atividades econômicas vai determinando a própria construção do espaço rural e do espaço urbano. No caso de Santarém, seu processo histórico indica que as relações sociais se baseiam mais na produção agrícola e esta vai determinando a reorganização socioterritorial da própria cidade, ficando desta forma expressa a falsa dicotomia rural-urbano (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006, p. 129).

As autoras indicam que a renovação das atividades econômicas no campo influi sobremaneira o perfil da cidade, na medida em que determinam a reorganização territorial da mesma. Nesse sentido, as atividades voltadas à produção de grãos nas áreas rurais de Santarém, interferem na produção e na organização do espaço urbano, exigindo novos serviços e espaços específicos aos grãos. Segundo Elias (2013), a reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil tem resultado em um processo acelerado de urbanização, promovido entre outros fatores, pelas novas relações entre o campo e a cidade. Tais relações são desencadeadas pelas novas necessidades do consumo produtivo, ou seja, aquele vinculado diretamente à produção (mão de obra, revendas de insumos e fertilizantes, transportes, pesquisas e inovações, comercialização e escoamento do produto) e também do consumo consumptivo. Este, por sua vez, constitui-se das necessidades de instalação nas cidades de hospitais, restaurantes, hotéis, centros de compras, áreas de cultura e lazer, entre outros. Forma-se, desta maneira, uma rede intersetorial de serviços vinculados à produção agrícola.

A partir desses pressupostos, a presente discussão se justifica, uma vez que há um processo de globalização em que se insere Santarém através do agronegócio de grãos, que inclui o Município nos principais roteiros de escoamento e o coloca como lócus de intensificação e expansão da cultura de soja no Brasil. Entretanto, esse fenômeno tem criado fragmentos espaciais que subvertem e prejudicam a vida da população do lugar, uma vez que o advento da soja é responsável por uma série de impactos na produção do espaço urbano e agrário, que, por sua vez, têm afetado o cotidiano da sociedade local em diversas instâncias (social, econômica, política e cultural). Tais impactos e conflitos, travados entre a ordem global e as necessidades do lugar, necessitam ser estudados, debatidos e avaliados, a fim de pensar o desenvolvimento local e as políticas públicas efetivas para a resolução dos problemas sociais reproduzidos nas cidades amazônicas.

## 4. IMPACTOS DA DINÂMICA DOS GRÃOS NOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

### 4.1. Os grãos e o circuito superior: comércio e serviços

A consolidação do agronegócio de grãos em Santarém se deve em grande parte a aprovação de uma parcela das elites locais diante desse advento. Embora essa aprovação tenha ocorrido de forma heterogênea, ou seja, alguns aprovaram e outros foram desfavoráveis à entrada dos grãos naquele Município. Alguns grupos pertencentes às elites, aliados ao próprio Estado e alguns empresários da região, foram um dos principais incentivadores da expansão daquela cultura para o Baixo Amazonas. Por elites locais, consideramos as famílias Correa, Pereira, Guimarães, Rabello e Santos, identificadas por Dutra (1997) como importantes nomes na vida política de Santarém no período de 1758 a 1996.

Uma ação que nos permite afirmar que uma parcela das elites concordou e incentivou a expansão dos grãos para Santarém, consiste no empreendimento da família Corrêa, em 2004, a Corrêa Agroindustrial Ltda. (COAGRO). Tal empreendimento desenvolvia o processo de industrialização e armazenagem de grãos. Os Corrêa compõem importante família tradicional, participando ativamente dos períodos de auge econômicos na região, como podemos observar no discurso inaugural da COAGRO, proferido por integrante da referida família:

o compromisso de nossa família com o agronegócio (nome atualizado das atividades econômicas na área rural), remonta ao bisavô de meu pai, José Caetano Correa, o Barão do Tapajós, ainda no século XIX. Desde então, há mais de 100 anos, ela, além da pecuária, participando dos diversos ciclos econômicos da nossa região, como o do cacau no início do século passado, e no da juta nas décadas de 60 e 70 quando em parceria com o também empresário Hilário Mendes Coimbra, o senhor Sampson, do Marquês e o Grupo Carneiro, no qual participava nosso amigo Dr. Irapuam Sales, adquiriram, recuperam e colocaram em funcionamento a empresa de fiação e tecelagem, Tecejuta. Hoje nossa família se integra ao ciclo da produção de grãos. Neste momento estamos inaugurando um novo complexo industrial, resultado de um sonho que começou em outubro de 2002 e hoje se traduz em instalações com uma capacidade estatística de estocagem de 18 milhões de kg, na industrialização de 4.800 kg hora correspondente em média à produção de 1 hectare de arroz/safra (GAZETA DE SANTARÉM, 2004a, p.11).

Este empreendimento teve grande repercussão no cenário local/regional por sua grandiosidade (fotografia 01). Na época, foram investidos dois milhões de reais





A COAGRO decorreu de uma ação para a diversificação do grupo voltada para o agronegócio. Tal grupo é proprietário de extensas terras na região, usadas tradicionalmente como campos de pastagem, onde agora estão sendo cultivados grãos, como arroz e soja (GAZETA DE SANTARÉM, 2004a). Percebemos, assim, que esse empreendimento serviu de inspiração para que outros grupos familiares locais acreditassem no desenvolvimento econômico oriundo da produção de grãos.

Os principais sujeitos locais/regionais que apoiam a propagação da cultura dos grãos no Baixo Amazonas manifestaram-se por meio da publicação, em jornal local, de uma carta aberta ao comandante da Polícia Militar, parabenizando-o, pelas ações tomadas que impediram os manifestantes da ONG (Organização Não-Governamental) norte-americana Greenpeace de finalizarem seu ato de protesto na Cargill em Santarém no ano de 2004<sup>11</sup>:

Prezado comandante,

No momento em que se discutem as questões da soberania nacional; notadamente da região amazônica, tida como a mais importante tanto para nós brasileiros, quanto para as grandes nações que veem nesta a maior reserva florestal do planeta com uma biodiversidade inigualável, atualmente palco de acirradas disputas pelo domínio de seu potencial, com pesquisa oficial e oficiosas, haja vista a enorme quantidade de ONG's aqui atuantes, o Sindicato Rural de Santarém – SIRSAN, Associação Comercial e Empresarial de Santarém – ACES, Associações das Indústrias das Madeireiras de Santarém e Região – ASIMAS, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Santarém – CDL e o Sindicato de Lojistas de Santarém – SINDILOJAS, que representam os principais segmentos da economia local e regional, pautados nos princípios e direitos fundamentais de nossa Carta Magna, particularmente quanto a questão da liberdade ao trabalho e o direito à propriedade, vêm enaltecer a eficiente ação desenvolvida por essa corporação, evitando que o pior acontecesse durante a manifestação pública que culminou com a invasão a propriedade privada da empresa Cargill Agrícola S/A. No dia 1º de maio de 2004 (GAZETA DE SANTARÉM, 2004b, p.15).

Pela leitura da carta, podemos identificar as principais organizações locais/regionais que apoiam a expansão dos grãos para o Baixo Amazonas. Entre os sujeitos mencionados pode-se destacar o Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), a Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES), a Associações das Indústrias das Madeireiras de Santarém e Região (ASIMAS), a Câmara de

---

<sup>11</sup> Os ativistas do Greenpeace escalaram as instalações portuárias da Cargill com a intenção de afixar uma faixa com a frase “Cargill: portas da destruição”. Todavia, eles foram impedidos pela Polícia Militar que apreendeu o material e prendeu os sete manifestantes. Eles participavam, juntamente com mais oitocentas pessoas de movimentos sociais locais, do seminário “Levante Amazônia”, que discutiu a expansão da soja na Amazônia (GAZETA DE SANTARÉM, 2004b).

Dirigentes Lojistas de Santarém (CDL) e o Sindicato de Lojistas de Santarém (SINDILOJAS).

Podemos perceber, assim, o incentivo de alguns setores da sociedade local para a produção e expansão de grãos no Município, assim, como a vinda de empresas que auxiliam sua reprodução. Segundo Santos (2008a), o circuito superior da economia tende mais a criar conjuntura do que adaptar-se a ela. Ele o faz com diversas possibilidades de sucesso, pois sempre há uma margem de distorção entre as decisões das grandes firmas e o comportamento do mercado; ao contrário do circuito inferior, que só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais. Sendo assim, a expansão dos grãos, criou uma nova conjuntura em Santarém trazendo novas empresas que auxiliam a produção. Paralelamente também há fomentos e impactos na expansão do circuito inferior urbano, debatido mais adiante. Alguns serviços passaram a surgir a fim de atender a uma nova demanda que cresceu com a difusão dos grãos, a exemplo de assessorias técnicas agrícolas e os serviços bancários. Houve também o crescimento de alguns segmentos comerciais, como lojas que comercializam sementes de milho, calcário, sorgo, milho, sal mineral, defensivos agrícolas e produtos para controle de pragas invasoras (quadro 04).

No quadro 04 há um demonstrativo de empresas que vieram pra Santarém a partir de 2000. Algumas são originárias de Santarém, no entanto, partiram de iniciativas de migrantes de outras regiões do País<sup>12</sup>. Também surgem empresas responsáveis por representações de marcas mundiais. É o caso da Agrosanta e da Agroinsumos, responsáveis por conectar os produtores santarenos a empresas nacionais e internacionais, a exemplo da Agronorte, com sede em Sinop (MT); Sementes Cajueiros com sede em São Luís (MA); Yara, com sede em Porto Alegre (RS); Bayer Crop Science, com sede na Alemanha; Dow Agrosiense, Mosaic e Monsanto, com sede nos Estados Unidos.

Tais empreendimentos apresentam um perfil de pequeno e médio portes, haja vista a incipiência da difusão dos grãos em Santarém quando comparada com fronteiras agrícolas mais antigas e com maior dinamização, a exemplo dos Estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

---

<sup>12</sup> Informações obtidas em trabalho de campo em maio de 2014.

QUADRO 04. SANTARÉM: EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS

EMPREENDIMENTO	LOCAL DE ORIGEM DO EMPREEDIMENTO	ANO DE IMPLANTAÇÃO EM SANTARÉM	PRODUTOS COMERCIALIZADOS	FILIAIS	ENDEREÇO
Missioneira Comércio e Representações	Rio Grande do Sul	2004	Adubo Semente Sal mineral Equipamento aviário	Xinguara	Av. Cuiabá-Santarém
Agro Tapajós	Mato Grosso	2004	Milho Ração Calcário Sorgo Milheto Sal mineral	Única unidade	Av. Tapajós
Agrotécnica		2005	Insumos agrícolas Assistência técnica agrícola		Av. Mendonça Furtado.
Boa Safra	Santarém	2008	Sistemas de irrigação Sementes de hortaliças	Única unidade	Av. Tapajós
Agrosanta	Santarém		Representa as marcas: Agronorte (semente de milho e arroz), Bayer Crop Sciense (defensivos agrícolas) Dekalb (semente de milho), Dow Agrosiense (linha de pastagens e produtos de controle de pragas) Sementes Cajueiros (semente de Arroz, soja e milho) e Yara (fertilizantes).	Única unidade	Av. Cuiabá-Santarém
Agro Insumos	Mato Grosso	2013	Representa as marcas: Bayer Crop Sciense (defensivos agrícolas) Yara (fertilizantes). Oilema (semente de soja) Produquímica (nutrição animal) Mosaic (fertilizantes) Monsanto (herbicidas e sementes transgênicas)	Sinop, Sorriso, Ipiranga, Feliz Natal e Marcelândia Municípios do Mato Grosso.	Av. Mendonça Furtado

Elaboração: Gesiane Trindade. Fonte: trabalho de campo, out. de 2013.

Juntamente com essas empresas, outros segmentos comerciais passaram a se estabelecer em Santarém, a exemplo dos grupos comerciais que trabalham com peças para o segmento agrícola, como tratores, colheitadeiras e pulverizadores (quadro 05). É importante frisar também o papel do sistema bancário, responsável pelo financiamento de tais veículos. Segundo Santos (2008a), os bancos cobrem o conjunto das atividades do circuito superior, que controla diretamente ou indiretamente, em seu próprio nome ou como representante de instituições de crédito mais poderosas, sediadas no País ou no exterior. Isso é observado no referido quadro. Esses aspectos nos possibilitam afirmar que a cultura dos grãos tem produzido novas realidades e criado novos espaços, o espaço do circuito superior.

QUADRO 05 – SANTARÉM: PRINCIPAIS CONCESSIONÁRIAS QUE FINANCIAM VEÍCULOS PARA ATIVIDADES LIGADAS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA

CONCESSIONÁRIA	MARCA	TIPO DE VEÍCULO FINANCIADO PARA ATIVIDADES LIGADAS À PRODUÇÃO AGRÍCOLA	INSTITUIÇÃO QUE ATUA COM FINANCIAMENTO
Delta Veículos	Mitsubishi	Caminhonetes/Pick-ups	Banco do Brasil, Bradesco e Itaú
Rio Norte	Chevrolet	Minivans e Caminhonetes/pick-ups	Banco do Brasil, Bradesco e Itaú
Rodobens Caminhões	Mercedes-Benz	Caminhões médios	Banco do Brasil e Bradesco
Maicá Caminhões	Volkswagen	Caminhões leves e médios	Banco do Brasil, Bradesco e BASA
Maicá Tratores	Valtra	Tratores de porte médio, colheitadeiras e pulverizadores	Banco do Brasil, Bradesco, BASA, Banco Valtra e AGCO Finanças
Rech Tratores	John Deere	Tratores em geral	Banco do Brasil, Bradesco e BASA
Agromax	New Holland	Tratores em geral, além de colheitadeiras e pulverizadores	Banco do Brasil e Banco New Holland

Fonte: GEOURBAM<sup>13</sup>, trabalho de campo, mai. 2014.

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira.

O crescimento do agronegócio dos grãos em Santarém está relacionado com a presença de diversas instituições bancárias, uma vez que “os bancos financiam indiretamente as atividade agrícolas, particularmente aquelas cujos laços com o exterior são dominantes, como a agricultura de exportação” (SANTOS, 2008a, p.107). Isto é ratificado tanto pelo financiamento de veículos especializados (quadro 05) quanto pelas linhas de crédito destinadas a outros aspectos da produção agrícola. No quadro 06 faz-se um demonstrativo dessas instituições em Santarém:

<sup>13</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia. Coordenação Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

QUADRO 06. SANTARÉM: INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

BANCO	PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERECIDOS	FINANCIAMENTOS	LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ	AGÊNCIAS POR BAIRRO (QUANTIDADE)	PRINCIPAIS TECNOLOGIAS PARA OS CLIENTES
Banco da Amazônia	Abertura de contas; -título de férias; -viagens; -Capitalização; - Consórcio e Seguros; - cartões; - Empréstimos	Financiamento para veículos; Financiamento agrícola: agronegócio e agricultura familiar.	Belém-PA	Centro (2) Aldeia (1) Fátima (1)	Aplicativos para tablets e smartphones
Banco do Brasil	- Abertura de contas; - Cartão de crédito com bandeira a escolha do cliente;	Financiamento imobiliário;  Financiamento de veículos;	Brasília-DF	Centro (2) e Sale (1)	Aplicativos para tablets e smartphones
Bradesco	-Abertura de contas; -Cartão de crédito com bandeira a escolha do cliente; -Créditos ao cliente; -Seguros;	Financiamento imobiliário;  Financiamento de veículos	Osasco-SP	Centro (1) e Aldeia (1)	Aplicativos para tablets e smartphones
Caixa Econômica Federal	- Abertura de contas; - Cartão de crédito com bandeira a escolha do cliente; - Cobrança bancária através de boleto; - Consórcios; - Seguros; - Empréstimo pessoal - Capitalização; - Penhor; - Previdências;	Financiamento habitacional;  Financiamento de veículos;	Brasília-DF	Centro (1) e Aparecida (1)	Aplicativos para tablets e smartphones
Itaú Unibanco	- Abertura de contas; - Cartão de crédito com bandeira Master e Hiper; -Créditos pessoais ao cliente; -Seguros;	Financiamento imobiliário;  Financiamento de veículos;	São Paulo -SP	Centro (1)	Aplicativos para tablets e smartphones
HSBC	- Abertura de contas; - Antecipação de Recebíveis; -Capitalização; - Cartão de débito e/ou crédito; -Consórcio; - Crédito Parcelado; - Crédito Pessoal; - Previdência; - Proteção Financeira ao cliente; - Seguros; - Soluções em Crédito;	Crédito Imobiliário;  Financiamento de Veículos;	Sede no Brasil: Curitiba-PR  Matriz Internacional: Londres (Inglaterra)	Centro (1)	Aplicativos para tablets e smartphones

Santander	- Abertura de contas; - Capitalização; - Cartões; - Consórcio e Seguros; - Empréstimos;	Financiamento de imóveis, veículos*;	Sede no Brasil: São Paulo-SP Matriz Internacional: Madrid (Espanha)	Centro (1)	Aplicativos para tablets e smartphones
-----------	---	--------------------------------------	--	------------	--

Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014.

Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira e Gesiane Trindade.

\* Único financiador de equipamentos náutico na cidade de Santarém.

Embora as ações dos bancos se façam de diferentes formas e em várias dimensões, no que se refere ao financiamento da produção dos grãos em Santarém, destaca-se a ação do Banco da Amazônia. O órgão foi criado nos anos de 1940 com o objetivo de financiar o desenvolvimento da Amazônia, sendo financiador de grandes projetos e programas que propunham a integração nacional e o desenvolvimento para a região.

Tal instituição é bastante atuante no que concerne ao financiamento da agropecuária na região. Em seu programa de crédito há duas vertentes para incentivar essa atividade econômica: o agronegócio e a agricultura familiar. Na linha do agronegócio há os seguintes financiamentos possíveis:

- crédito para armazenagem de grãos (programa para construção e ampliação de armazéns, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES).
- crédito para a agropecuária (programa Amazônia Sustentável Rural, recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO, BNDES).
- crédito para maquinário agrícola (programa Amazônia Sustentável Rural, recursos do FNO, do BNDES, recursos da poupança rural e recursos do programa BNDES-FINAME<sup>14</sup> Agrícola).
- crédito para eventos de exposições e feiras rurais agropecuárias (Programa FNO-Amazônia Sustentável, recursos do FNO).

No que se refere à agricultura familiar, a ação do referido banco se dá de acordo com o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF<sup>15</sup>)<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> A Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) em parceria com o BNDS criaram o programa BNDES-FINAME Agrícola. Trata-se de uma linha de financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para a produção e a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

Nesse sentido, afirma-se que o setor bancário teve grande relevância para a expansão dos grãos em Santarém, possibilitando o acesso ao crédito e fazendo, assim, com que houvesse condições favoráveis para a difusão da dinâmica econômica dos grãos, como foi afirmado pelo gerente do Banco da Amazônia em 2004:

Os negócios são firmados pelo gerente de negócios do Banco da Amazônia, Ari Yukio Kudo. Ele informa que a movimentação triplicou nos últimos dois anos e que os empréstimos para máquinas e custeio chegam a R\$ 5 milhões. A carteira de clientes na área agrícola cresceu 200%, mas só responde por 10% da movimentação total da agência. A tendência, porém, é de crescimento (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014, s/p).

A maior movimentação de dinheiro nos bancos, todavia, não significa maior crescimento econômico para a cidade. Ao contrário, pode se constituir elemento de desequilíbrio regional, uma vez que promove antes uma unificação pela técnica e informação do que uma união entre os habitantes do lugar ou da região:

o banco não tem, de modo algum, papel pioneiro no campo das atividades locais. Ao contrário, drenando capitais para fora da região, ele priva as pequenas e médias cidades do dinheiro que lhes permitiria estabelecer as atividades modernas que se dirigissem ao consumo local. Isso significa que o banco é um instrumento dos desequilíbrios regionais (...). O banco tem um papel de traço de união numa relação assimétrica, favorecendo as atividades cuja sede estão nas cidades de escalão superior e, portanto, prejudica as que estão instaladas nos escalões urbanos inferiores (SANTOS, 2008a, p. 108).

Mesmo disponibilizando de diferentes créditos a grupos e classes econômicas diferentes, a exemplo dos trabalhadores da agricultura familiar e representantes do agronegócio, a dificuldade ao acesso ao crédito é uma das principais reclamações dos produtores/feirantes das feiras da APRUSAN:

O empréstimo que sai pra gente, pequeno produtor, é um empréstimo pequeno. E, às vezes, nem adianta nem se empatar para pegar. Mas eu já fui beneficiado sim. Já fui pelo PRONAF e pelo "Mais Alimentos". Mas são oferecida pequenas quantidades de dinheiro. Eu acho que para gente que tem vontade de trabalhar, deveria ser maior o crédito. Quando a gente corre atrás de um empréstimo maior, aí tem uma burocracia que impede de chegar lá. Hoje eu não estou trabalhando em lavoura, é mais com fruta, e também estou me dedicando à criação e frango. Aí eu precisava fazer um galpão, e tentei um empréstimo de doze mil reais e não consegui. Hoje

---

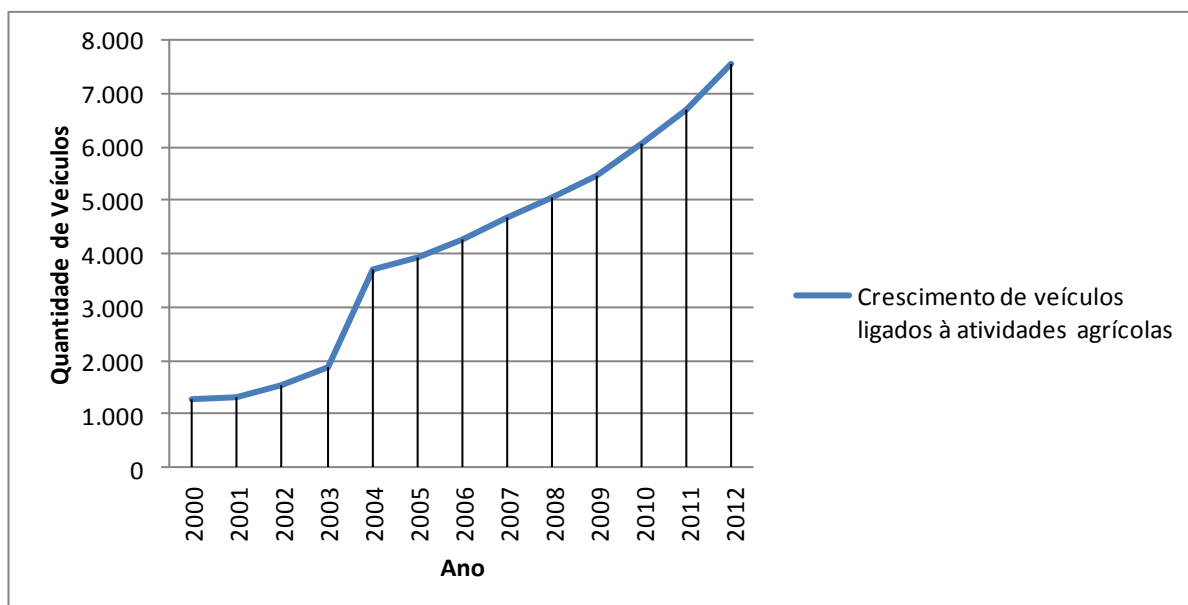
<sup>16</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, apresentando as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.



graças a Deus eu tenho o galpão mais com condições próprias, porque o financiamento exige uma burocracia. Deveria ser mais aberto para que a gente pudesse ter acesso. Quantidade pequena a gente paga, eu não sei grande, porque ninguém nunca pegou. Mas acho que quem é honesto com pouco é também com muito. Não é a bíblia que diz isso? Eu acho que a gente tem que fazer por onde (Feirante 01, 50 anos, feira da COHAB, outubro de 2014).

Esse depoimento do feirante demonstra o funcionamento dos empréstimos e linhas de crédito para com os diferentes grupos econômicos envolvidos com a atividade agrícola. Em contrapartida, conforme foi demonstrado no quadro 05, há um processo de facilitação ao acesso a veículos agrícolas através dos financiamentos do setor bancário. Com isso, houve um aumento no número desse tipo de veículos em Santarém no período de 2000 a 2012, período que coincide com a instalação do porto graneleiro da Cargill e o crescimento do agronegócio de grãos em Santarém (gráfico 01):

GRÁFICO 01. SANTARÉM: CRESCIMENTO DO NÚMERO DE VEÍCULOS LIGADOS A ATIVIDADES AGRÍCOLAS\* ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2012



Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014 e IDESP (2013). Elaboração: Helbert Oliveira.  
\* Foram considerados veículos como: caminhão, caminhão-trator, caminhonete e trator de rodas.

Ao encontro da lógica de crescimento presente do gráfico, há sempre a expectativa de aumento do fluxo desses veículos especializados, principalmente quando é considerado o asfaltamento total da BR-163, que interliga Santarém a

Cuiabá, e também a previsão da compra, por parte da Cargill, de mais áreas para trabalhar com os grãos na região, como pode ser observado no depoimento:

a nossa expectativa é que aumente com o asfaltamento da BR-163. A Cargill deve comprar outra área, mais adentro da BR. E aí a gente vai ter duas ações, na verdade. A gente vai ter Miritituba<sup>17</sup>, que fica no entroncamento da BR-163 com a Transamazônica. Então esses caminhões vão chegar pela BR-163, entram no entroncamento e vão pra Miritituba. Lá a gente vai fazer um transbordo para as balsas. Mesmo assim, a gente ainda vai receber uma quantidade grande de caminhões aqui. O que deve aumentar também! Então a gente vai fazer um pátio de triagem bem maior, que a gente chama de Cargill Planalto. A maior quantidade de caminhões vai ficar lá. Aí eles, de lá, eles vão trazendo pra Cargill Porto (Analista de assuntos corporativos da CARGILL, 28 anos, outubro de 2013).

Em contrapartida, temos o fluxo de caminhões e carretas como um dos principais problemas apontado pelos moradores locais. Para uma análise que isola o fato, sem considerar o contexto, pode parecer coisa simples; no entanto, para os antigos moradores dos bairros do entorno da BR-163 e do porto da Cargill, a exemplo do Mapiri, da Liberdade, do Salé, do Laguinho, de Fátima e da Aldeia, o intenso fluxo de veículos é um elemento de grande mudança que atinge contundentemente seu dia-a-dia:

o que eu sei que prejudica é embarco da soja aí. O pessoal reclama muito pra mim a questão da poeira, a questão das carretas. É muito apertado aí o trânsito. Tu vem de noite aí, passa cinco, seis carretas, uma atrás da outra. E elas são compridas, cada carreta dessa, de 30 a 40 metros. E aí? Nós que somos daqui da cidade? Como é que fica situação pra gente passar? Tem que esperar o sinal abrir, e olha o engarrafamento que vai ter! A gente sabe que vão fazer um acampamento lá em Belterra pra soltar as carretas devagar. Foi o que eles [Cargill] falaram para gente (Presidente da Associação de moradores do bairro do Laguinho, 60 anos, maio de 2014).

Diante dessa perspectiva, afirma-se que Santarém passa por uma transformação urbana, tanto no que se refere a objetos espaciais como ao modo de vida, promovida pela inserção da produção e da circulação dos grãos em seu território municipal e que afeta também, assim, os moradores da área urbana.

Em virtude da localização estratégica e do papel centralizador historicamente desempenhado por Santarém, o Município concentra as principais empresas em

---

<sup>17</sup> Porto localizado em Itaituba, cujo acesso se dá pelo Rio Tapajós e pela Transamazônica. Atualmente existe a expectativa de grandes investimentos infraestruturais, por parte do governo, a fim de que este seja um dos maiores terminais fluviais de grãos e carga do Norte do País (COSTA, S., 2012).

nível sub-regional, como pode ser observado na tabela 03; fato que ratifica sua condição de cidade média no Baixo Amazonas.

TABELA 03. BAIXO AMAZONAS: NÚMERO DE EMPRESAS POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIOS	UNIDADES LOCAIS
Alenquer	415
Almeirim	408
Belterra	50
Curuá	14
Faro	25
Juruti	188
Monte Alegre	421
Óbidos	327
Oriximiná	542
Placas	92
Prainha	54
Santarém	3.426
Terra santa	115

Fonte: (IBGE, 2007).

Algumas dessas empresas promovem a inserção de Santarém a um mercado mundial e asseguram o funcionamento de uma sociedade global, uma vez que se definem verticalidades geográficas (SANTOS, 2008a). É o caso da agricultura de exportação, que atualmente tem contribuído para conectar Santarém a mercados globais (quadro 06): “a agricultura moderna se realiza por meio dos seus *belts*, *spots*, áreas, mas a sua relação com o mundo e com as áreas mais dinâmicas do país se dá por meio de pontos” (SANTOS, 2008a, p.91).

Dessa forma essas empresas tornam-se pontos que interligam a economia santarena à economia mundial, como é demonstrado pelo quadro 07, por meio do qual se percebem exportação para países como Alemanha, África do Sul, Antilhas Holandesas, Argentina, Bélgica, China, Chipre, Croácia, Dinamarca, Espanha, EUA e França, criando a ideia de uma cidade moderna e globalizada.

Em relação aos principais produtos exportados, embora seja predominante o número de indústrias madeireiras, a madeira não é, em termos de valores, o principal produto exportado a partir dessa cidade (tabela 04).

QUADRO 07. SANTARÉM: INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE MADEIRA, MILHO E SOJA

Nome Fantasia	Ano de Instalação	Ramo	Destino da Produção
Rancho da Cabocla	1981	Madeira	Alemanha, África do Sul, Antilhas Holandesas, Argentina, Bélgica, China, Chipre, Croácia, Dinamarca, Espanha, EUA, França, Grécia, Guadalupe, Itália, Jamaica, Lituânia, Martinica, Holanda, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rep. Dominicana e Rep. Tcheca.
Floors Factory	1986	Madeira	EUA e França.
Madesa	1987	Madeira	Alemanha, África do Sul, Barbados, Bélgica, China, Croácia, EUA, França, Indonésia, Itália, Japão e Holanda.
Tapmad	1988	Madeira	Espanha, EUA, França, Israel e Itália.
Alecrim	1994	Madeira	China, Espanha, Jamaica, Portugal e Reino Unido.
Madevi	1994	Madeira	Bélgica, China, Dinamarca, França, Holanda, Polônia e Portugal.
Indústria Madeireira Santa Catarina (IMASC)	1998	Madeira	França, Guadalupe, Índia, Indonésia, Líbano e Portugal.
Rainbow	2000	Madeira	Bélgica, França e Holanda.
Dinizia Trading	2003	Madeira	França.
Zero Impact	2003	Madeira	Canadá, Espanha, EUA, França, Itália e Portugal.
Cargill Agrícola	2003	Milho	Arábia Saudita, Argélia, Costa Rica, Colômbia, Egito, EUA, Guatemala, México, Panamá, Rep. Dominicana e Venezuela.
Cargill Agrícola	2003	Soja	Arábia Saudita, China, Reino Unido, Espanha, EUA, França, Itália, Japão, México, Holanda e Tailândia.
Algimi	2006	Madeira	Alemanha, Bélgica, China, Dinamarca, EUA, França, Itália, Japão, Líbano, México, Holanda, Polônia, Portugal e Reino Unido.
Madeireira Iller	2007	Madeira	Indonésia e Holanda.

Fonte: IDESP (2013) e MDIC (2014). Elaboração: Helbert Michel Pampolha de Oliveira.

TABELA 04. SANTARÉM: VALOR TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS NO ANO DE 2013

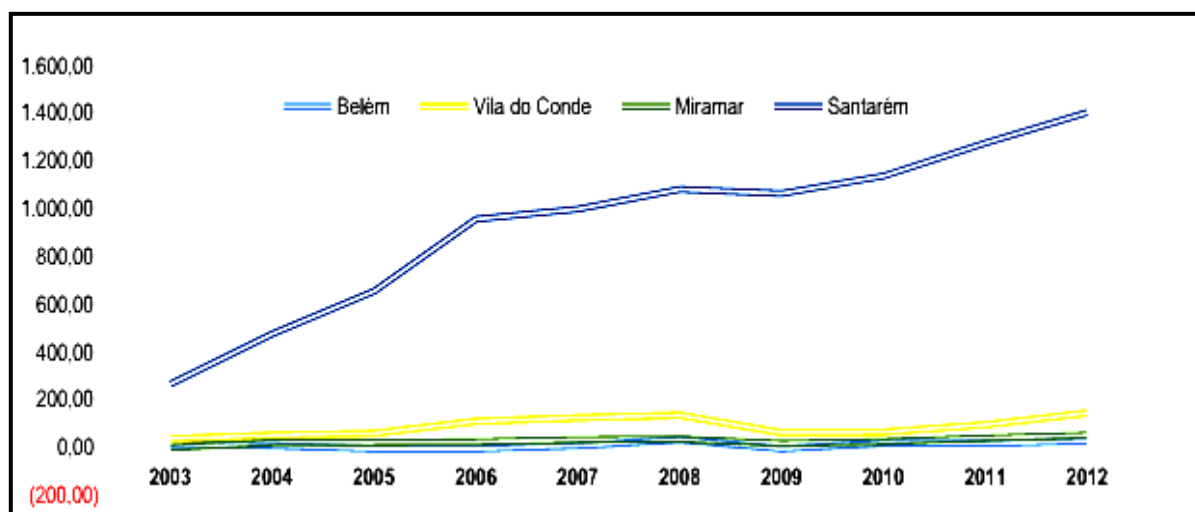
Total/Produtos	Madeira	Milho	Soja
Total em kg Líquidos*	22.253.100	71.011.750	119.955.623
Total em US\$	23.089.715	14.230.612	63.900.479

(\*) Desconsidera embalagens, suportes etc. Fonte: IDESP (2013). Elaboração: Helbert Oliveira.

A soja é exportada para um menor número de países se comparada à madeira (quadro 07), mas os grãos se destacam em relação à quantidade, em quilos líquidos, e ao valor total que lhe é correspondente. Nesse processo, um só empreendimento assume o controle da exportação de soja, a Cargill Agrícola. Mesmo com a difusão da produção no entorno da cidade, tais produtos são oriundos, em grande parte, do Centro-Oeste brasileiro, chegando até ela por via fluvial e através da BR-163. De Santarém, tais produtos são exportados para o exterior pela infraestrutura portuária da mesma empresa e em grandes navios.

O advento dos grãos tem promovido destaque econômico estadual para Santarém. Um exemplo disso é o constante aumento da dinamização de seu porto. Observa-se maior movimentação no porto de Santarém quando é comparado à dinamização dos demais portos importantes do Estado do Pará, como o porto de Belém, o porto de Vila do Conde, em Barcarena, e o porto Miramar, em Belém, (gráfico 02).

GRÁFICO 02. PARÁ: DINÂMICA DOS PRINCIPAIS PORTOS (2003-2012)

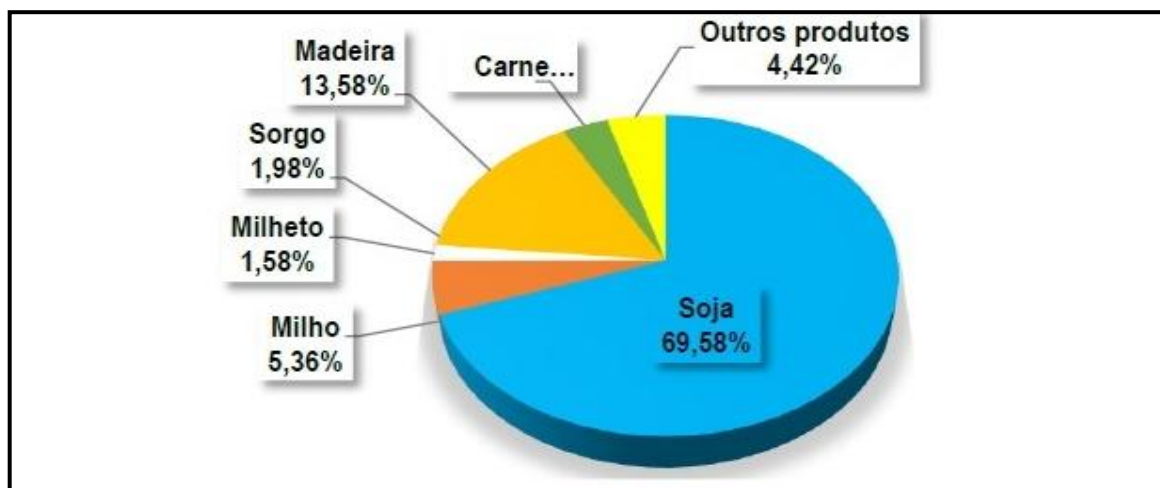


Fonte: Pereira, Marques Jr. e Silva (2013).

Segundo dados da Companhia de Docas do Pará, em 2013 o porto de Santarém exportou mais de 2,5 milhões de toneladas, com destaque para os grãos de soja (68,58%), de milho (5,36%), de sorgo (1,98%) e milheto (1,58%) (gráfico 03). Conforme podemos observar pelos dados, os principais grãos exportados pelo porto de Santarém são a soja e o milho. Com menor relevância aparecem o sorgo e o milheto, grãos geralmente cultivados como secundários e consorciados ao milho e à

soja, a fim de proporcionarem, dentre outras coisas, forrageio e vedação para o terreno no período entre safras. Os mesmos servem também para compor rações animais e para a alimentação humana (SEAGRI, 2008); (KICHEL; MIRANDA, 2000).

GRÁFICO 3 - SANTARÉM: DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DAS EXPORTAÇÕES (2012).



Fonte: Pereira, Marques Jr. e Silva (2013).

Ainda assim, há uma perspectiva de crescimento dessa movimentação em Santarém. Dessa forma, está em projeto no Município a criação de uma plataforma logística, que inclui ferrovia, aeroporto e porto. A possibilidade da construção de uma ferrovia, acompanhando o traçado da BR-163, surgiu do movimento que une os governos do Estado do Pará e Mato Grosso, chamado de “Rota de Integração”. Em 2011, esse movimento possibilitou o interesse do grupo chinês China Railway Corporation em avaliar economicamente a implantação de uma ferrovia em paralelo à Cuiabá-Santarém (PEREIRA; MARQUES JR; SILVA, 2013).

No projeto da plataforma logística de Santarém haveria vias de ligação entre o porto atual e a referida plataforma; esta que, por sua vez, seria instalada nas proximidades do aeroporto de Santarém Wilson Fonseca. A ela também haveria uma via de conexão com a BR-163. Assim, faz parte do projeto a construção de pátio de triagem rodoferroviário, área de desenvolvimento imobiliário, *gate* de acesso, balanças, pátios de baús, local para a descarga de grãos, armazéns de grãos e fertilizantes, área de tancagem, área reservada para futura expansão, pátio de contêineres, pátio de carga geral e terminal *offshore* (figura 01) (PEREIRA; MARQUES JR; SILVA, 2013).

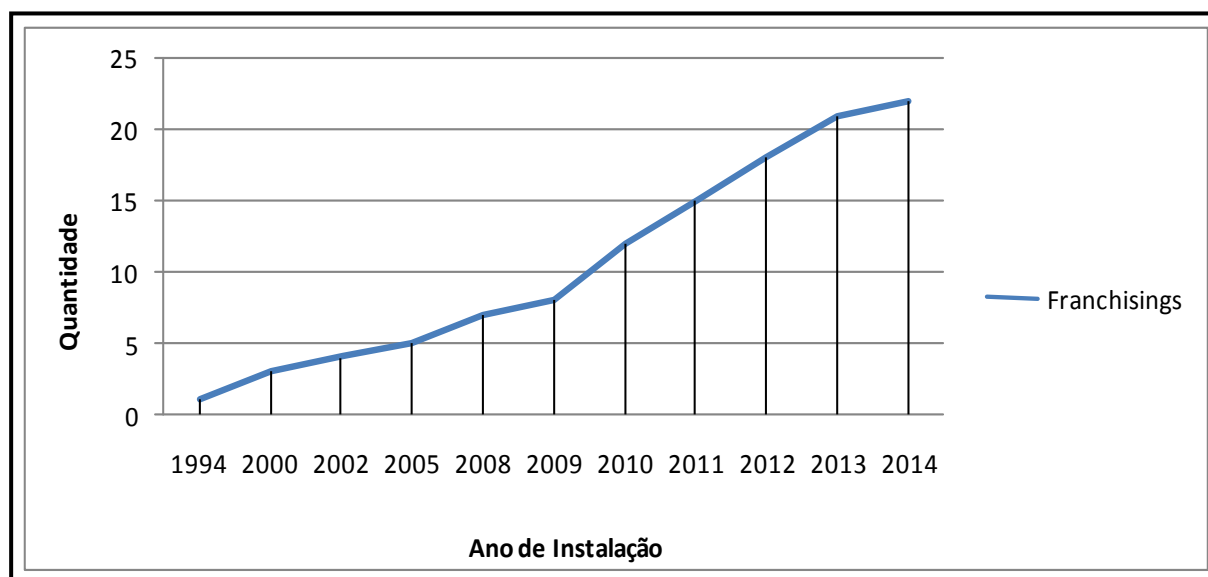
**FIGURA 01- PROJETO GRÁFICO PLATAFORMA LOGÍSTICA DE SANTARÉM:** esse projeto representa a perspectiva futura dos meios de circulação diante da necessidade crescente de escoação de grãos em Santarém.



Fonte: Pereira, Marques Jr. e Silva (2013).

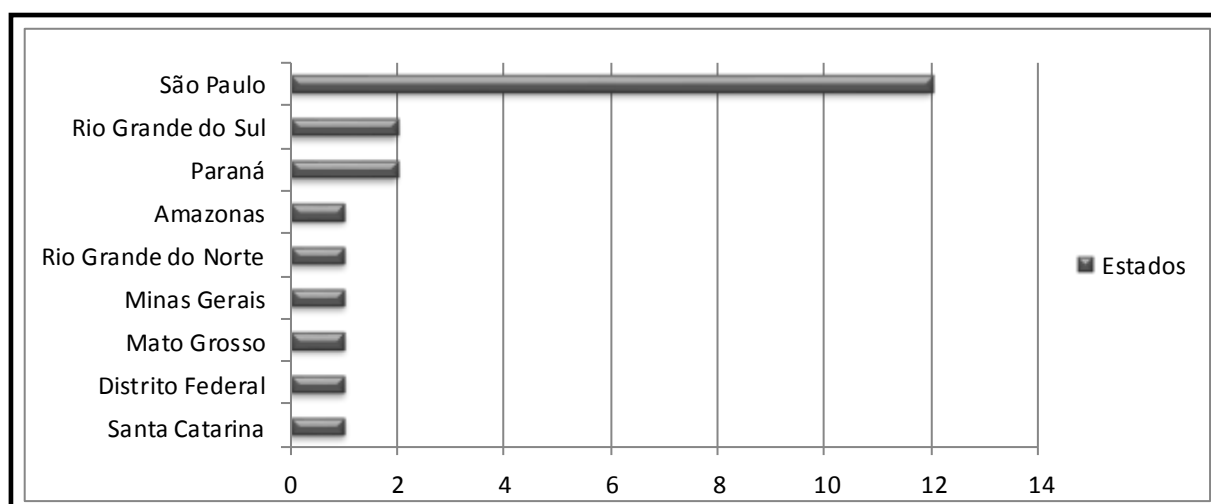
Coincidindo com os dados apresentados, muitos grupos de diferentes segmentos comerciais passaram a se instalar em Santarém, desde lojas de departamentos a grifes estrangeiras em forma de *franchisings*. Esse crescimento econômico, também atribuído à presença dos grãos na região, tem atraído um grande número de novos investimentos nacionais e internacionais. O crescimento das franquias é exemplo disso (gráficos 04 e 05).

GRÁFICO 04. SANTARÉM: CRESCIMENTO DAS *FRANCHISINGS* NA SEDE MUNICIPAL



Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014. Elaboração: Helbert Oliveira.

GRÁFICO 05 – SANTARÉM: LOCALIZAÇÃO DAS SEDES DAS MARCAS FRANQUEADAS EM SANTARÉM-PA, POR ESTADO.



Fonte: GEOURBAM, trabalho de campo, mai. 2014. Elaboração: Helbert Oliveira.



Conforme podemos constatar por meio do gráfico 04, a presença de franquias está em franco crescimento em Santarém desde 1994, inserindo a cidade em um circuito de marcas nacionais e internacionais. O gráfico 05, por sua vez, apresenta a origem dessas franquias, e, por meio dele, percebemos um total de doze marcas com matrizes em São Paulo, duas do Estado do Rio Grande do Sul e duas do Paraná. O Estado do Amazonas, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e o Distrito Federal apresentam uma cada. Dessa forma, mostram um ponto de conexão de alguns estados do Brasil com a cidade de Santarém por meio de atividades do circuito superior da economia. Um fator que tem contribuído para o aumento desses empreendimentos é a recente presença de *shoppings centers* na cidade.

Esses espaços do consumo têm ganhado cada vez mais relevância em Santarém e adquirido o perfil de símbolo de cidade moderna. O primeiro a ser construído foi o *Shopping Center Paraíso*, em 2010, com área total de mais de nove mil e quinhentos metros quadrados, com oitenta lojas e grifes, das quais se destacam: Lupo, Hering, O Boticário, Cacau Show, Ellus, M. Officer e Overend (TRINDADE, 2011)

Em 2014 foi inaugurado na cidade o quarto maior *shopping center* do Pará, o *Shopping Rio Tapajós*. Localizado na Avenida Fernando Guilhon, bairro Elcione Barbalho, foi uma obra de responsabilidade da construtora maranhense Franere. Com trinta e nove mil metros quadrados de área construída, possui cento e trinta e oito lojas, sendo nove lojas âncoras. No empreendimento se encontram lojas como Marisa, C & A, Riachuelo, Lojas Americanas, Hering, Cacau Show, Carmen Steffens e Colombo. Há também um terceiro empreendimento como esse em construção, o *Shopping Arapiuns* (TRINDADE, 2011)

Esses projetos propagam a ideia de uma cidade moderna, globalizada e economicamente desenvolvida. Adensa o circuito superior e o inferior em Santarém, uma vez que esses dois subsistemas são complementares e conflitantes ao mesmo tempo. A modernização, que é acompanhada por uma mudança na estrutura do consumo, repercute diretamente na organização do circuito inferior. Facilita, então, o consumo de produtos modernos, produzindo-os ou comercializando-os com técnicas menos modernas (SANTOS, 2008a). A presença dos *shoppings centers* também repercute no circuito inferior urbano, uma vez que os dois subsistemas são

concorrentes. O circuito inferior tende a oferecer produtos semelhantes aos oferecidos pelos *shoppings*, no entanto, serão produtos com baixa tecnologia e modernização. Concomitantemente, os circuitos são também complementares; o que significa que a rede de serviços (lanchonetes, restaurantes, salão de beleza etc.) do circuito inferior deverá aumentar no entorno dos referidos empreendimentos a fim de atender aos trabalhadores e aos consumidores em geral presentes no local.

O rápido crescimento econômico da cidade tem produzido muitas demandas urbanas. Uma delas é a necessidade de um número maior de moradias. Segundo Pereira, Marques Jr. e Silva (2013), apesar de cento e vinte e três mil e cem domicílios já cadastrados na prefeitura, o déficit habitacional é bastante significativo. Segundo informações do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Pará (CREA-PA), estão em construção um total de quatro mil e quatrocentas e quatorze moradias. No entanto, atualmente, seriam necessárias vinte e um mil e seiscentas moradias em Santarém para atender à demanda, grande parte constituída de migrantes trazidos pela expansão agrícola, e também do próprio Município, uma vez que muitas famílias passaram a residir nas cidades em virtude do êxodo rural decorrente da expropriação de terra.

Na tabela 05, é demonstrado um aspecto da questão habitacional em Santarém, por meio da qual pode ser visualizado o déficit habitacional, o crescimento da população do Município, assim como o crescimento do setor imobiliário.

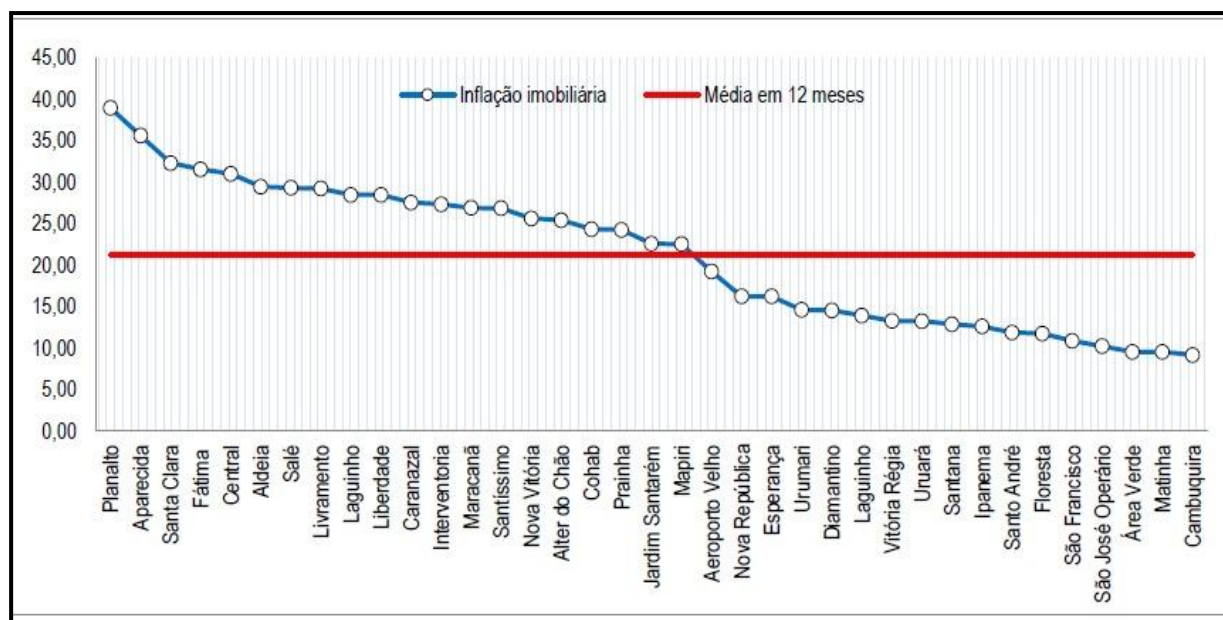
TABELA 05: SANTARÉM: DADOS MACROECONÔMICOS DOMICILIARES

VARIÁVEIS	UNIDADE	2008	2009	2010	2011	2012
Números de domicílios de Santarém	Unidades	95.008	101.052	108.104	114.273	123.138
Número de imóveis locados	Unidades	29.973	31.880	34.105	36.051	42.094
Déficit habitacional	Unidades	15.369	16.347	17.487	18.485	21.584
Número de habitantes do município	Habitantes	282.584	287.254	291.132	294.580	299.411
Renda per capita	R\$	4.998,52	5.358,92	5.789,28	6.105,32	6.516,89
Comprometimento da renda com aluguel	R\$	1.576,93	1.690,63	1.826,40	1.926,11	2.055,95
Injeção na economia (setor imobiliário)	R\$	47.265.610,78	53.897.156,27	62.288.802,68	69.437.763,61	86.543.094,36
PIB	R\$	2.456.801.471,29	2.759.854.587,20	2.958.551.254,87	3.104.871.254,25	3.219.841.587,37
PIB Per capita	R\$	8.694,06	9.607,72	10.162,23	10.539,99	10.753,92

Fonte: Pereira, Marques Jr. e Silva (2013).

O direito à moradia é, sem dúvida, um dos principais condicionantes que promovem o direito à cidade ao homem urbano. No entanto, esse direito é apropriado e transfigurado em mercadoria, em que o valor de troca é supervalorizado em detrimento do valor de uso da moradia. Em virtude da maior procura tanto por pessoas quanto por empresas, os preços médios dos imóveis tiveram um aumento em Santarém. Conforme mostra o gráfico 06, os bairros com maiores índices de inflação no ano de 2012 no segmento imobiliário são o Planalto (38, 95%), Aparecida (35, 50%), Santa Clara (32, 30%), Fátima (31, 54%), Central (31 %), Aldeia (29, 54%), Salé (29, 32%), Livramento (29,9%), Lagunho e Liberdade (28, 45%).

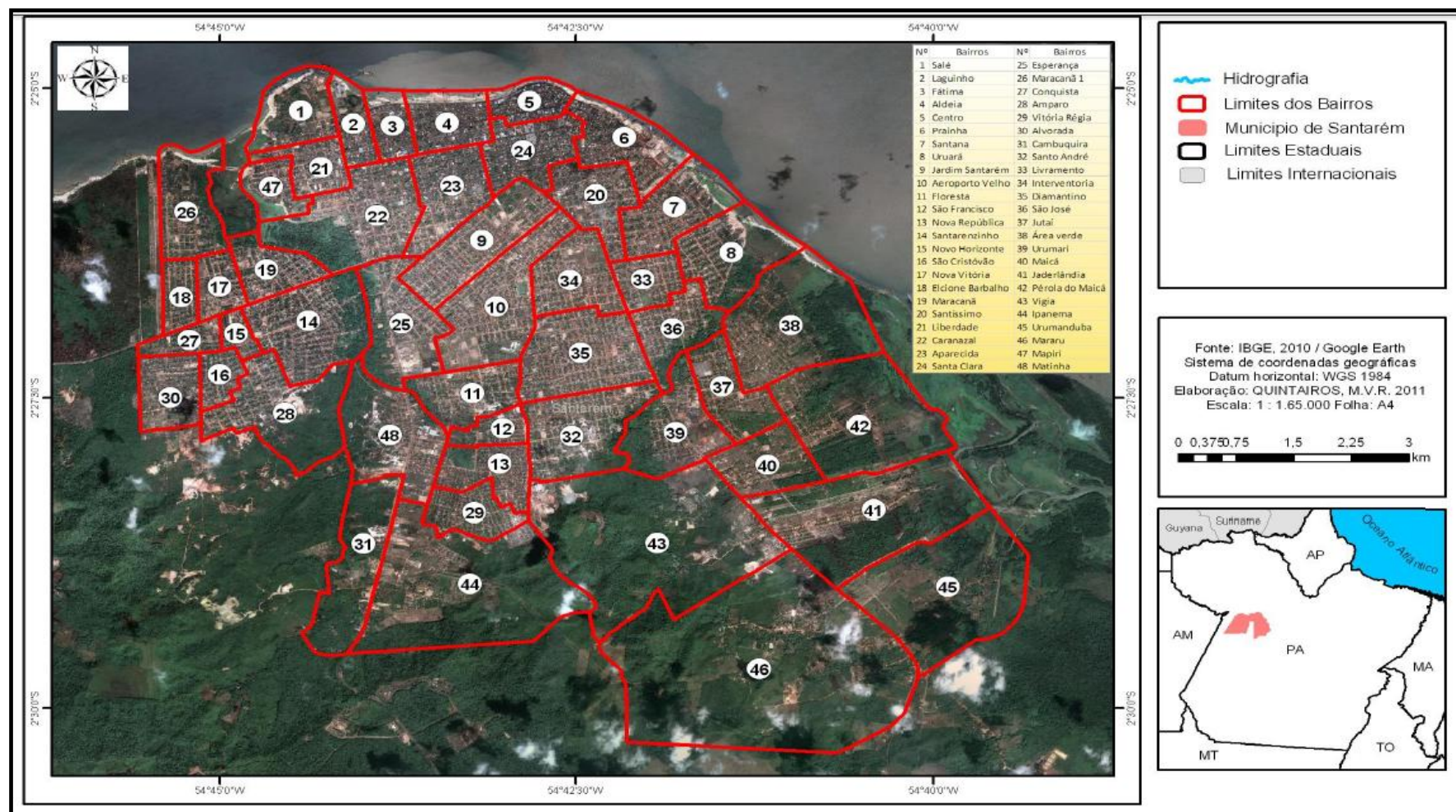
GRÁFICO 06. SANTARÉM: NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS POR BAIRRO (2012).



Fonte: Pereira, Marques Jr. e Silva (2013).

Grande parte das residências é comercializada pelos promotores imobiliários urbanos. Segundo Corrêa (1993), esses agentes são responsáveis por realizar parcial ou totalmente as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização. Há um crescimento do setor imobiliário na cidade e, segundo o Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), sessão Santarém, há mais de duzentos cadastros de pessoas físicas que atuam nesse ramo. Com exceção do Planalto e Alter-do-Chão, localidades próximas à cidade de Santarém, os bairros apresentados no gráfico 06 podem ser visualizados no mapa 02, demonstrando as áreas da cidade onde a moradia teve um representativo aumento em seu preço.

Mapa 02. Bairros de Santarém-PA



Elaboração: Marcos Quintários. Fonte: Costa, T. (2012).

É inegável que a expansão da fronteira agrícola trouxe dinamismo econômico para o circuito econômico superior de Santarém. Introduziu novos produtos, a exemplo de insumos, fertilizantes, herbicidas e sementes de soja e milho; fomentou alguns segmentos do comércio local, a exemplo das concessionárias, franquias, setor imobiliário e dos serviços bancários. Dessa forma, podemos afirmar que a produção e circulação dos grãos têm contribuído para intensificar o circuito superior urbano da cidade. No entanto, esse dinamismo econômico não tem contribuído para o desenvolvimento socioespacial endógeno da cidade, uma vez que essas empresas se conectam principalmente às lógicas extrarregionais, deixando para Santarém o ônus relacionado à produção e à circulação dos grãos.

#### **4.2. Os grãos e o circuito inferior: feiras do produtor da APRUSAN**

Desde a era medieval, passando pela época moderna e o momento histórico da contemporaneidade, as feiras, sejam elas europeias ou americanas, consistem num verdadeiro mosaico de espaços de sociabilidade, em que a relação estabelecida entre tempo, agentes sociais e processos concorre para que a vida cidadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do espaço urbano. Tais espaços vão além de simples pontos de compra e venda de mercadorias. São lugares onde se desenvolvem uma série de sociabilidades. São, muitas vezes, pontos de encontros tradicionais de amigos ou de simples conhecidos, locais escolhidos para os mais variados atos da vida social e mantém, assim, um sentido de permanência e de identidade (ARAÚJO, 2012).

Para Amaral (2013), as feiras e sua distribuição no interior da cidade ajudam a entender mais de perto a economia política da cidade, isto é, a forma como a cidade se organiza em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar dentro da cidade.

Não há cidades sem espaços de usos comuns. Neste sentido, a feira se coloca como ponto extremamente significativo dentro de uma cidade. A feira é local em que as sociabilidades se manifestam em todas as suas dimensões, sendo na rua que elas se expressam com maior intensidade. Inúmeras são as pessoas que se deslocam semanalmente para os núcleos urbanos, oriundos da zona rural ou mesmo de outros centros urbanos, transformando a feira numa efervescência social, caracterizada por



uma multiplicidade de sujeitos, com variados eventos, modificando, ainda que por um período curto, a temporalidade da cidade e imprimindo um ritmo diferente do rotineiro, do habitual.

Entre feiras e mercados, existem aproximadamente doze, na cidade de Santarém, todavia, a escolha das feiras da APRUSAN se deve a estas serem representativas de uma parte do circuito inferior da economia urbana de alguma forma afetado pela produção de grãos crescente no Município. A proposta de analisar as feiras da APRUSAN se fez partindo do pressuposto de que a feira, instalada na área urbana, é uma ponte para compreender a relação rural-urbano existente em Santarém. Dessa forma, almeja-se alcançar a compreensão dos impactos socioeconômicos ocasionados pela expansão da cultura de grãos, espelhados assim na cidade através das feiras.

A Feira Livre do Trabalhador Rural de Santarém foi criada em 1983, sob a coordenação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). A organização da feira teve como objetivo modificar a condição de exploração do trabalhador rural, causada pelos intermediários por ocasião da comercialização dos produtos. Em 1988, passa a ser chamada Feira do Produtor Rural, pois naquele mesmo ano foi instituída também a Associação dos Produtores Rurais de Santarém (APRUSAN), conforme mostram Sá, Costa e Tavares (2006).

Segundo essas autoras, o primeiro espaço de instalação da Feira Livre do produtor foi na Rua São Sebastião, no dia 17 de junho de 1983, com funcionamento inicialmente nas manhãs dos sábados, ampliando, posteriormente, para as manhãs das sextas-feiras, tendo uma participação inicial de quarenta e cinco produtores. A localização da feira facilitava o acesso tanto do produtor quanto do consumidor à área de distribuição das barracas.

Em decorrência do acesso facilitado e da diversidade de produtos ofertados, a partir de 14 de outubro de 1984, a Feira passou a funcionar também aos domingos. O horário nesses três dias de funcionamento era no período de 4:00 às 12:00 horas. Em 1985 a feira mudou de lugar, passando a fazer parte do Mercado municipal. A mudança do espaço de feira objetivou garantir uma melhor infraestrutura, tanto para os feirantes quanto para os frequentadores/compradores.

Atualmente a APRUSAN comercializa produtos em quatro pontos da cidade de Santarém, formalizando, assim, algumas feiras. São elas: a Feira do Mercado

2000, a Feira da COHAB, a Feira do Aeroporto Velho, e a Feira do Santarenzinho (quadro 08). A APRUSAN recolhe mensalmente uma taxa junto aos associados; assim é responsável pela organização, infraestrutura e limpeza das feiras.

QUADRO 08. SANTARÉM: FEIRAS DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS

FEIRA	BAIRRO	PRODUTOS	FUNCIONAMENTO
Feira da COHAB	Livramento	carne bovina, carne suína, galinha caipira, abacaxi, castanha-do-pará, melancia, laranja, jerimum, coco, banana, farinha, goma de tapioca, cominho, coloral, verduras, lanches, roupas, cds e DVDs, brinquedos importados, macaxeira, mandioca, dentre outros.	Sexta e sábado
Feira do Aeroporto Velho	Aeroporto velho	Abacaxi, castanha-do-pará, melancia, laranja, jerimum, coco, banana, farinha, goma de tapioca, cominho, coloral, verduras dentre outros.	Domingo
Mercadão 2000	Aldeia	Abacaxi, castanha-do-pará, melancia, laranja, jerimum, coco, banana, farinha, goma de tapioca, cominho, coloral, verduras, pupunha, maracujá, mamão, doces, tomate, pimenta, limão, pepino dentre outros.	Domingo a domingo
Feira do Santarenzinho	Santarenzinho	Farinha, tucupi, cheiro-verde e tapioca.	Sábado e domingo

Fonte: Trabalho de campo realizado em Santarém em maio de 2014. Elaboração: Gesiane Trindade

A organização e a infraestrutura da feira são justamente os principais problemas a ser enfrentados pelos feirantes da APRUSAN, conforme observamos no relato:

uma coisa que dificulta muito pra gente é a questão da infraestrutura, que não é adequada. Tanto incomoda a gente, quanto aos consumidores. Você está aqui no meio do sol, quando chove isso aqui é muito horrível. Então, melhorando a estrutura, com certeza melhoraria muito pra gente também! (Feirante 01, 45 anos, Feira da COHAB, maio de 2014).

Somando-se a esse problema de infraestrutura, estão os problemas que dizem respeito à organização da feira, pois uma das principais queixas dos trabalhadores se refere à falta de barraca determinada para todos os dias de trabalho, ou seja, não há garantia quanto ao uso da mesma barraca para o dia seguinte, posto que a utilização das bancas destina-se a quem chegar primeiro e ocupar:

no começo a gente começou com algumas banquinhas, mas o trabalho era no chão., estendia uma lona e botava o produto no chão mesmo, depois que foram ampliando, fazendo essas bancas. Mas, no começo, era tudo no chão (...) O principal problema aqui dentro da feira são essas bancas. Deveriam ser bancas padronizadas. O chão deveria ser lajotado, ficava mais higiênico. Ter uma banca certa pra cada feirante, porque aqui ninguém tem banca certa. Você está numa hoje e amanhã já não sabe. Então fica difícil, né?! (Feirante 02, 60 anos, Feira do Mercadão 2000, maio de 2014).

As feiras por nós visitadas apresentam diferentes estruturas físicas, contudo, a organização é a mesma, já que igualmente são administradas pela APRUSAN. Os produtores/feirantes cadastrados na APRUSAN podem comercializar seus produtos em todas as referidas feiras, uma vez que os dias de funcionamento de algumas não coincidem e a utilização das bancas se dá por um processo de rotatividade entre os trabalhadores, estando às bancas à disposição de quem chegar primeiro ao local de trabalho; daí a reclamação dos feirantes.

Quanto à mobilidade e infraestrutura desses feirantes e das feiras, observou-se pela análise das entrevistas e trabalhos de campo que os feirantes/produtores do Mercado 2000 são fixos naquele local, pois naquela feira há um movimento maior de consumidores, tendo em vista que ela se encontra no interior do Mercado Municipal de Santarém; este por sua vez, está localizado na Avenida Tapajós, uma das principais vias de comércio varejista daquela cidade, onde, diariamente passa grande quantidade de pessoas, principalmente por essa via ser o primeiro contato com a cidade para quem chega à Santarém pelo Rio Tapajós.

A feira do Mercado 2000, também pode ser apontada como a que apresenta melhor infraestrutura. É coberta e apresenta um grande número de barracas, embora ainda sejam insuficientes. Esta a feira funciona de domingo a domingo, como foi informado no quadro 08, com grande aumento de consumidores nas sextas, sábados e domingos. Naquele espaço, é também onde está estabelecido o escritório administrativo da APRUSAN (fotografias 02 e 03).

A feira do Santarenzinho, por sua vez, vem passando por problemas graves, que ameaçam a sua permanência na cidade. Essa feira conta com apenas dez barracas. Segundo os entrevistados, a mesma vem perdendo expressão por não ter um local próprio, pois ela já mudou de lugar muitas vezes. Inclusive, os remanescentes que lá trabalham, já foram convidados a integrar outras feiras da APRUSAN, no entanto essa proposta foi recusada, pois eles se identificam com o bairro e fazem resistência em relação à extinção da feira. Como pode se constatar pela fotografia 04, a referida feira conta com pouca infraestrutura. Atualmente ela está localizada no declive de rua não-pavimentada, o que faz com que os feirantes convivam e trabalhem em meio a lama formada nos períodos mais chuvosos. Os feirantes que aí trabalham não comercializam seus produtos nas demais feiras.



**FOTOGRAFIA 02 - FEIRA DO MERCADÃO 2000:** a feira do Mercadão 2000 é, dentre as feiras da APRUSAN, a de maior movimento de consumidores, uma vez que está localizada no interior do mercado municipal de Santarém, um dos locais mais dinâmicos do circuito inferior da economia urbana.



(Autora: Gesiane Trindade, outubro de 2013).

**FOTOGRAFIA 03 - BANCAS E BOXES DO MERCADÃO 2000:** esse espaço apresenta razoável infraestrutura, possuindo cobertura, bancas e boxes (ao fundo). Nele também está sediada a administração da APRUSAN (canto superior esquerdo).



(Autora: Gesiane Trindade, outubro de 2013).

**FOTOGRAFIA 04 - FEIRA DO SANTARENZINHO:** a feira do Santarenzinho vem passando por problemas que ameaçam a sua permanência no bairro. Observa-se pouco movimento de consumidores e trabalhadores no local. Há um reduzido número de bancas e baixa diversificação de produtos ofertados.



(Autora: Gesiane Trindade, outubro de 2013).



Afora o Mercado 2000, a feira mais movimentada da APRUSAN é a chamada Feira da COHAB (fotografias 05 e 06). Esta feira tem funcionamento nos dias de sexta e sábado e oferece uma grande variedade de produtos. Há um fluxo grande de pessoas e mercadorias que vão além da produção rural, conforme se pode perceber na fotografia 07, momento em que foi registrado um grande número de pessoas que comercializam produtos industrializados, roupas, sapatos, brinquedos, CDs, DVDs, objetos eletrônicos etc.

Apesar de ser uma das feiras mais importantes, ter um grande movimento de consumidores e grande número de trabalhadores, suas instalações estão deterioradas e precarizadas. Em virtude disso, muito desses feirantes/produtores trabalham nela apenas sexta e sábado, e aos domingos levam seus produtos para serem comercializados na Feira do Aeroporto Velho (fotografia 08).

**FOTOGRAFIA 05 - FEIRA DA COHAB NA QUINTA- FEIRA:** mesmo que os dias oficiais de seu funcionamento sejam sexta e sábado, alguns feirantes já começam a razer produtos para comercializar desde as vésperas de sexta.



(Autora: Gesiane Trindade, maio de 2014).

**FOTOGRAFIA 06 - FEIRA DA COHAB NO DOMINGO:** A feira está estrategicamente localizada na da Rodovia Curuá-Una, fato, que facilita seu acesso e aumento o fluxo de pessoas tanto para vender produtos quanto para comprar. Há uma grande diversidade de produtos ofertados nessa feira, como pode ser observado na fotografia.



(Autora: Gesiane Trindade, maio de 2014).

**FOTOGRAFIA 07 - FEIRA DA COHAB, VENDA DE ROUPAS E PRODUTOS IMPORTADOS:** percebe-se na feira da COHAB a venda de grande diversidade de produtos, inclusive a comercialização de produtos industrializados ou semi-industrializados, como roupas, sapatos, CDs, DVDs, brinquedos e eletrônicos. Estes elementos ratificam a presença de outros sujeitos na feira, além dos produtores rurais.



(Autora: Gesiane Trindade, maio de 2014).

**FOTOGRAFIA 08 - FEIRA DO AEROPORTO VELHO EM DIA DE SEMANA:**

essa feira apresenta estrutura razoável em relação às demais, pois possui cobertura, é cercada por paredes em alvenaria e conta, ainda, com presença de bancas para exposição dos produtos.



(Autora: Gesiane Trindade, maio de 2014).

Em relação às demais, a Feira do Aeroporto Velho apresenta estrutura física razoável para o trabalho, uma vez que é coberta, toda cercada por paredes de concreto e com chão feito em alvenaria. Tais condições são atrativas para os feirantes que trabalham na feira da COHAB. No entanto, o fator negativo é o baixo movimento de consumidores e a sua má localização em relação às demais, o que inviabiliza a atração de mesma quantidade de consumidores como as demais.

Além da importância para a vida cidadina, as feiras também são responsáveis pelo encontro dos sujeitos das áreas rurais de Santarém, em total de oitenta e sete comunidades que abastecem as feiras (quadro 09). As comunidades são organizadas por região produtiva pela APRUSAN.



QUADRO 09. SANTARÉM: COMUNIDADES ABASTECEDORAS DAS FEIRAS DA APRUSAN

REGIÕES PRODUTIVAS	COMUNIDADES
Cuiabá I	Cipoal, Mojuí dos Pereiras, Cedro, Lavras do Sítio, Lavras do Povoado, Império, Tabocal, São Raimundo do Tracua, Andirobal, Belterra, Igarapé do Pimenta, Morada Nova, Poço Branco, Portão de Belterra, São Francisco do Amapá, São José, Terra Preta, Tracua e Amapá.
Cuiabá II	Comunidade do Branco, Boa Esperança, Nova Esperança, Palhal do Una, Fé em Deus, Bom Sossego e São Pedro.
Várzea	Arapemã, Boca de Cima do Aritapera, Ilhas das Marrecas, Piracãoera, Pinduri, Tucumatuba, Santa Terezinha do Aritapera, Fátima do Uricuritiba e São Ciriáco do Uricuritiba.
Eixo Forte	Comunidade São Brás, Irurama e Santa Maria.
Curuá – Una I	Urumari, Santa Rosa, Santo da Boa fé, São Jorge, Perema, Maicá, Mararu, Jacamim, Estrada Nova, Cristo Rei, Área Verde, Diamantino, Miritituba, Urumanduba, Santa Cruz, São João e Jenipapo.
Curuá – Una II	Novo Império, Nova União, Limão, Poço Branco do Ituqui, Corta Corda, Pachiúba, Porto Novo, Tambo, Volta Grande, Ramal do Gato, Ramal do Boa Vista, Ramal da Moça, Ramal da Boa Sorte, Planalto Fé em Deus, Guaraná e Boa Esperança.
Jabuti	São Raimundo do Moju, São Francisco do Moju, Baixa da Onça, Prata e Moju.
Mojuí dos Campos	Terra de Areia, Baixa D'Água, Água Fria, Mojuí dos Campos, Vila Nova, São Tomé, Sagrada Família, Sempre Verde, Pau Rosa, Igarapé do Manoel, Igarapé da Pedra, Igarapé do Onça, Igarapé do Lama, Garrafão e Boa Fé.

Fonte: Trabalho de campo out. 2014 e Sá, Costa e Tavares (2006).

Dessa forma, podemos afirmar que nessas feiras são vivenciados o modo de vida rural<sup>18</sup>, e isto, sem dúvida, perpassa pelos costumes, produção, organização e o modo como se trabalha. Nesse sentido, partimos da hipótese de que nessas feiras também repercutem o que convencionamos chamar de impactos da produção de grãos no circuito inferior da economia urbana. Refere-se, sobretudo, às novas relações impostas aos feirantes da APRUSAN decorrentes da produção de grãos nas áreas rurais. Trata-se de identificar mudanças relacionadas, direta ou indiretamente, com a produção de grãos no Município de Santarém.

Acreditamos que esse crescimento econômico trazido pelos grãos ao circuito superior não gerou melhorias socioeconômicas para a população local. Muito pelo contrário, desestruturou ainda mais a produção dos pequenos produtores, conforme

<sup>18</sup> Não desconsideramos a presença dos “atravessadores” ou “intermediários” que trabalham na feira, e que não são trabalhadores/moradores de áreas rurais.

apontou Paixão Jr. (2012) em sua pesquisa sobre a reprodução da vida camponesa em Santarém. Tendo por referência as comunidades Jenipapo e Tracuá, o autor afirma que antes do advento da soja os produtores enfrentavam grandes dificuldades de sobrevivência econômica, sobretudo pela falta de acesso à água e às boas estradas para o transporte de sua produção. Suas vidas eram marcadas, assim, pela precariedade, devido a não assistência pelo Estado. Por esses e por outros motivos venderam suas terras aos sojicultores, almejando conseguir uma vida melhor em outro lugar. Esse fato demonstra a fragilidade a que estavam expostas no modo de vida rural antes mesmo da chegada dos grãos em Santarém; fato que agravou os conflitos e tensões nas comunidades rurais.

No que se refere à produção de grãos, o principal impacto que afeta os pequenos produtores/feirantes da APRUSAN são os resíduos provenientes de aplicação de produtos químicos, como os pesticidas, inseticidas e herbicidas:

olha, acontece que hoje quase todos os produtores, mesmos os pequenos, usam os produtos químicos para combater as pragas. Quando o grande produtor desmata uma grande quantidade de terra, todos os insetos que habitavam aquela região, eles vêm para a pequena propriedade. Então, o pequeno produtor tem que usar o mesmo inseticida para poder combater as pragas que vem pra ele. [...] Olha, eu acredito que se tem incentivado o uso do veneno, sim, mas, é como eu lhe disse, o progresso está naqueles que plantam muito, né?! Esse é o desenvolvimento, a cultura de hoje é essa. Produzir em grande escala! E isso traz problemas para os pequenos produtores. E os pequenos também têm que se defender dessa forma (Feirante 03, 39 anos, Feira do Aeroporto Velho, maio de 2014).

eu não sei, mas já ouvi falarem, né?! O pessoal fala sobre desmatamento, eles desmatam muito no tempo de soja. Também que eles usam muito veneno. Prejudica muitas comunidades próximas. Eu não sei, porque a gente fica longe, mas eu já ouvi comentarem (Feirante 04, 55 anos, Feira da COHAB, maio de 2014).

Este é um problema bem sério, que somado a outras situações, leva, cada vez mais, novas realidades ao homem do campo santareno, conforme se constata no relato abaixo:

nós temos um diretor regional que até 2011 ele trazia caixa de mamão para cá, para nós. Quando foi em 2013 eu conversei com ele...: "... cadê o mamão?" Ele disse: "... meus mamões não estão conseguindo mais crescer. Minha roça que fica do lado de um grande plantio de soja, quando eles tacam veneno lá, meus mamões, com uma semana, já estão caindo. Então não teve mais condições, porque o vento traz e já vai matando os bichinhos também". Então nós tivemos esses impactos também. Para você ver o que ele está sofrendo. Agora ele está plantando só macaxeira. Só essas coisas, já que o veneno não pega. Ele vendia mamão na feira, hoje não vende mais. Ele parou porque não teve mais condição dele trazer o

mamão. Ele trabalha com outros produtos, e, mas não com o mamão. O veneno dava impacto na planta dele. No dia que eles [sojicultores] avisam que vão tacar veneno lá, muita gente vem pra cidade, para não sentir. (Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém -STTR -, 47 anos, maio de 2014).

Conforme podemos observar no relato, alguns produtos estão chegando mesmo a desaparecer, não por completo, pois ainda há outros produtores que cultivam e comercializam nas feiras. Ainda assim, constituem-se um grande problema para os feirantes/produtores, e também para a feira e a cidade. A disseminação do uso dos venenos na área rural afetada pela produção de grãos tem ocasionado também o surgimento de problemas de saúde à população. Conforme Paixão Jr. (2012), em todo o chamado planalto santareno, localidade mais afetada pela plantação de grãos, há relatos da população de que o vento carrega as nuvens de veneno para dentro das casas e escolas ladeadas pelos campos de soja.

As crianças são as que mais sofrem, chegando, em alguns casos, a ser levadas ao posto de saúde por intoxicação. As criações de animais, como galinhas e patos, também têm sentido os impactos, pois vagueiam livremente pelos terreiros. Também há a possibilidade de contaminação de poços, o que poderia vir a prejudicar a água potável ingerida pela população.

Em contrapartida, há também a introdução de novos sujeitos nessas feiras. Trata-se da entrada dos migrantes “gaúchos”<sup>19</sup> nas feiras. É certo, pois, que nas feiras da APRUSAN trabalham muitos migrantes, principalmente nordestinos do Ceará, Maranhão, Piauí etc. conforme podemos constatar juntos aos entrevistados. No entanto, os migrantes “gaúchos” estão relacionados, de alguma forma, à dinâmica dos grãos em Santarém. Chegaram há pouco tempo no Município, vieram para Santarém para trabalhar em lavouras de terceiros ou em suas próprias plantações e acabaram por terminar trabalhando também na feira:

eu vim pra Santarém em 2006 para trabalhar numa fazenda de arroz. Mas aí não deu certo não..., fechou lá. Então eu comprei um pedacinho de terra e comecei a trabalhar na terra. Eu sempre trabalhei com a terra, sempre na terra. Depois então eu vim para cá, para feira, para o Mercadão 2000 [...] O

---

<sup>19</sup> Trata-se de migrantes de vários estados da região Sul do País, são assim designados por integrarem grupo particular, com cultura diferenciada da cultura do local onde se encontram. Os mesmos se caracterizam por desenvolver estratégias e mecanismos próprios para relativizar a sua condição de provisoriedade e garantir sua permanência no lugar. Tais estratégias provocaram mudanças estruturais nessa mesma sociedade para qual se deslocaram (COSTA, S., 2012).



grande problema daqui da feira é que só existe a perspectiva do abastecimento do comércio local. Não existe uma central de abastecimento como uma CEASA, por exemplo. Olha, eu vou lhe dizer, para mim, se tivesse umas cinco empresas como a Cargill em Santarém seria melhor porque não haveria tanto desperdício de frutas como você está vendo aí. Muito abacaxi, muita melancia estragando, porque teria uma despoldadeira pra aproveitar o restante das frutas (Feirante sulista e presidente da Cooperativa de Produtores Rurais de Santarém-COOPRUSAN, 39 anos, Feira do Mercado 2000, maio de 2014).

Observa-se no relato a experiência vivenciada por esse migrante e sua expectativa de crescimento em seu ramo de trabalho, a exemplo de sua visão sobre a necessidade de industrialização das polpas de frutas. Destaca-se a sua percepção positiva da ação da multinacional Cargill para com os feirantes. Percebe-se também a formação de cooperativas com a chegada desses migrantes sulistas, a COOPRUSAN (Cooperativa de Produtores Rurais de Santarém), presidida por esse feirante, é um exemplo disso. A mesma foi criada em 2009, e é atualmente quem fornece produtos que servem de base para a merenda escolar na rede municipal de Santarém. Além dela, podemos destacar também a COOMAPLAS (Cooperativa Mista Agroextrativista do Tapajós), criada em 2008.

Inicialmente partimos da hipótese de que a entrada desses novos sujeitos na feira viria a gerar conflitos com os feirantes locais. No entanto, com o decorrer da pesquisa, verificamos que apesar da resistência inicial a esses novos sujeitos, prevaleceram as relações de familiaridade, solidariedade, amizade e companheirismo presentes nas feiras:

Olha, logo no começo, eles [feirantes locais] não queriam aceitar. Eles [gaúchos] procuraram a diretoria, foram pra reunião. Aí na reunião teve um debate. O pessoal não queria muito aceitar. Eu acho, assim, que não tem nada a ver. Cada um... depois foram tirando a carteira do pessoal. Eu, particularmente me dou bem com todos eles. Conheço muito gaúcho. Eu tenho uma amiga gaúcha que trabalha aqui. Eu não tive esse problema, não, mas o pessoal não queria. Foram para uma reunião onde teve debate, aí, depois, acabaram aceitando. Já tinha alguns que já estavam vendendo na feira. Assim, não adiantava eles ficarem de fora, porque eles produziam lá e metiam tudo dentro da feira. Então ia dar no mesmo. Então foi melhor eles tirarem as carteiras (Feirante 05, 60 anos, Feira do Aeroporto Velho, maio de 2014).

Sim, tem gaúcho que trabalha aqui. Eles vendem mamão, vendem hortaliças, maracujá, eles plantam de tudo para vender na feira. Todos os produtos que a gente vende eles também vendem. As técnicas são as mesmas, mesmo eles tendo um conhecimento maior, mas as técnicas são as mesmas. Eles ajudam alguns agricultores. Conheço um que ele prepara a terra de muita gente pra trabalhar. Ele ara um hectare para um, dois para um para outro, um tarefa para outro. E isso ele faz um parceiro dele. O produtor daqui de Santarém, simplesmente dá o óleo para fazer o serviço, e

o gaúcho dá a máquina. É uma boa relação, inclusive, eles são pessoas que incentivam muito a gente a lutar pelo desenvolvimento das organizações. Eu já fui presidente da APRUSAN, 2008-2010, então a gente tem uma ajuda muito grande deles. Eles trabalham em grande quantidade, então eles têm mais experiência com isso (Feirante 06 e ex-presidente da APRUSAN, 44 anos, Feira do mercadão 2000, maio de 2014).

Esses migrantes que trabalham nas feiras têm o perfil diferente do migrante que veio para Santarém para cultivar a soja em médias e grandes propriedades rurais. Embora ambos sejam trazidos por essa dinâmica econômica, os dois são diferentes sujeitos presentes na economia santarena. Um se insere em um circuito inferior da economia, a exemplo das feiras e mercados locais, e o outro, por sua vez, se adequa muito mais a um circuito superior dos grãos, representado principalmente por sua relação com a Cargill e as demais empresas que auxiliam a produção de grãos.

Ainda assim, enfatizam-se as suas similitudes, a exemplo da experiência da criação de cooperativas. Percebe-se que os migrantes sulistas têm como prática de trabalho a criação dessas organizações. Conforme foi citado anteriormente, os gaúchos que trabalham na feira criaram a COOPRUSAN e COOMAPLAS. Os sujeitos que vieram para Santarém para trabalhar com os grãos em médias e grandes propriedades, por sua vez, criaram a COPERAMAZON (Cooperativa de Produtores Rurais da Amazônia). Essa organização foi feita em 2005 por cerca de quinze sojicultores migrantes para facilitar a compra de insumos agrícolas e equipamentos necessários para a produção de grãos. Essa cooperativa é umas das principais organizações de produtores a negociar com a Cargill em Santarém e é representativa dos migrantes produtores de grãos na região.

Até aqui destacamos a relação que existe entre os feirantes/produtores e a dinâmica dos grãos e seus impactos, através do que já foi exposto. Cabe também investigarmos a posição da multinacional Cargill para com os pequenos produtores de Santarém, uma vez que esta é uma das maiores incentivadoras do crescimento dos grãos na região.

Existe uma dicotomia de opiniões dentro das feiras no que se refere a essa empresa. Na realidade, existem diferentes visões, posicionamentos, conhecimentos e ideologias que envolvem a relação pequeno produtor-feirante e Cargill.

A multinacional traça sua estratégia através de programas de responsabilidade social, e realiza, assim, uma espécie de marketing junto aos feirantes da APRUSAN:

a gente tem uma série de ações com eles. Eu estou com 10.000 sacolas ali que a gente vai doar para eles, para eles doarem pra os clientes né!? Quem vai fazer compra no mercado vai levar uma sacolinha doada pela APRUSAN. A gente já uniformizou eles, com avental, com roupas adequadas para vendedor de feira. A gente tem um resíduo de soja e de milho que é areia, pedra, a casquinha, o pó que é extraído do grão. A gente guarda e a gente doa também pra eles fazerem adubo. Fica um adubo excelente! Sai umas folhas de couve, assim... monstruosas! um negócio muito legal. A gente trabalha também muito nas comunidades onde tem associados. Então, assim, às vezes, são coisas pequenas. Semana passada a gente levou cinquenta cadeiras daquelas plásticas da Tramontina para uma das comunidades que eles estavam. Eles ganharam um barracão de um político, mas não tinham onde e nem como fazer as reuniões, porque não tinham onde sentar. Aí a gente foi lá e levou as cadeiras. E assim a gente vai fazendo! Livros pras bibliotecas das comunidades, a gente vai trabalhando. Outro programa que a gente tem com eles, que é perene, é a doação de lixeiras para feiras. São quatro feiras na cidade da APRUSAN. Então todo ano a gente reabastece essas feiras com lixeiras, porque acaba gerando muito lixo da feira quando eles estão trabalhando. E assim vai! (Analista de assuntos corporativos da CARGILL, 28 anos, outubro de 2013).

Ocorre que estas ações são vistas de diferentes maneiras pelos múltiplos sujeitos presentes nas feiras. Os agentes ligados à diretoria veem e aceitam essa colaboração como boa ação da empresa junto aos feirantes:

olha, a própria APRUSAN, ela tem parceria com a Cargill. Quando seu Zé [ex-gerente da Cargill] começou a divulgar o que era a Cargill, abriu as portas para que a gente pudesse visitar a Cargill. Nós fizemos parcerias com ele. Na época ele distribuía todo aquele resíduo de soja, ele levava, mandava deixar na colônia para a gente fazer adubo para as plantas. Nós fizemos parceria com a Cargill e ela reformou nosso escritório [da APRUSAN] na época. Hoje eu estou com um avental, ainda da época que ela deu uma grande quantidade de avental. A vontade da Cargill era que todos os feirantes usassem o avental, não para divulgar o nome dela, porque ela não precisa, ela é uma multinacional, ela tem do que se manter, mas que a pessoa usasse pra proteger sua roupa, não voltar com a roupa suja pra casa (Feirante 06, ex-presidente da APRUSAN, 44 anos, Feira do Mercado 2000, maio de 2014).

Percebe-se, então, que a diretoria da APRUSAN mantém uma relação com a multinacional, sempre em busca de patrocínio, auxílios financeiros e melhorias para a associação. Todavia, esses auxílios não são bem vistos por parte dos feirantes, muitos dos quais não compactuam com a ação da empresa para com o meio ambiente e não se sentem beneficiados por suas ações:

as duas entidades [feira e Cargill] têm boa relação. Mas têm muitos produtores aqui que não gosta da Cargill. Eles deram pra cá, para APRUSAN uns aventais com o nome da Cargill. Ninguém quis usar, mas eles, da diretoria, eles têm um bom entendimento. A Cargill participa de

reunião da APRUSAN, a APRUSAN vai na Cargill. (Feirante 07, 46 anos, Feira do Santarenzinho, maio de 2014).

o que eu sei até hoje, foi que eles deram umas lixeiras. E esses aventais, que eu saiba, só isso. E quando eles fazem o encontro, eles dão alimentos, essas coisas. Quando eles fazem o encontro eles passam uns três dias. É encontro mesmo de representante. Todo mês de janeiro, uma vez por ano. Vai à diretoria e os representantes das comunidades. Toda comunidade tem um representante (Feirante 08, 55 anos, Feira do Aeroporto Velho, maio de 2014).

porque você sabe que trabalhar com gente é muito difícil. Então não é cem por cento como a gente pensa e nem como a gente quer. Eles alegavam que a gente estava fazendo parceria com uma empresa que veio pra destruir a Amazônia. Mas a Cargill não derrubou uma árvore pra plantar nada. Quem derruba são os grandes agricultores que trabalham com grande quantidade. Eles quem derrubam, ela simplesmente compra (Feirante 06, ex-presidente da APRUSAN, 44 anos, Feira do Mercado 2000, maio de 2014).

Embora haja resistência à multinacional por parte de muitos feirantes/produtores, percebe-se que alguns deles difundem a ideologia e a propaganda da empresa, como transcrito no último relato. Este fato respalda todas as ações que a Cargill tem feito pra subverter o pensamento dos pequenos produtores rurais de Santarém a ponto de, até mesmo, esses sujeitos chegarem a apoiá-la:

Olha, antes a gente pensava até que a Cargill era um dragão que chegou para consumir a Amazônia, mas depois de certo tempo, trocando de gerência, até que chegou um gerente, que era o seu Zé. Então depois que seu Zé chegou, ele começou a explicar pra gente o que era a Cargill. A parte social. Ela ajuda muito na parte social. É aí a gente descobriu que a Cargill não era aquele bicho de sete cabeças que a gente imaginava quando chegou a Santarém. Então hoje a gente sabe que a Cargill em Santarém é o crescimento e o progresso. Só que todas as vezes que o progresso chega traz as consequências que não são boas para a população. Mas o pessoal só vê mais essa questão daquilo que é desagradável para gente. É bem verdade que é ruim, mas para ter o progresso tem que ter alguns entravezinhos que vai nos deixar assim não satisfeito (Feirante 09, 60 anos, Feira da COHAB, maio de 2014).

Atualmente a multinacional desenvolve ações mais nocivas à pequena produção santarena (fotografia 09). Trata-se do incentivo ao plantio do milho:

amanhã nós vamos estar participando da Feira da Agropecuária, onde a Cargill vai dar uma palestra explicando a parceria com a Secretaria de Agricultura, através da qual ela vai disponibilizar um financiamento para plantio de milho e garantir a compra desse milho que foi produzido. Então, é uma coisa que ajuda a gente. Quem dera que todo mundo pudesse pegar um financiamento para plantar dez, vinte tarefa de milho e saber que está garantido a sua venda. Amanhã isso vai acontecer lá na Feira da Agropecuária. As comunidades foram convidadas para participar amanhã da festa do milho e aonde a Cargill vai fazer essa palestra (Feirante 09, 60 anos, Feira da COHAB, maio de 2014).

Como pode ser observado no cartaz afixado no escritório da APRUSAN (fotografia 09), foi realizada a primeira Festa do Milho. Esse evento ocorreu dentro da 32a. Feira da Agropecuária de Santarém, organizada no Parque de exposição Alacid Nunes. Na programação do evento houve sorteios de bovinos e de motocicletas, realização de diversos tipos de concursos, apresentação de atração musical nacional etc. Essa foi uma ocasião bem oportuna para a Cargill lançar seu novo projeto junto aos pequenos produtores: o incentivo ao plantio do milho.

Esse evento, por sua vez, teve o apoio da Cargill, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Agrosanta, do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), da empresa Avis Pará e dos Produtores Rurais ligados ao SIRSAN. Diante da perspectiva de profunda transformação da pequena produção rural, torna-se primordial reconhecermos a importância desses pequenos produtores para a região, uma vez que a circulação de sua produção não fica restrita apenas a Santarém.

**FOTOGRAFIA 09: CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DA FESTA DO MILHO:** Cargill divulga a realização de palestra onde foram exposto aos feirantes/produtores da APRUSAN os programas de incentivo da empresa ao plantio do milho no espaço rural santareno.



(Autora: Gesiane Trindade, maio de 2014).

Segundo Sá, Costa e Tavares (2006) é possível desenhar o seguinte fluxo dos produtos da feira da APRUSAN: as comunidades rurais produzem frutas, hortaliças, verduras, farinha e derivados que abastecem a cidade de Santarém. Pelo porto de Santarém a produção é encaminhada para outros municípios da região (Monte Alegre, Juruti, Monte Dourado, Alenquer, Porto de Moz, Itaituba), para Belém (capital do Pará) e para os Estado do Amazonas (Manaus e Parintins) e do Amapá (Macapá e Laranjal do Jarí). Dessa forma, podemos constatar, tanto pela afirmação das autoras, quanto pelo trabalho de pesquisa que realizamos, que esses produtos, assim como seus produtores, fazem parte de um circuito regional que assume imensa importância na vida de uma grande parcela da sociedade das regiões alcançadas pelo mesmo.

Dessa forma, as feiras da APRUSAN e seus múltiplos agentes são de grande relevância para a vida urbana, tanto de Santarém, quanto de outras localidades urbano-regionais, pois, através de suas atividades, proporcionam o acesso ao emprego e abastecem de alimentos as cidades. Para Santos (2008a), o circuito inferior é um elemento fundamental na vida urbana dos países e cidades subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno.

Sendo assim, ameaçar o fluxo desse circuito econômico é prejudicial à sustentabilidade dessa população. Excluir ou diminuir a diversidade dessa produção em prol da monocultura do milho não será um meio sustentável para o desenvolvimento socioeconômico daquela região. Entretanto, atualmente, a possibilidade de transformação daquela economia é cada vez mais incentivada, seja por meios financeiros ou ideológicos, quanto pelas grandes corporações e pelo Estado. Este último, por sua vez, é um dos mais incentivadores da expansão e permanência da dinâmica dos grãos em Santarém e região.

#### **4.3. Estado e capital em face das demandas do lugar/mundo em Santarém**

Um agente de primordial importância a ser analisado na expansão do agronegócio de grãos para o Baixo Amazonas é o Estado. Segundo Santos (2008a),

o Estado apresenta-se como aliado do circuito moderno da economia nos países subdesenvolvidos. O apoio que ele dá às diferentes modalidades de modernização tecnológica assume variados aspectos. Assim, cabe destacar suas ações no que se refere à dotação de infraestruturas necessárias para a difusão dos grãos no Tapajós, especificamente em Santarém.

Sob a ideologia da conquista e desenvolvimento econômico para a região amazônica, o governo federal, desde 1950, criou planos e programas visando a integrar a Amazônia à economia nacional e Mundial. Este fato pode ser ratificado, por exemplo, pelo Plano de Metas, pelo I Plano Nacional de desenvolvimento, pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, pelo Avança Brasil, pelo Brasil em Ação, pelo Plano Plurianual, pelo Projeto Piloto de Investimentos e pelo Programa de Aceleração do Crescimento (COSTA S., 2012).

Segundo Costa S. (2012) a partir de 2011, os investimentos do Estado se deram em grande parte em projetos de manutenção, recuperação e ampliação de infraestrutura portuária com uso de parceiras público-privada, principalmente no arrendamento de áreas portuárias, dentre os quais destaca-se: porto de Itacoatiara (AM), administrado pelo Grupo Amaggi<sup>20</sup> e Porto de Santarém (PA), gerido pela Cargill.

Em 1999 a Cargill ganhou a licitação pública promovida pela Companhia das Docas do Pará (CDP) para arrendamento de área portuária destinada à implantação de granéis sólidos de origem vegetal. Em 2003 é inaugurado o porto graneleiro, com investimento inicial de vinte milhões de dólares. A implantação desse porto trouxe grandes manifestações sociais e ações judiciais no que se refere a seu licenciamento ambiental em Santarém (COSTA S., 2012).

A grande questão que envolveu a implementação inicial do porto da Cargill foi a necessidade de se fazer Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA)<sup>21</sup> na área. Antes mesmo do processo licitatório, o Ministério

---

<sup>20</sup> Grupo Amaggi é o nome de uma *trading* brasileira de propriedade do produtor rural Blairo Maggi, sediada na cidade de Cuiabá estado de Mato Grosso.

<sup>21</sup>O licenciamento ambiental pelas leis brasileiras prevê os seguintes passos: 1) o empreendedor solicita ao órgão ambiental uma licença prévia (LP), apresentando nessa etapa o Estudo de Impacto Ambiental; 2) o Estudo é elaborado à custa do empreendedor e obedecendo a um termo de Referência elaborado pelo órgão ambiental, devendo ser amplamente debatido com a sociedade através de audiências públicas que podem ser solicitadas por qualquer cidadão; 3) se aprovada a LP ainda não se autoriza a implantação do projeto, apenas sua localização e concepção tecnológica; 4)

Publico Federal (MPF) já tinha entrado com ação judicial que pedia o EIA/RIMA. Ainda assim, o CDP continuou com o processo de licitação mediante concessão de uma medida liminar dada pela Justiça Federal. As ações do MPF geraram desconfiças nas empresas agroindustriais interessadas, dentre as quais estavam: Hermanasa (grupo Amaggi), Cargill, Bunge e Caramaru. No dia da licitação somente a Cargill apareceu (COSTA S., 2012).

Em 2000 o MPF ajuizou ação pública contra a Cargill e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), para a paralização das obras do porto e a realização do EIA/RIMA; pedido este que foi atendido por juiz federal. Diante dessa situação, a Cargill ajuizou vários recursos para a obtenção do efeito suspensivo, e, ao abrigo dessa tutela judicial, conseguiu concluir o porto graneleiro em 2003. Todavia, em 2004 saiu a sentença do processo principal, obrigando a empresa a elaborar o EIA/RIMA (COSTA S., 2012).

O não cumprimento da decisão judicial, baseando-se em outras ações legais movimentadas pela empresa, fez com que em 2007 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em procedimento de fiscalização fechasse o porto. O mesmo ficou fechado por vinte dias, depois foi reaberto por decisão de desembargador federal. Assim, mediante a obrigatoriedade legal de se elaborar o EIA/RIMA, a Cargill elaborou o estudo que ficou pronto em 2008 (COSTA S., 2012).

Assim, mesmo à revelia da legislação ambiental vigente na época e da necessidade de se fazer primeiro o EIA/RIMA para a posterior construção do porto, a multinacional conseguiu sua permanência em Santarém. O grande interesse da empresa em exportar pelo porto de Santarém deve-se à posição geográfica estratégica da cidade, uma vez que, além de estar mais próxima de mercados consumidores, como Estados Unidos e Europa, apresenta uma logística interna de escoamento mais atraente do que outros portos nacionais, a exemplo de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Essa facilidade logística deve-se principalmente pelo fato de a cidade estar às margens de rios que possibilitam a navegabilidade de navios de exportação do tipo Panamax, assim como sua ligação rodoviária com o restante do território nacional proporcionado pela Rodovia BR-163.

---

com a LP, o empreendimento pode obter a Licença de Instalação (LI), que autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento (COSTA, S., 2012).



A construção da BR-163 se deu ainda na década de 1970. Ela foi construída com o intuito de interligar a Amazônia ao Centro-Oeste brasileiro, promovendo a integração econômica regional. Ocorre que atualmente a conclusão asfáltica da Rodovia se coloca como principal gargalo do escoamento de grãos pelo porto de Santarém. As obras necessárias incluem a pavimentação da BR no trecho entre Guarantã do Norte (MT), Rurópolis e Santarém (PA), assim como a pavimentação da Transamazônica (BR-230) que viabilizará o acesso a Miritituba, Município de Itaituba (PA) localizado às margens do Rio Tapajós, com previsão para alcançar Altamira (PA) e seguir até Marabá (PA) (COSTA S., 2012).

Importante ressaltar que a pavimentação asfáltica da BR-163 simboliza a chegada do desenvolvimento econômico em Santarém, por isso é, via de regra, utilizada em retóricas políticas em períodos eleitorais, a fim de conquistar os eleitores e o apoio do empresariado locais/regional (fotografias 10 e 11). O asfaltamento da BR-163 torna-se uma exigência de setores ligados aos grãos que necessitam da fluidez da via para facilitar e diminuir o custo com o transporte dos grãos (fotografia 12).

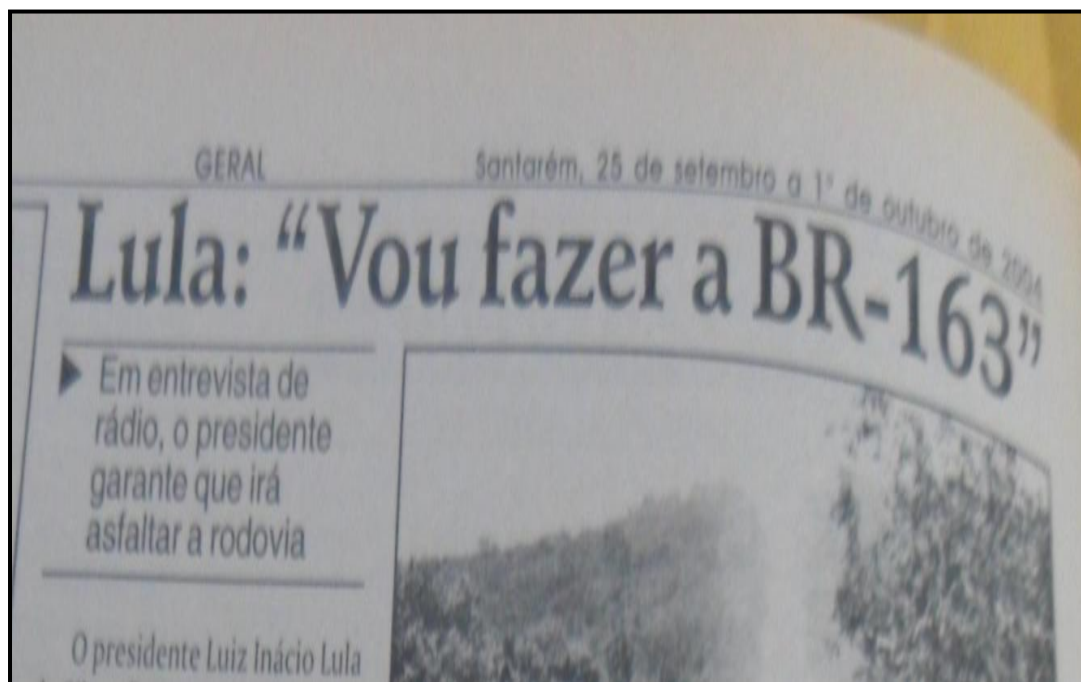
A BR-163 possui uma extensão de 1.780 km no trecho Cuiabá-Santarém. Atravessa regiões importantes, sob o ponto de vista do potencial econômico e da diversidade biológica, étnica e cultural da Amazônia. Há uma diversidade paisagística formada pelo cerrado e floresta amazônica e suas áreas de transição. A Cuiabá-Santarém atravessa a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, abrangendo duas de suas sub-bacias: Tele Pires/Tapajós e Xingu/Iriri. O asfaltamento da BR-163 ameaça a preservação da diversidade ambiental e social daquela área, uma vez que incentivaria maior fluxo e ocupação por pessoas e empresas extrarregionais.

**FOTOGRAFIA 10 - BR-163 SERÁ ASFALTADA ATÉ SANTARÉM, GARANTE GENOÍNO:** presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, promete o asfaltamento da BR-163 até Santarém. Genoíno esteve em Santarém em 2003, para promover a campanha eleitoral à prefeitura municipal da candidata Maria do Carmo, sua companheira de partido.



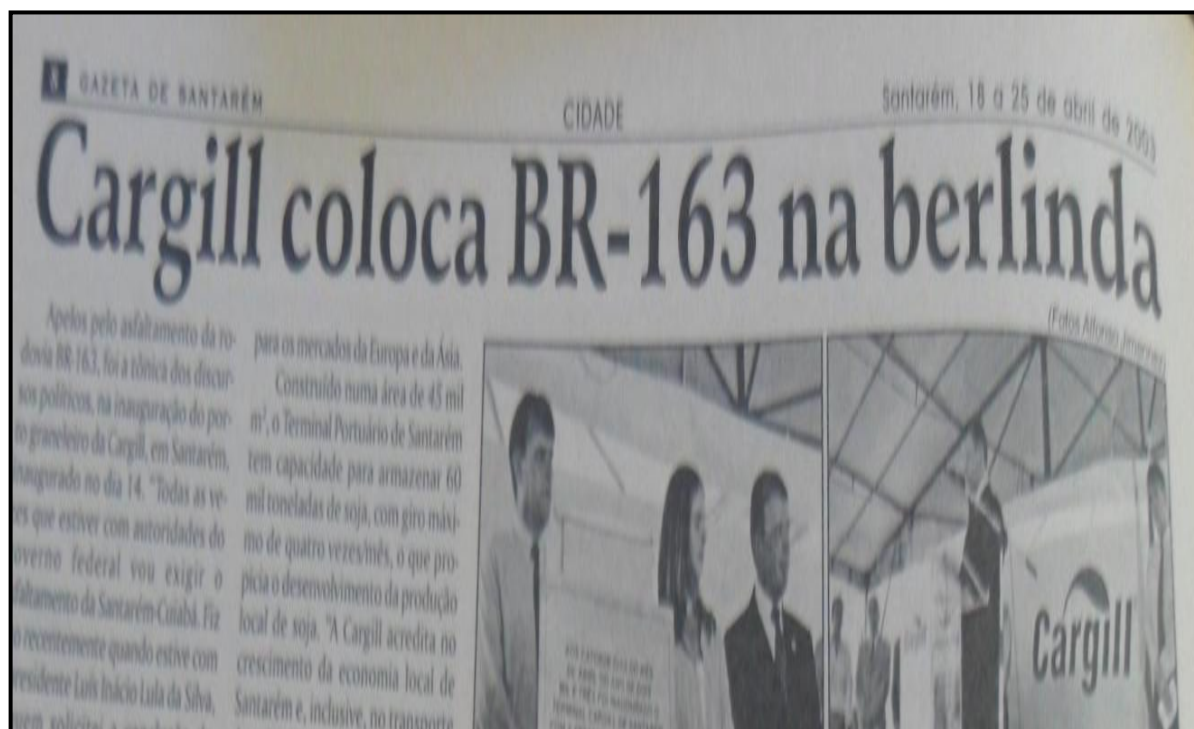
(Fonte: GAZETA DE SANTARÉM, 2003a, p.10).

**FOTOGRAFIA 11 - LULA: “VOU FAZER A BR-163”:** em 2004, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva divulga via rádio nacional o asfaltamento total da BR-163.



(Fonte: GAZETA DE SANTARÉM, 2004c, p.9).

**FOTOGRAFIA 12 - CARGILL COLOCA BR-163 NA BERLINDA:** a reportagem destaca a exigência do asfaltamento da BR-163 pela Cargill. Essa cobrança foi direcionada aos representantes dos governos federal e estadual presentes em Santarém em 2003 na ocasião da inauguração do Porto.



(Fonte: GAZETA DE SANTARÉM, 2003b, p.8).

Segundo Frederico (2013) o Estado também cumpriu um papel fundamental na criação e difusão de novas variedades de plantas - sobretudo soja -, adaptadas às menores latitudes do cerrado e do bioma amazônico, assim como no oferecimento de assistência técnica aos produtores, introduzindo novas formas de uso e manejo do solo.

A atuação do Estado não se limitou apenas ao apoio técnico, foi criada também uma série de políticas, como: o fornecimento de crédito subsidiado, abaixo da inflação (1965-1980), que capitalizou os produtores, permitindo a aquisição de máquinas e terras; os incentivos fiscais para a instalação de agroindústrias; a construção de sistemas de transporte e energia; a criação de programas oficiais baseados na concepção de “polos de desenvolvimento” (POLAMAZÔNIA<sup>22</sup>); e os programas de colonização públicos e privados (FREDERICO, 2013).

Dessa forma, o Estado responde por grande parte das iniciativas necessárias para a expansão e difusão dos grãos, e, portanto, das empresas que auxiliam a sua produção no Município de Santarém. “Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento e ao desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infraestrutura caras” (SANTOS, 2008a, p.161).

Sendo assim, nota-se a existência de condições necessárias criadas pelo Estado para a expansão de grãos para o Baixo Amazonas; justificando o que Costa, S. (2012) denominou de estratégia expansionista dos grãos. Essa afirmativa é confirmada através de obras e projetos que visem ao desenvolvimento econômico, representadas por vias de circulação, programas de incentivos à agropecuária e à mineração, construção de aeroporto e hidrelétrica sediados em Santarém (quadro 10). Ainda, com a proposta de subsidiar energicamente a região, está em

---

<sup>22</sup> Em 1974, Seguindo as orientações do II Plano Nacional de Desenvolvimento de equipar o território nacional dotando-o de infraestrutura é lançado o Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). No estado do Pará são escolhidas cinco áreas dentre as quinze selecionadas na Amazônia Legal para implantação de pólos, foram elas: Carajás, Trombetas, Altamira, Tapajós e Marajó. Os dois primeiros pólos, têm-se na mineração a mola propulsora do desenvolvimento. No Sudoeste Paraense, nos pólos Altamira e Tapajós, têm-se na agropecuária a principal atividade econômica principal. (IDESP, 2011). Segundo Costa, S. (2012) esse programa destinou-se a ocupação empresarial da região através dos incentivos fiscais, dessa forma, foram implantados ou expandidos empreendimentos de extrativismos, agricultura, pecuária e agroindustrial, aumentando a capacidade mercantil em geral da região.

implementação o Complexo Hidrelétrico do Tapajós, formado por cinco usinas: São Luiz do Tapajós, Jatobá, Cachoeira do Caí, Jamanxim e Cachoeiras de Patos, localizados nos rios Tapajós e Jamanxim (COSTA, S., 2012).

As principais ações no que se refere ao planejamento e criação de políticas desenvolvimentistas que favoreceram a difusão dos grãos no Baixo Amazonas, sem dúvida, deram-se principalmente na esfera do governo federal e estadual. Todavia, cabe ressaltar também o papel do poder local municipal no processo de expansão e difusão da dinâmica graneleira em Santarém.

A partir de 2005, com o governo municipal gerido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com Maria do Carmo Martins Lima prefeita<sup>23</sup>, houve certa aproximação da empresa com a prefeitura. Pela necessidade de desconstruir a imagem da Cargill como exploradora e prejudicial pra região, a multinacional juntou-se à prefeitura e passou a criar estratégias sociais para construção de uma nova imagem diante da população local e mundial, representada principalmente pelas ONGs ambientalistas, conforme indica o trecho da reportagem:

grandes empresas só virão a Santarém se tiverem incentivos, se perceberem que o município tem uma política clara com relação, por exemplo, ao agronegócio, explicou Maria, alertando que o desenvolvimento local não pode ser pautado apenas na produção de grãos. Maria expôs que pretender trabalhar em parceria com a Cargill e disse que vai cobrar participação mais ativa da empresa na solução de problemas sociais do Município (GAZETA DE SANTARÉM, 2004d, p. 09).

---

<sup>23</sup> Foi prefeita de Santarém por dois mandatos: 2005/2008 e 2009/2012.

QUADRO 10. SANTARÉM: PRINCIPAIS OBRAS E PROGRAMAS DO ESTADO IMPLANTADOS OU EM IMPLANTAÇÃO

EIXO	OBRAS E PROGRAMAS	ESFERA	OBJETIVO	IMPORTÂNCIA DE SANTARÉM
Infraestrutura e integração regional	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	Federal	Explorar as potencialidades naturais da região, com base em 15 polos de exploração agropecuários e agrominerais.	Cidade sede do polo Tapajós.
	Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163)*	Federal	Abrir corredores de circulação na Amazônia oriental e integrar a região ao centro-oeste.	Sede de apoio administrativo para a realização da obra.
	Aeroporto Internacional Maestro Wilson Fonseca	Federal	Facilitar o acesso via aérea ao oeste paraense, sendo o principal aeroporto da região.	Sede do aeroporto.
	Porto Público de Santarém**	Estadual	Integrar os municípios do médio Amazonas e dos vales dos Rios Trombetas e Tapajós ao território nacional.	Sede do Porto.
	Usina Hidrelétrica Curuá-Una	Federal	Produção de energia elétrica.	Sede da hidrelétrica.
Indústria	Implementação do Distrito Industrial de Santarém**	Estadual	Dinamizar a economia e atrair novos empreendimentos para a região.	Sede do Distrito Industrial.
Comércio	Feira Agropecuária do Baixo e Médio Amazonas.	Municipal/ iniciativa privada	Fomentar o comércio de produtos relacionados à agropecuária na região.	Sede do Centro de Convenções
Saúde	Hospital Regional do Baixo Amazonas Dr. Waldemar Pena	Estadual	Prestar assistência de excelência em saúde de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).	Sede do Hospital
Educação e Cidadania	Estação Cidadania	Estadual	Oferecer serviços por meio de unidades credenciadas de diversos órgãos: Cosanpa, Defensoria Pública, Cartório, Sistema Nacional de Emprego (Sine), Setor de Identificação da Polícia Civil, Procon, Correios etc.	Localizada em Santarém, esta é a primeira unidade implantada no interior do Estado.

\* Obra ou projeto em implementação.

\*\* Obra ou projeto previsto.

Fonte: Becker (1990) e trabalho de campo, mai. 2013.

Elaboração: Gesiane Trindade.

Dessa aproximação e parceria algumas obras vieram a surgir na cidade, que, embora pontuais, cabe identifica-lás: reforma da biblioteca municipal Paulo Rodrigues dos Santos, reforma e doação de materiais necessários para o laboratório de geoprocessamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a construção do Bosque Vera Paz. A multinacional também passou a desenvolver ações sociais junto à população do Município, que desembocaram na criação do Comitê de Ações Sociais da Cargill:

nós temos aqui em Santarém, é até meio que exclusivo dentro da Cargill, porque nas outras unidades não tem, só tem aqui em Santarém, que é um Comitê de Ações Sociais, onde a gente recebe os pedidos, todo tipo de pedido que vocês imaginarem a gente recebe aqui. E aí a gente leva para esse Comitê, leva para essa equipe avaliar o que dá e o que não dá para gente fazer. É que como todo mundo pede tudo, tem algumas coisas sai muito do nosso foco, né!? E agora a gente está começando a afunilar cada vez mais isso porque nós somos uma empresa de alimentação. Então a gente quer voltar o nosso foco pra os nossos programas. A gente tem programas da Fundação Cargill de alimentação que a gente nunca conseguiu trabalhar em Santarém, porque o tempo todo tem alguém pedindo alguma coisa e a gente vai fazendo pra ajudar a comunidade. A gente acabou vendo assim: que essas ações elas ajudam a comunidade, só que melhor do que a ação é ter algo perene, você ter um programa, algo que funcione dentro da comunidade. Implantar uma horta, ensinar as merendeiras, as cozinheiras das creches, das escolas a fazerem uma boa alimentação para crianças. Então a gente está tentando sair um pouquinho desse negócio de “Ah, doamos uma bicicleta pra comunidade tal fazer um bingo”, “doamos uma televisão...”, “ah, patrocinamos a camisas do evento x”. Então a gente tá tentando sair um pouquinho disso pra entrar mais no nosso foco de alimentação (Analista de assuntos corporativos da Cargill, 28 anos, maio de 2014).

Sendo assim, percebe-se uma necessidade de construção de uma nova imagem diante da população local e mundial por parte da Cargill. E nesse processo, a própria prefeitura tem contribuído para essa construção, uma vez que busca apoio financeiro para essas obras na cidade, que servem principalmente como marketing empresarial. Enfatizamos assim o papel do Estado no auxílio e incentivo do agronegócio de grãos na região. Esse apoio foi demonstrado por meio de políticas nacionais, projetos, programas, obras infraestruturais e subsídio energético e pelo apoio municipal a ações da multinacional Cargill.

#### **4.4. Tensões e alterações espaciais decorrentes da produção e da circulação de grãos em Santarém**

A implantação do porto graneleiro da Cargill em 2003 em Santarém ocorreu em meio a grandes conflitos judiciais entre a multinacional e o Ministério Público Federal,

conforme foi citado acima. Afora as brigas judiciais, houve também muitas mobilizações sociais e manifestações contrárias à implantação do porto na orla da cidade. Segundo Costa, S.(2012) foi constatado aumento da procura por terras e, em consequência, maior incidência dos casos de conflitos fundiários e grilagem. Os problemas gerados pelo advento dos grãos, todavia, não se fazem sentir apenas nas áreas rurais, embora estejam aí concentrados. Por meio da relação rural-urbano existente, essas questões também são compartilhadas pela cidade e experimentadas pelos cidadãos. Ressaltam-se as ações dos movimentos sociais, que demonstraram resistência frente à chegada da Cargill a Santarém. Os principais atos ocorreram entre os anos de 2003 e 2006. As organizações locais, em parcerias com o Greenpeace, organizaram vários protestos e manifestações contra a empresa, que, por sua vez, reagiu representada, sobretudo, pelos produtores de soja que defendem a permanência da Cargill em Santarém.

Em 2006, lideranças sindicais e o Greenpeace fizeram um protesto contra o desmatamento em uma área de 1.650 hectares na gleba Pacoval. Nessa ocasião, os manifestantes estenderam uma faixa de 2.500 metros com a frase “100% crime” (fotografia 13) e ato simbólico de plantação de mudas de castanheiras. Essa ação resultou em resposta violenta por parte do sojicultor Donizetti Oliveira, na época presidente da Associação dos Produtores Agroindústrias de Santarém, que se intitulava proprietário da terra. O referido senhor passou com o carro várias vezes por cima da faixa, agrediu manifestantes e chegou a ameaçar jornalistas presentes no local (GAZETA DE SANTARÉM, 2006a, p.14).

Na semana seguinte ao protesto, o referido senhor foi preso pela prática de crime ambiental, grilagem de terras e agressão a agentes públicos (GAZETA DE SANTARÉM, 2006a). Segundo Costa, S. (2012), em 2005 o IBAMA já havia constatado seiscentos e cinquenta hectares desmatado no local. Nessa ocasião houve o embargo do das atividades da propriedade rural e a apreensão de quatro tratores e correntes utilizados na derrubada de árvores. Em 2009 o mesmo sojicultor foi multado em mais de um milhão de reais por desmatar ilegalmente novecentos e cinquenta hectares da gleba Pacoval. Ainda assim, Donizetti foi solto. E em seu depoimento alegou que a atividade “era o único meio de sustentar sua família” (COSTA, S., 2012).



**FOTOGRAFIA 13 - PROTESTO NA GLEBA PAVOCAL:** início dos protestos desencadeados em 2006, pela ONG Greenpeace e os movimentos sociais de Santarém. Na ocasião, foi estendida uma faixa com a mensagem “100% crime”, como pode ser observado na imagem, na gleba Pacoval, em relação a qual o sojicultor Donizetti Oliveira intitulava-se proprietário.



Fonte: (GAZETA DE SANTARÉM, 2006a, p.14).

Após esse ato, organizou-se na cidade, pelos sojicultores e simpatizantes do agronegócio dos grãos, o “Movimento Fora Greenpeace: a Amazônia é dos brasileiros”. Foram espalhados cartazes, adesivos, camisetas e *outdoors* com a referida mensagem. Esse movimento serviu de base para reações violentas diante das manifestações do Greenpeace em 2006 (GAZETA DE SANTARÉM, 2006b, p 03).

Após ter lançado o relatório “comendo a Amazônia<sup>24</sup>” em maio de 2006, o navio *Artic Sunrise* do Greenpeace aportou em Santarém. Os manifestantes da referida ONG realizaram uma série de atividades, dentre as quais, uma exposição audiovisual na orla da cidade.

Nessa ocasião foi exibido um filme sobre a derrubada da floresta com vista à plantação de soja. Para a realização do evento foi montada um barco inflável, a alguns metros da orla da cidade, o mesmo servia de suporte para uma grande tela de projeção para exibir o filme, chamando atenção dos transeuntes que ali passavam no momento.

Essa manifestação provocou revolta dos sojicultores que chegaram à Avenida Tapajós para contrapor as ações do Greenpeace. Durante a exibição do filme, um grupo de sojicultores disparou rojões em direção ao barco inflável no qual estava à tela de projeção. Também houve agressões físicas a jornalistas e verbais ao povo santareno presente na orla (GAZETA DE SANTARÉM, 2006b). A fotografia 14 mostra o destaque do ocorrido na imprensa local.

---

<sup>24</sup> Nesse relatório o Greenpeace responsabiliza as empresas norte-americanas ADM, Bunge e Cargill pela expansão da soja e, conseqüentemente, pelo desmatamento na Amazônia (GREENPEACE, 2006).

**FOTOGRAFIA 14 - A CARA DO PRECONCEITO:** sojicultores atacam as manifestações pacíficas do Greenpeace na orla de Santarém. Na ocasião, foram desferidas também palavras de xingamentos aos jornalistas que cobriam a manifestação, além de ser exposta a visão preconceituosa que se tem do povo santareno, chamados pejorativamente de índios e preguiçosos por parte de migrantes.



(Fonte: GAZETA DE SANTARÉM, 2006b, capa).

Em resposta a essas manifestações de preconceito no dia 21 de maio de 2006, foi realizada uma passeata, denominada “Marcha pela Floresta de Pé”, em defesa da produção familiar e contra a monocultura da soja. Essa passeata foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (STTR), Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), Frente em Defesa da Amazônia (FDA) e Greenpeace, somando ao todo mais de trinta organizações participantes (COSTA, S., 2012).

Essas ações atingiram a sociedade nacional e mundial, fazendo com que grande parte da opinião pública se colocasse contra a expansão da soja em Santarém. Surge, assim, o “boicote à soja da Amazônia” por alguns supermercados, fabricantes de alimentos e cadeias de *fast food* da Europa. Diante do boicote, coube à Associação de Indústrias Brasileiras de Óleos Vegetais (ABIOVE) e à Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (ANEC) assumirem publicamente o compromisso de não comercializar nenhuma soja oriunda de áreas que fossem de florestas do bioma amazônico. Essa iniciativa foi denominada de Moratória da soja (COSTA, S., 2012). Com tantos conflitos, houve a necessidade da recriação da imagem da Cargill em Santarém.

A partir da introdução dos grãos na economia e na vida da sociedade local surgem alguns processos, responsáveis por originar ou recriar novos espaços urbanos em Santarém. Em parceria com a prefeitura, a multinacional Cargill passou a ter influência no que se refere a pequenas intervenções intraurbanas.

Destaca-se um dos principais impasses na época da construção do terminal graneleiro. Trata-se do local em que o mesmo seria construído: a praia da Vera Paz. Segundo informações do presidente da associação de bairro do Laginho e do Feirante 04, tal praia era um local bastante popular e, por ser localizada na orla da cidade, era muito frequentada e bem acessível às camadas mais empobrecidas de Santarém. Todavia, é ressaltado que a deterioração da praia ocorreu antes da implementação do porto da Cargill. A construção do porto teria servido para extinguir o uso daquele espaço para uso recreativo, como foi ressaltado em depoimentos:

eu moro aqui há mais de trinta anos, eu peguei essa praia aí. Essa praia era uma das mais bonitas. Se tu vê aquela areia lá de Alter-do-Chão é igualzinha essa aí. Aquilo lá não tinha sujo, era uma água limpa, já falavam em poluição desde o tempo do garimpo. E isso aí poluiu mesmo, era uma água cristalina, boa, que você ia pra lá, e você não via pedaço de pau, não via garrafa pet, não via nada. Ninguém fazia fogo. Todo mundo ia pra lá. O homem vendia picolé num carrinho, para cá e para ali alguma coisa. Comida

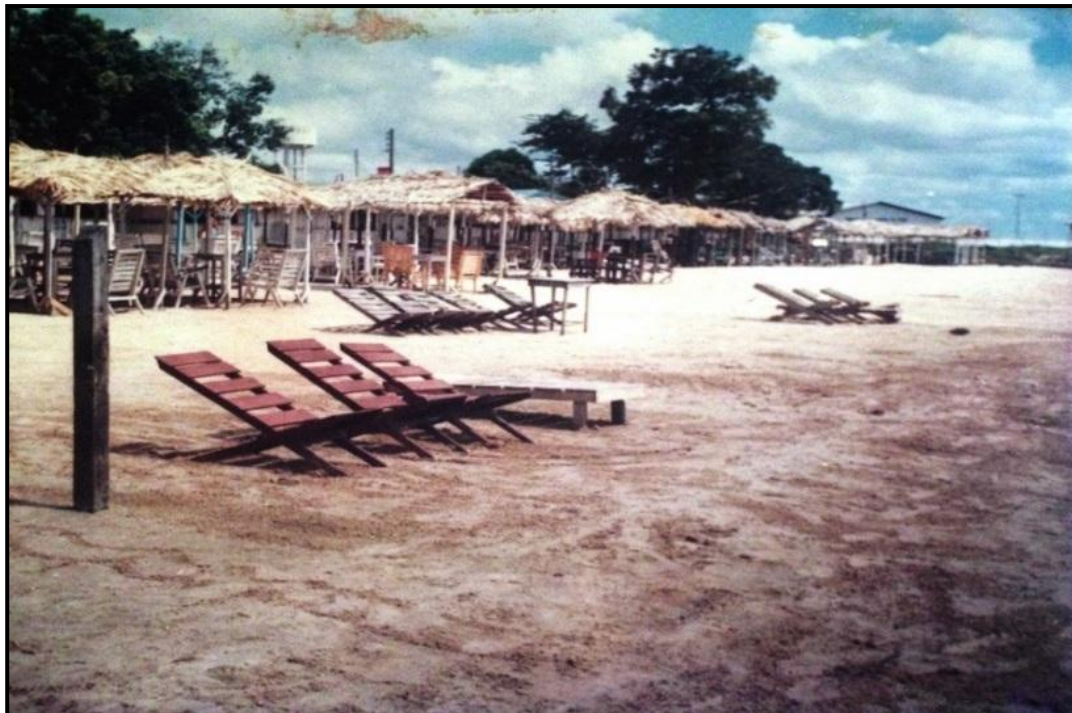
já ia pronta. E a gente levava os filhos da gente. Aí a CDP ligou pra RICON para desembarcar madeira lá naquela ponta, madeira, tijolo, material pra fazer olaria. E aí os rebocadores começaram a cavar. Quando a água desce todo mundo vai procurar a praia, chegava lá e começou a aparecer as mortes de crianças, por quê? Porque caíam dentro do buraco. E o rebocador cavava quando passava e começou a aparecer braço. Isso é manchete da imprensa que começaram morrer as crianças e tal... E aí começaram a deixar fazer as casas. Os bares, assim, para vender bebida. Começaram a fazer casa desordenada, uma diferente da outra. E já faziam necessidade lá atrás. E de lá começou a venda de drogas. Começou a ter os crimes, aí a praia acabou. Aí que começou o negócio. Nesse tempo aí a associação foi fundada em 2002. Não tinha associação, mas tinha o GDA [Grupo de Defesa da Amazônia] que defende o meio ambiente. Há muitos anos, estava bem na porta da Cargill aí. Era para ter feito antes. Era para terem feito protesto antes. Aí acabou com a praia e a Cargill entra. A licitação ganhou e lá vem o progresso aí. E aí? Instalou-se aí. Não foi a Cargill que acabou com a praia. Quando a Cargill veio, já tinham acabado com a praia. Mas a culpa toda foi da Companhia, que cedeu pra fazer o porto lá, e deixou, por que é uma área federal. Ela não deveria ter deixado. O que deveria fazer é a proteção. Até hoje estava aí, a proteção. Não entrava carro, não entrava bicicleta. Só pedestre. Então estava aí a praia porque faltou uma organização (Presidente da Associação de Moradores do Bairro do Laguinho, 60 anos, maio de 2014).

E eu vejo assim, quando a Cargill chegou a Santarém, aquela área ali onde ela está, era um local que abrigava muito marginal. O pessoal acha que por ter sido implantada a Cargill naquele ponto destruiu muito, mas acho que, por outro lado, ela trouxe alguns benefícios. Não servia mais de acúmulo de marginalidade, local de uso de drogas. Porque eu cansava de travessar lá para o porto, sempre eu andava por ali, e a gente via aquele grupinho de pessoas sentadas lá no pé daquelas árvores. E aquilo ali não era rezando não. Com certeza era planejando alguma coisa de ruim (Feirante 04, 55 anos, Feira da COHAB, maio de 2014).

Fazendo um paralelo com os relatos e os processos de produção do espaço ao longo dos anos, apresentamos as fotografias 15 e 16, nas quais, a praia da Vera Paz aparece em diferentes momentos. Enquanto a fotografia 15 mostra uma praia mais conservada, possivelmente mais frequentada, a julgar pela presença de quiosques e cadeiras de praias, a fotografia 16 mostra uma imagem onde o espaço é voltado para outros usos, a exemplo do embarque e desembarque de passageiros que chegam via rio na cidade de Santarém. Percebe-se, assim, que a utilização para o lazer, representado pela praia, já não ocorre. Pela análise da imagem, podemos visualizar a formação de fissuras no terreno, provavelmente, formadas por redes de esgoto resultantes dos usos domésticos na cidade.

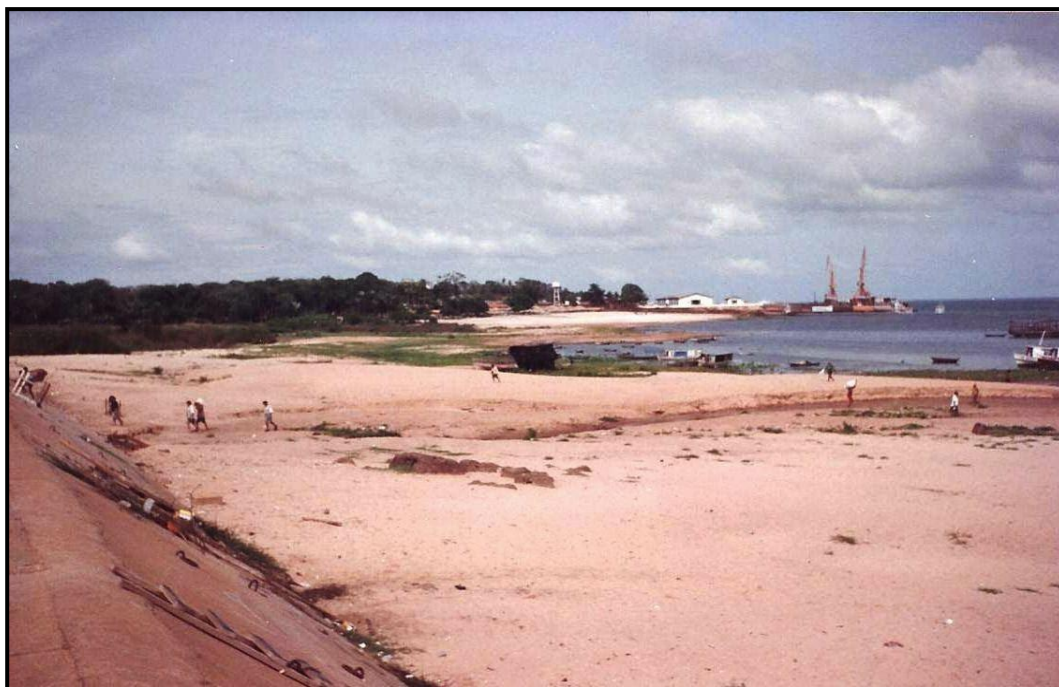


**FOTOGRAFIA 15 – PRAIA DA VERA DA PAZ NO PASSADO:** a praia da Vera Paz já fora bem frequentada, como podemos constatar através da análise da fotografia, uma vez que a mesma demonstra a presença de inúmeros quiosques e cadeiras de praia disponíveis para os possíveis frequentadores.



(Fonte: SOUSA, 2014, s/p).

**FOTOGRAFIA 16 - PRAIA DA VERA DA PAZ EM 1996:** esse registro demonstra o espaço da Praia da Vera Paz deteriorado. Pela fotografia, percebe-se que o uso da praia é destinado principalmente para o embarque e desembarque de ribeirinhos (e não mais para o lazer, como anteriormente).



(Autor: José Gumercindo Rebelo, 1996). Fotografia cedida/ por Sousa (2014).

Com a implantação do porto da Cargill em 2003, a praia passa por mais uma transformação. Agora os moradores locais não têm mais acesso àquele espaço outrora tão importante na vida social santarena, tanto por banhistas, quanto por ribeirinhos que ali atracavam seus barcos e canoas. No ano de 2005 é realizada uma ação de requalificação da orla santarena. A prefeitura municipal (governo Maria do Carmo Martins Lima, do PT), em parceria com a Companhia de Docas do Pará e Cargill lançam o projeto Bosque Vera paz. A ideia era resgatar a relação de proximidade entre a população local com o fragmento da referida praia. Para isso foi construída área de lazer, com bosque, que inclui trilhas para caminhada, campo de futebol, quadras para vôlei e espaço para ginástica (fotografia 17).

Outra ação da Cargill que mostra a necessidade de construção de imagem de boa empresa em Santarém é a reforma da biblioteca municipal Paulo Rodrigues dos Santos:

no dia de seu aniversário Santarém ganha um presente especial: a revitalização da biblioteca pública, Paulo Rodrigues Santos, agora com um acervo de mais de 7 mil livros, acesso informatizado, computadores, gibiteca, sala multifuncional e outros espaços dedicados à cultura e ao lazer. O presente é da Fundação Cargill que teve apoio da Prefeitura de Santarém e da unidade Cargill do Município. A reforma do prédio o adaptou totalmente aos padrões atuais, criando um espaço multifuncional complementado por mobiliário novo, equipamentos de informática e novas coleções de livros (GAZETA DE SANTARÉM, 2006c, p.20).

Por ocasião da inauguração, esteve presente em Santarém a diretoria nacional e internacional da Cargill. O momento serviu também para afirmar que a empresa não deixaria de investir em Santarém e Belterra por acreditar em um desenvolvimento sustentável para a região (GAZETA DE SANTARÉM, 2006d). Essa afirmativa foi dada em resposta ao apelo da prefeita Maria do Carmo Martins Lima: “pedi apoio para que eles não parassem de comprar a produção dos agricultores de Santarém e Belterra e eles me tranquilizaram dizendo que não pretendia fechar o porto” (GAZETA DE SANTARÉM, 2006d, p.3).

**FOTOGRAFIA 17 - BOSQUE DA VERA PAZ:** em 2005 há uma tentativa de reconhecimento da importância de Vera Paz para a vida urbana santarena. Nesse período, inicia-se a requalificação desse espaço, aonde viria a ser construído o Bosque Vera Paz



(Autora: Gesiane Trindade, 2014).



Dessa forma, percebemos a construção de estratégias de convencimento da população local e mundial do benefício da Cargill para a cidade. Essas ações também se fizeram na reforma e dotação de equipamentos necessários para o laboratório de geoprocessamento da Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMMA):

A Cargill deve construir o Centro Integrado de Informações Ambientais, que vai atender Santarém, Belterra e Mojuí. Novamente a mesma coisa, a prefeitura tem o espaço, mas não tem como equipar. Não tem como treinar profissionais para trabalhar com eles. Querem fazer armazenamento de dados ambientais da região. Então a gente deve entrar aí, deve ser uma média de quatrocentos mil reais também. E aí a gente tem as outras parcerias menores, com a prefeitura, a gente tem uma parceria muito grande com o pessoal da secretaria municipal meio ambiente. Nos eventos que eles promovem, semana de meio ambiente, dia da árvore, dia da água. Esses eventos mais internos, né?! Então a gente participa com eles nas programações (Analista de assuntos corporativos da Cargill, 28 anos, maio de 2014).

Essas ações da empresa servem para amenizar as consequências dos problemas socioespaciais criados em virtude de sua implantação e da difusão dos grãos no Município e que têm afetado a população urbana e rural.

Em virtude do aumento da procura por terras e os conflitos ocasionados nas áreas rurais, há um processo de expropriação do homem do campo, o que, por sua vez, tem ocasionado a redução, e mesmo a extinção, de algumas comunidades rurais:

ela [Cargill] traz fatores negativos que a gente está sentindo em Santarém. Uso da monocultura em grande escala, essa monocultura, geralmente, ela é feita de forma totalmente mecanizada. Não absorve mão de obra, entendeu? Para eles produzirem, eles têm que lançar mão de artifícios que são prejudiciais ao meio ambiente. Adubação com química pesada, o uso de agrotóxico nas lavouras, entendeu? E o que é pior, eles estão tirando de suas comunidades pessoas que viviam de desenvolvimento rural e hoje, por pressão, eles estão tendo que sair. Pressão econômica mesmo, eles jogam de maneira pesada para adquirir uma área que eles acham que tem importância pra eles. Tem comunidades que deixaram de existir por causa do advento da soja, do advento da monocultura na região. Posso citar aqui a comunidade Pimenta, onde é uma comunidade que hoje você vai lá e não tem mais ninguém, é só um campo de soja. Quer dizer, essa e outras, então eu acho que a monocultura da soja traz malefícios que fazem com que eu tenha a minha opinião e diga que a Cargill ainda não é a empresa que beneficie o Município na sua totalidade (Técnico de campo/áreas protegidas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 42 anos, maio de 2013).

aqui nessa área da Boa Esperança, que vai pra região da Curuá-una, que vai pra região do Uruará, ou aqui mesmo na Cuiabá, você vai ver o grande impacto, o grande campo da soja. Eram comunidades que tinham cento e poucas famílias, todos trabalhadores rurais. O sojeiro chegava lá e enganosamente, dizia: “olha está aqui, eu te dou cinco mil para ti me vender

esse lote". E a família achava muito dinheiro. Achava que o dinheiro não ia acabar. E perderam, entregaram a sua terra. Várias comunidades aqui na região de Mojuí dos Campos fecharam. Nós não temos mais hoje a comunidade do Prata, hoje é só campo, não existe mais ninguém morando lá. Temos comunidades aqui próximas que só existem algumas famílias que estão lá, outras já estão morando na estrada de Rurópolis, na Transamazônica, foram embora. Muitos estão procurando por terra, porque os grandes sojeiros fizeram isso com as comunidades de Santarém (Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 47 anos, maio de 2014).

mas quem chega, compra em lotes, expulsando os caboclos da região, que acabam na cidade. Não é preciso muito dinheiro para convencer os pequenos da transferência do lote. Alguns trocam terras por carros, gastam o dinheiro, e depois não têm para onde voltar. Muitas comunidades já desapareceram, informa Gerente do IBAMA Santarém (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2014, s/p).

Em seu trabalho sobre a reprodução camponesa e o agronegócio em Santarém, Paixão Jr. (2012) também destaca a extinção de algumas comunidades. Segundo o autor, as precárias condições de reprodução existentes, anterior à chegada dos grãos, associadas à violenta apropriação de terras impostas pelos sojicultores fizeram com que comunidades, como Jenipapo e Tracuá, fossem paulatinamente perdendo sua população. Das sessenta famílias que viviam em Jenipapo antes do agronegócio, na época de sua pesquisa permaneciam apenas dez compostas principalmente de idosos. Em Tracuá, quarenta das famílias que ali residiam, permaneceram somente duas, uma formada por uma casal que não pode gerar filhos, e a outra de apenas uma pessoa, que fora abandonada por mulher e filho.

A diminuição da população, devido à venda das terras para os produtores de soja, deixa esses sujeitos com algumas alternativas: procurar novas áreas rurais para o trabalho ou ir tentar a vida nos centros urbanos mais próximos; nesse caso em especial, trata-se de Santarém ou Belterra:

ontem a gente passou aí na estrada que vai para Alter-do-Chão, e nós vimos várias pessoas que a gente conhece. Elas são vindas da área rural e se acampando por causa de um pedaço de terra, estão fazendo invasão de terra na área na estrada de Alter-do-Chão. Depois de nós termos várias áreas, que a gente tem na Reserva Extrativista, tem no assentamento, eles não querem. Eles já vêm pra cá, porque alguém foi lá comprou a terra. Então nós estamos pensando em fazer nova campanha de sindicalização para não vender a sua terra. Porque mais uns dias as pessoas podem ficar sem nada mesmo. E você sabe que a economia em Santarém é a economia familiar e a pesca (Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 47 anos, maio de 2014).

Com a expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras, ocorre um êxodo rural, e, certamente, uma grande parcela dessa população tem procurado moradias em Santarém, o que tem provocado um aumento na demanda por residências nas áreas periféricas da cidade. Sendo assim, o crescimento econômico promovido pelo advento dos grãos é destinado apenas a poucos setores da sociedade. Segundo Sá, Costa e Tavares (2006), esse fomento na economia, promovido pelo avanço do agronegócio, não gerou melhorias socioeconômicas para a população local, já que os produtores que realizam a agricultura familiar começaram a perder áreas em favor de empresas estruturadas no trabalho assalariado. Tais empresas compram as terras por baixo preço para investir na criação de gado e no plantio da soja.

Os pequenos produtores vendem suas terras com a ideia de que morar na cidade poderia garantir melhor qualidade de vida. No entanto, o que ocorre é a formação de periferias urbanas, desemprego e o acirramento da miséria de grandes contingentes populacionais (SÁ; COSTA; TAVARES, 2006). O aumento da população urbana e a expansão de periferias têm demandado serviços urbanos mais efetivos, como pode ser observado nos noticiários locais:

o crescimento desordenado da zona urbana e o aparecimento de novas invasões, loteamentos e bairros em Santarém, tem trazido grande dificuldade para os carteiros realizarem seus trabalhos, são devolvidos aproximadamente 220 volumes diariamente pelos carteiros, por falta de identificação de ruas e sem numeração correta (GAZETA DE SANTARÉM, 2006e, p. 8).

A produção de grãos em Santarém tem promovido intensas modificações na organização do espaço municipal, ou seja, ao mesmo tempo em que se apropria de espaços nas áreas rurais, também ocorre uma constante reorganização de espaços na área urbana, conforme podemos inferir a partir dos dados referentes às populações urbanas e rurais dos últimos anos, onde se visualiza o aumento significativo da população urbana e rural (tabela 06).

TABELA 06 - SANTARÉM: POPULAÇÃO SEGUNDO SITUAÇÃO DA UNIDADE DOMICILIAR 1996/2010

Ano	População urbana	População rural
1996	166.023	76.732
2000	186.297	76.241
2010	215.947	78.827

Fonte: IBGE (2010).

A atração de pessoas e empresas sojicultoras para Santarém, com perspectiva de obter lucros trabalhando com os grãos, tem contribuído para intensificar o povoamento em algumas localidades de Santarém. É o caso de comunidades do entorno da BR-163, como Perema, Jacamim, Boa Esperança, Amapá, Tabocal, Alter-do-Chão e São José. Segundo Costa, S. (2012), os sojicultores preferiram essas vilas em função do clima mais favorável e a proximidade com o local de suas atividades. Sendo assim, seus filhos estudam nas escolas das vilas e da cidade como os dos outros moradores.

Segundo Santos (2013), é importante observar o modelo rodoviário como referência para o crescimento da cidade. Segundo o autor, o modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e de espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. O déficit de residências também levaria à especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano (SANTOS, 1993).

Sendo assim, cabe destacarmos também o crescimento de loteamentos, condomínios e novas residências nas comunidades citadas acima, assim como o crescimento de serviços e comércios típicos de área urbana, como supermercados, boates, oficinas e salões de beleza.

Segundo Costa, S. (2012), o mercado de terras foi determinante para a reorganização espacial, tendo a vila de São José (Rodovia BR-163, Km 16) como elemento representativo de mudança. Um dos loteamentos encontrados na Vila São José é o Loteamento Planalto (fotografias 18 e 19), um grande empreendimento com lotes disponíveis para venda, numa reprodução dos modelos de condomínios de grandes cidades. As casas já construídas trazem uma arquitetura urbana moderna. Os lotes medem 18X40 (720m<sup>2</sup>), com oferta de infraestrutura de luz elétrica, água e arruamento. A maioria dos compradores é composta, principalmente, de famílias originárias do Estado do Paraná. Embora paranaenses, muitas famílias chegam em Santarém, depois de já ter residido algum tempo em municípios do Mato Grosso. Entre os compradores, estão também famílias pecuaristas tradicionais e professores universitários, pelo advento da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA (COSTA, S., 2012).

**FOTOGRAFIA 18 - COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ:** Loteamento Planalto, localizado na Comunidade São José. No primeiro plano visualizamos a plantação de soja, e em segundo plano observamos moradias em construção e residências já concluídas.



(Autora: Pâmela Tatiane Souza Santos, 2011). Fotografia cedida/ por Pâmela Tatiane Sousa Santos.

**FOTOGRAFIA 19 – PUBLICIDADE DO LOTEAMENTO PLANALTO:** placa afixada na BR-163, próximo da entrada da comunidade São José, divulgando o Loteamento Planalto.



(Autor: Marcelo Henrique Moraes de Sousa, 2011). Fotografia cedida/ por Pâmela Tatiane Souza Santos.

A dinâmica graneleira em Santarém tem contribuído, assim, para o surgimento de novos espaços. Alguns desses espaços foram criados ou recriados em função da parceria estabelecida entre a prefeitura e a multinacional Cargill que uniram forças para produzir e difundir “boas ações”, tendo em vista, beneficiar a imagem da empresa e também da prefeitura junto à população local. Entretanto, também nos deparamos com espaços que têm sido apropriados por migrantes trazidos pelo advento dos grãos. Isso, por sua vez, tem-se constituído em elemento de mudança para o espaço urbano de Santarém, uma vez que essas vilas apresentam cada vez mais serviços típicos das cidades promovendo certa expansão urbana. Desta maneira, podemos inferir que esses são também produtos de tensões espaciais em Santarém, tendo em vista a entrada desses novos moradores e seu encontro com os moradores do lugar.

Existem fragmentos espaciais decorrentes da face perversa do agronegócio em Santarém, qual seja, a substituição do homem do campo santareno por migrantes do Sul e Centro-Oeste do Brasil, essencialmente sujeitos ligados à lógica graneleira. A expropriação dos trabalhadores rurais tem gerado a extinção de algumas comunidades do campo, conforme foi citado em depoimentos pelos entrevistados. A população dessas comunidades, agora extintas, tem buscado e produzido novos espaço urbanos na cidade; fato que tem gerado uma maior demanda por serviços urbanos e aumentado à demanda por moradia em Santarém. Percebemos, dessa forma, uma produção de fragmentos espaciais que corroboram para a afirmativa de que a cultura dos grãos torna-se um elemento essencial para se compreender a organização do espaço em Santarém atualmente.

## **05. A TÍTULO DE CONCLUSÃO: POR UMA NOVA RACIONALIDADE DO ESPAÇO**

Este trabalho teve por propósito analisar a produção do espaço urbano em Santarém-Pará, sob a lógica da dinâmica graneleira presente na cidade desde 2003 por ocasião da implantação do porto graneleiro da empresa norte-americana Cargill S/A. Acreditamos que nosso trabalho serviu para pensar os impactos ocasionados pelo agronegócio de grãos na produção da cidade e de seus espaços intraurbanos. Partimos da premissa de que a relação rural-urbano é de extrema importância para se compreender as cidades na Amazônia. Ambos, rural e urbano, são espaços complementares, e, dessa forma, analisá-los separadamente dificultaria nosso trabalho.

Para debater a urbanização em Santarém, utilizamos a obra de Santos (2008a), para quem a urbanização é realizada sob o fluxo de dois subsistemas urbanos: o circuito superior e o circuito inferior da economia urbana. Esses dois circuitos surgem dos diferentes acessos à informação e ao consumo pelas diferentes classes presentes nas cidades. Os mesmos se caracterizam pela utilização em diferentes níveis da técnica e da organização em suas atividades mercantis. Os circuitos mantêm entre si uma relação de complementariedade, de concorrência e também de dependência. Tais circuitos são responsáveis pela produção de espaços, uma vez que, ao se estabelecerem enquanto atividades econômicas, ocupam e produzem razoável extensão espacial dentro da cidade.

No primeiro capítulo do trabalho procuramos demonstrar teoricamente a importância de pensar a instância espacial para a reprodução da vida em sociedade. Dessa forma, expomos a lógica da globalização que perpassa pelo espaço, impondo a este, cada vez mais, a fluidez, a informação, a técnica e a infraestrutura necessária, criadas através dos sistemas de engenharia, para o movimento do capital mundial. Nesse momento, expusemos também como a globalização, enquanto fenômeno global, tem afetado os espaços locais: como fábula, como ela realmente é, e como possibilidade.

No segundo capítulo procuramos demonstrar a importância de Santarém para a sub-região em que a mesma está inserida, o Baixo Amazonas. Tal importância não é meramente econômica, o que de fato ela também é desde seus primórdios. Demonstramos sua centralidade política e seu papel de cidade decisória no contexto

regional. Esses elementos a caracterizam como importante cidade média amazônica, ou seja, ela possui elementos que a tornam atrativa e fundamental para as cidades vizinhas mais próximas e distantes, servindo de suporte e anteparo regional no que se refere, sobretudo, ao oferecimento de serviços modernos, como clínicas especializadas, faculdades, consultorias ambientais, serviços de manutenção de computadores e informática e serviços bancários.

Essa relevância que estamos enfatizando da cidade de Santarém é ratificada pela proposta de criação de uma nova unidade da federação, o Estado do Tapajós, que prevê Santarém como sua futura capital. Além disso, a cidade oferece um número maior de serviços; é sede dos principais órgãos governamentais no oeste paraense; está estrategicamente posicionada no encontro de dois grandes rios (Amazonas e Tapajós); apresenta uma rodovia, a BR 163, como via de acesso ao restante do território brasileiro; e conta ainda com infraestrutura aeroportuária importante, o Aeroporto Wilson Fonseca. Os fatores locais e os incentivos por parte do Estado fizeram com que houvesse a expansão dos grãos para a região amazônica e, especialmente, para a região de Santarém.

O terceiro capítulo, por sua vez, teve por objetivo analisar a entrada dos grãos e seus impactos nos circuitos econômicos presentes na cidade de Santarém. A partir da demonstração de dados, através de quadros, tabelas e gráficos percebe-se um incremento na economia local. Todavia, ressalta-se que esses benefícios econômicos não são necessariamente destinados aos moradores do lugar. Os dados demonstram o aumento da circulação de veículos direcionado à produção agrícola, o aumento das assessorias técnicas agrícolas, a difusão de marcas internacionais de pesticidas e herbicidas e a diversificação dos serviços bancários. Beneficiam, assim, os sujeitos, empresas e produtores envolvidos nas atividades graneleiras locais e mundiais, que têm origem ou se situam em outros espaços extra-locais. Aos moradores do lugar fica o desafio de conviver com os incômodos provocados pela intensificação de carretas e caminhões na BR-163 e as fuligens resultantes da embarcação de grãos no porto da cidade, dentre outros problemas urbanos e rurais.

O capítulo 3 também analisa como os grãos têm afetado as relações de produção e comércio nas feiras da APRUSAN. De fato, pensar os



feirantes/produtores é pensar a produção de alimentos nas áreas rurais do Município e os dilemas para a reprodução da vida do homem do campo.

Com a introdução do cultivo de grãos, o principal impacto sentido pelos feirantes/produtores das feiras da APRUSAN são os vestígios e intoxicação proporcionado pela aplicação de produtos químicos, como os pesticidas, inseticidas e herbicidas das grandes plantações de soja vizinhas. Como resultado, verifica-se que a produção de alguns produtos, vendidos nas feiras, está sendo negativamente afetado em seu desenvolvimento, como o mamão, citado em depoimento, e animais de pequenos portes, como galinhas, citado por Paixão Jr. (2012). Para além das relações mercantis, a aplicação dos produtos químicos nos campos de soja torna-se uma ameaça à saúde da população rural, uma vez que pode contaminar poços e provocar intoxicação respiratória.

Outra relação identificada neste item foi à ação da Cargill para com os produtores da APRUSAN. Sabendo que esses sujeitos são os principais prejudicados com a expansão dos grãos, a multinacional utiliza estratégias de marketing empresarial, fazendo doação de sacolas plásticas, avental, reformando o escritório da APRUSAN etc. Essas ações são recebidas de diferentes formas pelos feirantes. Enquanto uns aceitam e chegam a propagar a ideologia da empresa, outros discordam de suas práticas e não se sentem representados pela mesma. Atualmente a Cargill está lançando uma campanha de incentivo ao plantio do milho em Santarém; fato que preocupa os pequenos produtores e ameaça as relações no campo santareno, e, conseqüentemente, o abastecimento da cidade.

Ainda nesse capítulo, fizemos uma breve síntese de como a intervenção estatal colaborou para a difusão da cultura de grãos na região. O apoio do Estado ocorreu por meio de programas e projetos que condicionaram a expansão da soja para o bioma amazônico. Revestido de uma ideologia de planejamento regional desenvolvimentista, o Estado foi o principal agente que subsidiou a entrada e a permanência dos grãos. Embora esse apoio tenha sido dado principalmente por meio das esferas federais e estaduais, a municipalidade santarena também criou laços com a multinacional Cargill, partindo da premissa que a mesma poderia gerar desenvolvimento econômico para a região.

Essa parceria foi benéfica para a multinacional, que precisava reconstruir a sua imagem junto à população local e mundial, uma vez que seu processo de

implantação em Santarém ocorreu em meio a grandes conflitos sociais e jurídicos. Dessa aproximação surgiram alguns espaços que foram criados ou recriados, a exemplo do bosque Vera Paz, a reforma da biblioteca municipal, a reforma do laboratório da SEMMA. Essas ações não foram suficientes para mascarar os impactos mais graves ocasionados pela presença da Cargill, via expansão dos grãos, a exemplo da extinção de comunidades rurais, o aumento da população urbana, o processo de periferização e a demanda por mais serviços urbanos. O aumento da população em Santarém tem promovido certa expansão urbana, a exemplo de vilas próximas da cidade, que comportam serviços tipicamente urbanos; locais eleitos pelos migrantes sulistas para a produção de condomínios e loteamentos urbanos, dando assim nova feição à paisagem de Santarém.

Partindo dos elementos apresentados, afirma-se que a expansão dos grãos não tem contribuído para o desenvolvimento local ou enriquecido economicamente a cidade. Embora ela tenha promovido o adensamento do circuito superior através do aumento de empresas ligadas ao setor em Santarém, essas empresas se conectam notadamente com lógicas extrarregionais, impossibilitando maior participação da população local nos lucros econômicos provenientes dos grãos. Em contrapartida, a cultura dos grãos em alta escala tem afetado de forma negativa o circuito inferior da economia urbana, exemplificado pelas feiras da APRUSAN, uma vez que aquela dinâmica econômica atinge contundentemente a produção agrícola santarena, seja através dos produtos químicos utilizados na produção dos grãos, seja pela necessidade de maiores extensões territoriais para o seu desenvolvimento; fato este que tem contribuído para a expropriação dos pequenos agricultores de suas terras e aumento do processo de periferização em Santarém.

Entretanto, faz-se a ressalva que a dinamização econômica e seus impactos negativos pela ocasião do avanço do cultivo de grãos, se fazem presente ainda de maneira incipiente nas feiras da APRUSAN. Desta feita, vem alterando elementos pontuais, no que se refere à entrada de novos sujeitos e novas relações. Este fato nos conduz a apontar Santarém como não pertencente ao grupo de cidades que Elias (2006; 2011; 2013) denominou de cidades do agronegócio, assim, designadas por serem responsáveis pela gestão local ou regional do agronegócio globalizado, desempenhando novas funções urbanas, polarizando amplo e dinâmico espaço agrário, estando, assim na confluência do agrário moderno com espaços urbanos

não metropolitanos (ELIAS, 2011). Com o crescente aumento da produção de grãos, entendemos que há uma tendência para que Santarém possa vir a se tornar uma Cidade do Agronegócio, o que viria a trazer relevantes mudanças em sua organização socioespacial e socioeconômica.

Resta-nos pensarmos uma nova lógica de produção do espaço para Santarém, e assim, uma nova racionalidade a ser implementada na produção dos espaços amazônicos, uma vez que o modelo que está posto não nos possibilita maior coesão social e preservação dos recursos necessários para a vida. Ao contrário, caminha para um constante processo exploratório seja do homem, seja da natureza. Para Santos (2006), há necessidade de elaboração de novas ideologias, novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da ideia e da prática da solidariedade. Há, sobretudo, a necessidade de um processo de democratização do uso das técnicas. Para o referido autor, a construção vertical do mundo, tal como a atual globalização perversa está realizando, pretende impor a todos os países normas comuns de existência, se possível ao mesmo tempo. Mas isso não é definitivo, nosso amadurecimento só será possível pelos momentos de crise e da convivência com o diferente. A mistura cultural e as diferentes formas de viver e se reproduzir poderão nos auxiliar a encontrar uma nova racionalidade para o espaço, e assim fazermos outra globalização, conforme postula categoricamente aquele autor.

## 6. REFERÊNCIAS

AMARAL, M.D.B. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental - Marabá (PA) e Macapá (AP)*. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AMARAL, M.D.B. As feiras em cidade médias da Amazônia: as relações desenhadas a partir da experiência de Marabá (PA) e Macapá (AP). In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA, XVIII, 2013, Rio de Janeiro, *Anais...*Rio de Janeiro: UERJ, nov. 2013.

ARAÚJO, G. Aspectos sociais do cotidiano das feiras livres: um estudo etnográfico em território português e em solo brasileiro. *Revista de ciências empresariais*, Maringá, v. 9, n 2, p 49-64, 2012.

ARRUDA, Z. A. *Onde está o agro desse negócio?* Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. Campinas, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Estadual de Campinas.

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).

BECKER, B. K. Fronteira e urbanização repensada. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. (Orgs.) *Fronteira amazônica: questões sobre o território*. Brasília: Editora UnB. 1998. p.131- 144.

DUTRA, M. *O Pará dividido: discurso e construção do Estado do Tapajós*. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

CASTRO, E.; SANTOS, M. In: Belém de água e de portos: ação do Estado e modernização na superfície In: CASTRO E (Org.). *Belém de águas e ilhas*. Belém: CEJUP, 2006. p. 25-43.

CAPEL, H. Agentes y Estratégias em La producción del espacio español. *Geografia* nº VIII, 1972, p.19-55.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios).

CORRÊA, R. L. A. periodização da rede urbana na Amazônia. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.

COSTA, S. M. G. *Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia*. Belém, 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

COSTA, T.C.S. *A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA)*. Belém, 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do trópico úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Editora Atlas S.A.1995.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*. Barcelona, V.10, n 218, p. 58-81, ago. 2006. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>> Acesso em: 10 fev. 2014.

ELIAS, D. Agronegócios e novas regionalizações no Brasil. In ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR , XIV, 2011, Rio de Janeiro, *Anais...*Rio de Janeiro: UFF, mai. 2011.

ELIAS, D. Globalização, Agricultura e urbanização no Brasil. *Acta geográfica*. Boa Vista, p.13-32, nov. 2013. Disponível em <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/1937#>> Acesso em: 10 fev. 2014.

FERNANDES, F. *Marx e Engels: História*. São Paulo: Ática, 1989.

FREDERICO S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Revista Confins*, n. 17, s/p, mar. 2013. Disponível em <<http://confins.revues.org/8153> > Acesso em: 22 out. 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAZETA DE SANTARÉM, 05 a 11 de junho de 2004a. Cad. Cidades, p. 11.

GAZETA DE SANTARÉM, 08 a 14 de maio de 2004b. Cad. Geral, capa p. 09.

GAZETA DE SANTARÉM, 17 a 23 de junho de 2004c, Cad. Geral, p. 9.

GAZETA DE SANTARÉM, 17 a 23 de junho de 2004d. Cad. Cidades, p. 9.

GAZETA DE SANTARÉM, 16 a 23 de novembro de 2003a, Cad. Geral, p. 10.

GAZETA DE SANTARÉM, 25 de set a 1 de out 2003b, Cad. Geral, p.8

GAZETA DE SANTARÉM, 18 a 21 e março de 2006a, Cad. Geral, p. 14.

GAZETA DE SANTARÉM, 24 a 29 de maio de 2006b, Cad. Geral, capa e p. 03.

GAZETA DE SANTARÉM, 22 a 27 de junho de 2006c, Cad. Cidade, p. 20.

GAZETA DE SANTARÉM, 29 de abril a 04 de maio 2006d, Cad. Geral, p 3.

GAZETA DE SANTARÉM, 22 a 29 de junho de 2006e, Cad. Geral, p 8.

GUILHON, N. *Confederados em Santarém*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

GRIMM, F. Teoria dos circuitos da economia urbana: debates e contextos preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS CRISE, PRÁXIS E AUTONOMIA: espaços de resistência e de esperanças - Espaço de Socialização de Coletivos, XVI, 2010, Porto Alegre, *Anais...*Porto Alegre: URGSS, jul. 2010.

GREENPEACE. *Comendo a Amazônia*. Disponível em <<http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2007/7/comendo-a-amazonia.pdf>> Acesso em: 14 ago. 2014.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais*. Belém: Governo do Estado do Pará, 2011.

IDESP. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estado do Pará: estatística municipal de Santarém*. Belém: Governo do Estado Pará, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cadastro Central de Empresas*. Brasília: IBGE, 2006.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Produção de soja avança no oeste do Pará. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/c/noticias?id=38584>> Acesso em: 15 mar. 2014.

KICHEL, A. N.; MIRANDA, C.H.B. Uso do milheto como planta forrageira. Campo Grande: EMBRAPA, n 46, dez. 2000. Disponível em <<http://www.cnpqg.embrapa.br/publicacoes/divulga/GCD46>> Acesso em: 19 fev. 2015.

LEFÈBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefèbvre. In: MARTINS, J. S.(Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. *Fronteira: degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização e modernização na Amazônia contemporânea. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). *Brasil, século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 112-122.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Comércio exterior: empresas brasileiras importadoras e exportadoras*. 2014. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=603>> Acesso em: 06 Jul. 2014.

OLIVEIRA, J. A; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S. C; TAVARES, M. G. (Orgs.) *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

PAIXÃO JR., P.R.C. *Uso do território e gênero de vida na Amazônia: reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santarém*. Belém, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará.

PEREIRA, J. C. M. *Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA)*. Belém, 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

PEREIRA, J. L.; MARQUES JR, V. M.; SILVA, M. F. *Perspectivas da economia de Santarém e região oeste do Pará para os próximos anos*. 2013. Disponível em: <[http://www.portalmuiraquita.com.br/index.php/cadernos/meio-ambiente/item/download/3\\_eec4a2839a127700c205cb30a0a3def6](http://www.portalmuiraquita.com.br/index.php/cadernos/meio-ambiente/item/download/3_eec4a2839a127700c205cb30a0a3def6)> Acesso em: 13 Jan. 2014.

REIS, A. C. F. *Santarém: seu desenvolvimento histórico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RONCAYOLO, M. Division social y division funcional del espacio urbano. In: RONCAYOLO, M. *La ciudad*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1988. p.79-104.

SÁ, M. E. R; COSTA, S. M. G; TAVARES, L. P. O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. In: CARDOSO, A. (Org.) *O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas*. Belém: Editora Edufpa, 2006. p. 113-160.

SANTARÉM. Prefeitura Municipal. *Inventário da oferta e infra-estrutura turística de Santarém*, 2011.

SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. *Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2008b.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E.; MOURA, E.; MAIA, M. L. (Orgs.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Edufpa, 1995. p. 13-20.

SEAB. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná. *Soja – análise da conjuntura agropecuária*. Curitiba: SEAB, 2013. Disponível em < [http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/soja\\_\\_2013\\_14.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/soja__2013_14.pdf)> Acesso: 10 fev. 2015.

SEAGRI. Secretária Executiva de Agricultura, Irrigação, Pesca e Abastecimento. *Milheto forrageiro mais proteína para o rebanho*. Alagoas: SEGARI, 2008. Disponível em < <http://www.agricultura.al.gov.br/relatorio/Folder%20Milheto.pdf/view>> Acesso: 20 fev. 2015.

SEPOF. Secretaria Executiva de Planejamento Orçamento e Finanças do Pará. *Plano Plurianual 2012-2015: perfis regionais*. Belém: SEPOF, 2011. Disponível em: <[www.sepof.pa.gov.br/ppasite/](http://www.sepof.pa.gov.br/ppasite/)> Acesso em: 10 dez. 2011.

SILVA, M. J. V. *Dilemas do planejamento e da gestão municipal na Amazônia Ribeirinha: uma análise do caso de Cametá à luz do ideário da reforma urbana e do Estatuto da Cidade*. Belém, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará.

SOUZA, M. J. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. J. L.; RODRIGUES, G, B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2004. (Série Sociedade, Espaço e Tempo).

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lèfebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. *Revista Confins*, n 5, s/p, mar. 2009. Disponível em < <http://confins.revues.org/5633>> Acesso: 15 de novembro de 2013.

SOUZA, I. U. B. Você se lembra? Disponível em < <http://ignacioneto.blogspot.com.br/>> Acesso em: 15 out. 2014.

SPÓSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, p. 609-643, 2001.

SPÓSITO, E. S. A teoria dos dois circuitos urbanos nos países subdesenvolvidos: seu esquecimento ou superação? São Paulo, 1996. Disponível em <http://agbpb.dominiotemporario.com/doc/spositon21.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2014.



TAVARES, M. G. C. *A dinâmica da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960 -1996)*. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em geografia) – Programa de Pós-graduação em geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TRINDADE JR., S. C. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Revista Humanitas*, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

TRINDADE JR. S. C. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. *Terra Livre*, ano 22, n 26, p. 177-194, 2006.

TRINDADE JR., S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, p. 313-342, 2007.

TRINDADE JR., S. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos*, v. 7, n. 12, p. 49-77, jul-dez. 2010.

TRINDADE, G. O. *Cidade média e centralidade política na Amazônia oriental: o caso de Santarém no oeste paraense*. Relatório de Pesquisa (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica)-Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Pará. Belém: [s.n.] 2011.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base em experiências práticas de pesquisa. In: ZAGO, N; CARVALHO, M; VILELA, R (Orgs.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## 7. APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE SANTARÉM-PA

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

Nome:

Idade:

Instituição:

Cargo:

1. Quais são as principais ações, obras, projetos e programas que sua instituição desenvolve ou planeja para Santarém e/ou região visando ao desenvolvimento?
2. Quais são as parcerias e empresas que contribuem ou compõem esses projetos?
3. De que forma essas empresas colaboram?
4. Quais são os principais agentes a serem beneficiados por ações, projetos e programas desenvolvidos por sua instituição?
5. Quais são os principais projetos desenvolvidos atualmente ou em planejamento que podem trazer desenvolvimento para Santarém?
6. Qual é setor ou atividade que dá maior dinâmica econômica para Santarém? Por quê?
7. A prefeitura tem projetos para dinamizar tal setor?
8. O que deveria ser feito para potencializar as atividade desenvolvidas pelo setor?
9. Quais são as principais empresas que chegaram a Santarém nos últimos anos?
10. A vinda dessas empresas tem beneficiado Santarém? De que forma?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE SANTARÉM-PA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTE DA CARGILL

Nome:

Idade:

Instituição:

Cargo:

1. Por que a Cargill escolheu Santarém pra instalar o seu terminal graneleiro?
2. Há outras instalações da Cargill em outros municípios do Pará?
3. Qual é a origem dos produtos escoados pelo porto de Santarém?
4. Tem havido crescimento dos grãos aqui na região de Santarém?
5. Qual é a quantidade total média exportada pelo porto?
6. Qual é a carga máxima dos navios?
7. Quantos navios saem do porto mais ou menos por mês?
8. Quais são as principais parcerias da empresa no/com o Município?
9. Quais são os programas junto aos trabalhadores rurais do oeste paraense?
10. Quais são as ações da parceria com a APRUSSAN?
11. Qual a importância de Santarém para a Cargill?
12. Qual a participação da Cargill nos programas e projetos voltados pra Santarém?
13. Vocês fazem algum tipo de processamento dos resíduos?
14. Qual a perspectiva de crescimento da Cargill com o asfaltamento a BR-163?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE SANTARÉM-PA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FEIRANTES LOCAIS (SANTARENO)

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Onde você nasceu? Onde mora atualmente?
2. Que atividades econômicas você desenvolve (no local de residência e na feira)?
3. Há quanto tempo você trabalha na feira?
4. Quais são os principais problemas enfrentados pelos feirantes da APRUSAN?
5. O que poderia ser feito pra solucionar esses problemas?
6. A CARGILL ajuda os feirantes da APRUSAN? De que forma?
7. Quais são as atividades da multinacional junto aos feirantes?
8. Sua propriedade rural já foi afetada ou prejudicada de alguma forma pelos sojicultores?
9. Você conhece alguém que já foi afetado negativamente pela dinâmica da soja?
10. Seus produtos comercializados aqui na feira já foram, de alguma forma, prejudicados pela produção de grãos?
11. Como é a relação dos feirantes locais com os novos feirantes sulistas e gaúchos que trabalham na feira?
12. Quais são os produtos que eles vendem na feira?
13. Qual a técnica que você utiliza em suas plantações?
14. Você já se beneficiou de algum tipo de financiamento bancário para auxiliar seu trabalho no campo? Qual programa? Em que banco?
15. Teve dificuldade para obter o financiamento?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE SANTARÉM-PA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA FEIRANTES EXTRALOCAIS (MIGRANTES)

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Onde você nasceu? Onde mora atualmente?
2. Você trabalhava em que ramo no seu Estado?
3. Quais fatores lhe motivaram a vir para Santarém?
4. Que atividades econômicas você desenvolve (no local de residência e na feira)?
5. Desde quando trabalha na feira?
6. Como se deu o processo de sua entrada na feira? Foi conflituoso ou lhe aceitaram bem?
7. Como se dá a relação entre feirantes locais e novos feirantes?
8. Você desenvolve outra atividade que complementa sua renda?
9. Em sua opinião, quais são os principais problemas enfrentados pelos feirantes da APRUSAN?
10. A CARGILL ajuda os feirantes da APRUSAN? De que forma? Quais são as atividades da multinacional junto aos feirantes?
11. Qual a técnica agrícola que você utiliza em suas plantações?
12. Você já se beneficiou de algum tipo de financiamento bancário para auxiliar seu trabalho no campo? Qual programa? Em que banco?
13. Teve dificuldade para obter o financiamento?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E  
CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE  
SANTARÉM-PA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DIRETORIA DA APRUSAN

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Quais as atividades desenvolvidas pela Aprusan?
2. Quais são os principais parceiros da sua instituição?
3. Atualmente existem quantos associados na Aprusan?
4. O que é necessário para se associar a Aprusan?
5. Quais são as comunidades representadas na feira?
6. Quais são os principais problemas enfrentados pelos feirantes da Aprusan?
7. Em sua opinião, os grãos trouxeram desenvolvimento econômico para Santarém?  
Por quê?
8. A chegada da soja em Santarém afetou de alguma forma a produção dos feirantes da Aprusan?
9. A Aprusan recebe algum tipo de ajuda ou apoio de empresas ligadas aos grãos?
10. Quantos trabalhadores migrantes são associados à Aprusan?
11. Quais são as principais técnicas utilizadas no espaço rural de Santarém?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE SANTARÉM-PA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DE SANTARÉM

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Quais são as principais atividades realizadas pelas associações de bairros?
2. Quais são as parcerias da associação de bairro?
3. Quais são os benefícios para os associados?
4. Em sua opinião, os grãos trouxeram desenvolvimento econômico para Santarém?  
Por quê?
5. Você sente algum tipo de impacto urbano, de qualquer natureza, desde a chegada da soja a Santarém?
6. A CARGILL promove algum tipo de ação junto à associação de bairro?
7. A CARGILL ou empresas ligadas ao ramo da soja financiou ou auxiliou alguma obra ou projeto em seu bairro?
8. Em sua opinião, os grãos trouxeram desenvolvimento econômico para Santarém?  
Por quê?
9. Você saberia identificar quais são os principais grupos comerciais e empresariais que trabalham com os grãos em Santarém?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

Projeto de pesquisa: A CIDADE E A SOJA: OS IMPACTOS DA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE GRÃOS NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA DE SANTARÉM-PA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Nome:

Idade:

Profissão:

1. Qual a principal atividade realizada pela sua instituição?
2. Quais são os principais parceiros da sua instituição?
3. Quais são os principais problemas urbanos vivenciados pela população santarena?
4. Em sua opinião os grãos trouxeram desenvolvimento econômico para Santarém?  
Por quê?
5. A chegada dos grãos a Santarém tem afetado a dinâmica urbana da cidade? De que forma?
6. A sua instituição participa ou já participou de algum tipo de movimento contra ou a favor da soja em Santarém?
7. Você percebe algum tipo de impacto urbano decorrente da Soja em Santarém?
8. A dinâmica sojeira tem expropriado o homem da terra em Santarém?
9. Para aonde vão os expropriados da terra pelos grãos?
10. Quais ações os movimentos sociais de Santarém têm feito frente à dinâmica graneleira?